

# A formação profissional em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria:

**recortes da produção coletiva de conhecimento**



**Organizadores:  
Cristina Kologeski Fraga  
Fabio Jardel Gaviraghi  
Caroline Goerck**

**Organizadores:**  
Cristina Kologeski Fraga  
Fabio Jardel Gaviraghi  
Caroline Goerck

**A formação profissional em Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa Maria:  
recortes da produção coletiva de conhecimento**

**1a. Edição**

**BAGÉ - RS  
EDITORA FAITH  
2018**

**Título:** A formação profissional em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria: recortes da produção coletiva de conhecimento

**Autores:** Cristina Kologeski Fraga, Fabio Jardel Gaviraghi, Caroline Goerck

**Capa:** Editora Faith

**Diagramação:** Editora Faith

Copyright: ©2018 todos os direitos reservados aos organizadores, sob encomenda à Editora Faith.

ISBN: 978-85-68221-36-5

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F723 A formação profissional em serviço social da Universidade Federal de Santa Maria: recortes da produção coletiva de conhecimento / Cristina Kologeski Fraga, Fabio Jardel Gaviraghi, Caroline Goerck ; (Organizadores).-- Bagé,RS: Faith, 2018.  
180p.

ISBN: 978-85-68221-36-5

1. Serviço social 2. Produção coletiva  
3. Formação profissional  
I. Fraga, Cristina Kologeski  
II. Gaviraghi, Fabio Jardel  
III. Goerck, Caroline  
IV. Título

CDU364

Ficha catalográfica elaborada por Dayse Pestana – CRB10/1100

**Direção Geral**  
Caroline Powarczuk Haubert

**Corpo Editorial**

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano - UFRGS  
Prof. Dr. Dejalma Cremonese - UFSM  
Profª. Dra. Elisângela Maia Pessôa - UNIPAMPA  
Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - UFPEL  
Prof. Dr. Gabriel Sausen Feil - UNIPAMPA  
Profª. Dra. Patrícia Krieger Grossi - PUC-RS  
Prof. Dr. Ronaldo B. Colvero - UNIPAMPA  
Profª. Dra. Simone Barros Oliveira - UNIPAMPA  
Prof. Dr. Edson Paniagua - UNIPAMPA  
Profª. Dra. Maria de Fátima Bento Ribeiro – UFPEL  
Profª. Dra. Danusa de Lara Bonoto – UFFS – CAMPUS CERRO LARGO  
Profª. Dra. Érica do Espírito Santo Hermel – UFFS - CAMPUS CERRO  
LARGO/RS  
Prof. Dr. João Carlos Krause – URI – CAMPUS SANTO ÂNGELO.  
Prof. Dr. Márcio Marques Martins -UNIPAMPA - CAMPUS BAGÉ - RS  
Prof. Dr. Marcos BARros - UFPE  
Profª. Dra. Paula Vanessa Bervian – UFFS- CAMPUS CERRO LARGO/RS  
Profª. Dra. Sandra Nonenmacher – IFFAR – CAMPUS PANAMBI

# Sumário

Prefácio .....	6
Apresentação .....	11
<b>PARTE I - Serviço Social na Saúde .....</b>	<b>15</b>
Capítulo 1 - A Alta Social em Internações Psicossociais e suas Contradições no Trabalho do(a) Assistente Social (Fernanda Nunes da Rosa Mangini, Zaida Castro de Siqueira) .....	16
Capítulo 2 - O Perfil Sociodemográfico de Puérperas e as Relações com os tipos de Aleitamento (Sheila Kocoure, Ana Paula Ramos de Souza, Leticia Conceição Costa) .....	34
<b>PARTE II - Produções de Graduação: Relatos de Experiências de Estágio .....</b>	<b>49</b>
Capítulo 3 - Regularização Fundiária e as Contribuições do Assistente Social: o Caminho para o Acesso ao Direito à Habitação e à Cidade (Thaís Cristina Welter Seffrin, Fabio Jardel Gaviraghi) .....	50
Capítulo 4 - O Processo de Aprendizagem no Serviço Social Através do Programa de Rádio “Social em Questão” (Jéssica D. Soares, Eliana M. Cogoy) .....	67
Capítulo 5 - Extensão Universitária e a Atuação do Assistente Social Junto à Economia Solidária (Ana Claudia Storchi Carlos, Caroline Goerck) ..	82
Capítulo 6 - O Serviço Social no Poder Judiciário Brasileiro: Trajetória História e Normativa (Letícia Fonseca da Silva, Rosane Janczura) .....	97
<b>PARTE III - Trabalhos de Conclusão de Cursos advindos de Pesquisas na Graduação .....</b>	<b>115</b>
Capítulo 7 - Estudos de Gênero e Serviço Social: um panorama da formação profissional (Mariana Marques Sebastiany, Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca) .....	116
Capítulo 8 - A Evasão Escolar de Adolescentes em Santa Maria/RS: Desvelando alguns determinantes (Ana Flávia Roatt de Oliveira, Cristina Kologeski Fraga) .....	136
Capítulo 9 - Os Conselhos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul: a Representação de um Espaço de Controle Social, Articulação e Desenvolvimento Regional (Mariane Rodrigues Volz de Aguiar, Jairo Da Luz Oliveira, Sheila Kocourek) .....	156

## PREFÁCIO

A ideia deste livro é mostrar um pouco da produção acadêmica do “povo” do Curso de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. Começo por assim chamá-los, pois assim ouvi nesses oito anos. Tenho a honra de prefaciá-la essa obra para falar um pouco dela e aproveitar para contar a história desse povo.

O Curso de Serviço Social surge como uma ideia para atender o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Nesse ano as direções de centro da UFSM foram chamadas pelo então reitor Clóvis Silva Lima e seu vice Felipe Martins Muller para debater sobre o programa REUNI. Tudo era muito duvidoso, nunca havíamos passado por um programa de expansão desse tamanho nas Universidades Federais. E se o dinheiro não viesse, e se as vagas não viessem? A direção do CCSH era ocupada pelo diretor Rogério Koff e o vice Mauri Leodir Löbler.

No final das discussões o projeto institucional da UFSM para aderir ao programa contava com 5 cursos do CCSH. Ciências Sociais (licenciatura), Filosofia (bacharelado), Produção Editorial, Relações Internacionais e Serviço Social. Pensem nas milhões de combinações de pessoas e acontecimentos para essa configuração. Cada escolha é uma forma de lançar uma semente e estava semeado o Serviço Social no CCSH.

Onde esse povo chegou, que Unidade de Ensino da UFSM esperava vocês. Eu posso falar de tempos lindos, aqueles que tive a graça de viver dessa vez intensamente, estando na direção do CCSH. Em 2006 o professor Rogério Koff assume como diretor do CCSH e o professor Mauri Löbler como vice. Desde 2014, o professor Mauri Diretor, e o professor Wanderlei Guilhardi como vice. Não combatemos o passado, mas sim construímos um futuro. E nesse contexto surge o Curso de Serviço Social.

Como esse centro mudou. Será que os defeitos sanados, eram o

melhor que havia em nós? Não! Perdemos um dos principais defeitos, a síndrome do cachorro vira lata, quase uma ingenuidade. Fez nosso centro mudar de postura, embora ainda seja uma caminhada. Criamos pós-graduação, saímos dos cantos de prédios dessa Universidade para termos um endereço, mas trouxemos conosco toda dor do crescimento. E essa área nos ajuda a construir esse futuro.

A dor de ter que fazer mudanças cidade/campus, de ter que se submeter a avaliação CAPES, participar de editais em desvantagens técnicas e políticas. Erramos ainda, mas já acertamos muito. Fizemos brotar prédios, cursos de pós-graduação, hoje somos esse complexo de prédios e 24 cursos de graduação, 12 departamentos e 11 PPGs. 4.000 alunos, 200 professores e 100 TAEs. Jamais pediremos desculpas por quem nós somos.

Mas, como chegamos até aqui, agora mais especificamente o Serviço Social. Em 16/03/2009 o projeto pedagógico do Curso foi aprovado no Conselho do CCSH. Ficou decidido que os professores desse novo Curso seriam lotados no Departamento de Ciências Sociais. Em 11/12/2009 foi emitida a portaria do CCSH número 120/2009 nomeando pró-tempore o primeiro Coordenador do novo Curso, o professor de Ciência Política, lotado no Departamento de Ciências Sociais, Gustavo André Aveline Muller. Em 2010 houve o ingresso da primeira turma, com 10 vagas de seleção pelo PEIES, um programa de acesso aos cursos da UFSM que contava com provas aplicadas nas escolas de ensino médio e mais 40 vagas pelo vestibular tradicional, ambos processos hoje encontram-se extintos. Em 08/08/2010 inicia o 1º semestre e a primeira aula da primeira turma de Serviço Social na UFSM.

Agora um relato sobre as Coordenadoras e Coordenador desse Curso. Um professor de Ciência Política é o primeiro coordenador porque naquela data não há nenhum professor da área de Serviço Social ainda lotado no CCSH. Em 20/07/2010 assume pela primeira vez uma Assistente Social como Coordenadora, a professora Caroline Goerck. Em 03/04/2013 assume a Coordenação a professora Sheila Kocourek. Essa é sucedida pela professora Cristina Kologeski Fraga em 10/03/2014. Em 16/09/2014 assume o professor Jairo da Luz Oliveira. Esse perma-

nece no cargo até 19/01/2017 quando é substituído pela professora Eliana Mourgues Cogoy que é coordenadora até a presente data.

Agora vou contar um pouco da história de como se formou o grupo de professores com formação em Serviço Social. Conforme relatado antes, os professores seriam lotados no Departamento de Ciências Sociais e assim foi feito. Como todo Curso criado no projeto REUNI na UFSM, esse também recebeu oito vagas docentes. Numa decisão inicial ficou estabelecido que 6 vagas seriam concursadas com formação em Serviço Social e 2 vagas com formação em Ciências Sociais. Isso se deveu a proximidade e o embrião do Curso ter nascido naquele departamento e agora um crédito que deve por justiça ser dado ao professor João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima, que dentro daquele departamento foi o mentor do projeto desse Curso e inclusive que se registre, utilizou o modelo de projeto pedagógico da UNB, e que não cabe nenhum retoque ao que foi feito, foi o melhor possível com as limitações que tínhamos à época.

Quanto às vagas docentes, no meio do caminho se criará um novo departamento, mas vamos retroceder na história. Assim, esse curso teria 6 vagas na área, e hoje tem 9. Para se chegar a esse número, às seis vagas iniciais foram somadas 2 vagas liberadas pela reitoria (2014), pelo Reitor Felipe Martins Muller diretamente ao Curso e a nona vaga foi conseguida numa disputa de duas vagas para todos os departamentos do CESH (2016). Nada acontece sem um propósito e ninguém passa pela nossa vida por acaso.

Nas seis vagas iniciais. Em 14/07/2010 é redistribuída da UNIPAMPA a professora Sheila Kocourek. Em 15/07/2010 é também redistribuída da mesma UNIPAMPA a professora Caroline Goerck. Na sequência é realizado concurso e são aprovadas, em primeiro, Cristina Kologeski Fraga, segundo, Sarita Teresinha Alves Amaro e em terceiro, Rosane Janczura. Como a professora Cristina já era docente da UNIPAMPA, para não sofrer solução de continuidade na carreira, é dada opção de redistribuição a mesma. Assim assume nomeada em concurso em 13/02/2012 a professora Sarita Teresinha Alves Amaro e em 11/04/2012 a professora Rosane Janczura. São redistribuídos da

UNIPAMPA no dia 04/07/2012 a professora Cristina Kologeski Fraga e o professor Fabio Jardel Gaviraghi. Fecham os seis primeiros docentes.

Com o aporte de mais duas vagas, se incorporam vindos também redistribuídos da UNIPAMPA, em 24/02/2014 o professor Jairo da Luz Oliveira e em 05/03/2014, a professora Eliana Mourgues Cogoy. Em 28/08/2013 aposenta-se por motivos de saúde a professora Sarita Teresinha Alves Amaro, abrindo nova vaga, vem em redistribuição também da UNIPAMPA a professora Laura Regina da Silva Camara Mauricio da Fonseca em 10/03/2014. E na vaga disputada e obtida junto ao CCSH, em 06/03/2017 chega a professora Fernanda Nunes da Rosa Mangini, aprovada em concurso na UFSM. Deixemos elucidado aqui que todos redistribuídos da UNIPAMPA passaram por concurso, inclusive a maioria com a legislação da UFSM.

Em 07 de janeiro de 2013 é aprovado no Conselho do CCSH a criação do Departamento de Serviço Social. Nunca esqueçamos da acolhida que tivemos no Departamento de Ciências Sociais, mas é hora de dar uma identidade própria, afinal, não é porque tem Social no nome que é a mesma coisa.

Em 06 de junho de 2013 assume a primeira chefe do Departamento de Serviço Social do CCSH, a professora Caroline Goerck. Ela fica no cargo até 07 de março de 2016, quando assume a professora Sheila Kocourek, que está no cargo até a presente data.

Mas ainda faltava algo. Já tínhamos um Departamento, tínhamos um curso conceito 5 no reconhecimento do MEC em 2014, cinco estrelas no guia do estudante da Editora Abril em 2016. Faltava um lugar para chamar de seu. Um endereço, uma casa que é tua identidade. No meio do caminho tem mais uma pedra para ser juntada e utilizada para construir mais um pedaço da história. Na verdade, um grande emaranhado de concreto disposto de maneira quase perfeita para que tudo sirva a um projeto maior. Final de 2017 e o prédio 74B está quase no fim.

Em agosto de 2018 o Serviço Social se muda para o 3º andar do prédio 74B lado oeste. Porque o terceiro andar, esse é o mistério a ser contado nos cafezinhos, nas mesas de bar, para que vire mais uma lenda

que será contada e recontada, e quem sabe algumas vezes se aproxime da verdade. O linguista Noam Chomsky declarou certa vez que nossa ignorância pode ser dividida em problemas e mistérios. Quando estamos diante de um problema, podemos não saber a solução, mas temos insights, acumulamos um conhecimento crescente sobre ele e temos uma vaga ideia do que buscamos. Porém, quando defrontamos um mistério, ficamos entre maravilhados e perplexos, sem ao menos uma ideia de como seria a explicação.

Lá se foi o povo do Serviço Social ocupar aquele espaço novo, não tinha INTERNET, o CPD recuperou equipamentos de distribuição de rede usados do antigo Hospital, de onde o CCSH saiu meses antes. Nem tudo era ideal, mas Assistente Social só existe porque há problemas a serem enfrentados. Orgulhem-se de quem são e o que são. Amar a si mesmo é o primeiro passo para que os outros te reconheçam cada vez mais.

Eu não sei a origem da frase, não é minha, mas acredito oportuna: “somos todos visitantes deste tempo, deste lugar. Estamos só de passagem. O nosso objetivo é observar, crescer, amar... E depois vamos para casa. “

No final, sobre o livro, cito novamente Noam Chomski: “cada ideia deste livro pode revelar-se errônea, mas isso seria um progresso, pois nossas velhas ideias eram muito sem graça para estar erradas”.

Mauri Leodir Löbler  
Diretor do CCSH/UFSM  
14/11/2018

## APRESENTAÇÃO

É com alegria e satisfação que apresentamos a segunda produção coletiva docente/discente do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Vale resgatar, para tanto, três aspectos memoráveis deste curso que, por ora, está por formar sua quinta turma.

Primeiro, importa retomar que o curso de graduação em Serviço Social da UFSM foi criado no segundo semestre de 2010 por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Iniciou o processo de formação profissional com apenas uma sala, duas docentes assistentes sociais e, posteriormente, um servidor técnico-administrativo. Desde então, foi um processo de luta incessante por parte de suas pioneiras para agregar mais docentes, técnicos-administrativos e espaços de infraestrutura.

O curso de Serviço Social funciona no turno noturno, tem uma oferta anual de 50 vagas, o que equivale a dizer que, de 2010/2 a 2018, tivemos um corpo discente, de aproximadamente, 450 estudantes. Temos um total de 126 bacharéis/las em Serviço Social, egressos/as se inserindo em diversos espaços sócio ocupacionais, especialistas, mestres, em cursos de Especialização, a exemplo da Residência Multiprofissional, em mestrados e até em curso de Doutorado. Esse balanço nos deixa completamente orgulhosos/as de nossa formação profissional.

Segundo, em 2013, conquistamos, com a colaboração dos discentes e da direção do Centro de Ciências Sociais e Humanas - CCSH - a criação do Departamento de Serviço Social - DSS. Esse oportunizou a ampliação da visibilidade da área de Serviço Social na Universidade e, especialmente, no gerenciamento direto de seus docentes.

Atualmente, compomos um grupo de nove (09) docentes, dois (02) técnico-administrativos em assuntos educacionais e duas (02) assistentes sociais lotadas no Departamento de Serviço Social. Contamos, também com uma excelente infraestrutura de funcionamento, incluindo

laboratórios de informática, biblioteca ampla e atualizada, salas de aula equipadas com condicionadores de ar, computadores com impressoras, projetor multimídia, salas individuais para professores/as, salas de reuniões, bem como outros facilitadores da atividade docente.

Terceiro, vivemos um momento de desafios no aspecto da organização societária brasileira, por um lado. Por outro, estamos amadurecidos/as e solidificados como área na universidade e como um curso que já conquistou uma avaliação de excelência pelo Ministério da Educação – INEP. Agregamos, ainda, o quanto somos afortunados/as em pertencer a um ambiente de trabalho onde as relações são permeadas pela diversidade, mas também pelo respeito, colaboração e esforços conjuntos.

A organização deste livro nos possibilitou olhar para trás, lembramos o tempo de construção do Curso de Serviço Social da UFSM e, então ressoou entre nós os belos versos do poeta espanhol, Antonio Machado:

Caminhante, são teus passos o caminho e nada mais,  
Caminhante, não há caminho, faz-se caminho ao andar.  
Ao andar se faz o caminho...

Na trajetória desses oito anos do curso de graduação em Serviço Social da UFSM, os passos de nossas caminhadas estão sendo feitos no andamento da formação profissional. Pode-se perceber nitidamente quantos outros passos foram dados conosco, e a estes, **colegas caminhantes**, juntam-se docentes, estudantes e técnicos-administrativos. Podemos dizer que estamos fazendo um caminho de muita luta para que permaneça um curso público, gratuito e de qualidade.

Além disso, se estamos sendo capazes de voar, de conquistar sonhos, colher frutos, é porque tivemos caminhantes que, ao andar pelo espaço de formação profissional em Serviço Social, desbravaram caminhos e ousaram sonhar.

Sendo assim, esse livro coletivo concretiza o sonho de um grupo de docentes e de seus estudantes, materializados em artigos diversos que expressam inquietações e estudos conjuntos, conforme apresentados na sequência.

O capítulo 1 tematiza a saúde e sua política a partir de dois trabalhos elaborados no Programa de Pós-Graduação - Residência Multiprofissional em Saúde (modelo ensino-em-serviço) da Universidade Federal de Santa Maria. O primeiro artigo discute a alta social em interações psicossociais e suas contradições no trabalho do(a) assistente social elaborado por Fernanda Nunes da Rosa Mangini e Zaida Castro de Siqueira. O artigo seguinte trata do perfil sócio demográfico de puérperas e as relações com os tipos de aleitamento de autoria de Sheila Kocourek, Ana Paula Ramos de Souza e Leticia Conceição Costa.

O capítulo 2 discorre sobre as produções conjuntas docentes/discentes no curso de graduação em Serviço Social da UFSM. Na abertura do capítulo temos a discussão da regularização fundiária e as contribuições do assistente social: o caminho para o acesso ao direito à habitação e à cidade, elaborado em conjunto por Thaís Cristina Seffrin e Fabio Jardel Gaviraghi. O processo de aprendizagem no serviço social através do Programa de Rádio “Social em Questão” é a discussão que Jéssica Degrandi Soares e Eliana Mourgues Cogoy tecem sobre a mídia e a questão social num programa radiofônico da Universidade Federal de Santa Maria. Na sequência, temos a produção que discorre sobre a extensão universitária e a atuação do assistente social junto à economia solidária de autoria de Ana Cláudia Storchi Carlos e Caroline Goerck. No fechamento do capítulo temos a abordagem sobre o Serviço Social no poder judiciário brasileiro: trajetória histórica e normativa, de autoria de Letícia Fonseca da Silva e Rosane Janczura.

O capítulo três evidencia primeiramente, dois artigos advindos de pesquisas realizadas na graduação em Serviço Social e que originaram trabalhos de conclusão de curso. Inicia o capítulo o artigo que trata dos Estudos de gênero e Serviço Social: um panorama da formação profissional elaborado por Mariana Marques Sebastiany e Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca. Logo após, temos a abordagem sobre a evasão escolar de adolescentes em Santa Maria/RS: Desvelando alguns determinantes, escrito por Ana Flávia Roatt de Oliveira e Cristina Kologeski Fraga. Na sequência, completando esta coletânea de artigos oriundos de pesquisa, dessa vez, porém no Mestrado do Programa de

Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (UFSM), também uma produção discente/docente, a discussão gira em torno dos conselhos regionais de desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul: a representação de um espaço de controle social, articulação e desenvolvimento regional elaborado por Mariane Rodrigues Volz de Aguiar, Jairo Da Luz Oliveira e Sheila Kocourek.

Finalizamos esta apresentação com a poesia de Lya Luft, muito apropriada ao contexto incerto e desafiador em que o Brasil está vivenciando:

[...] os ganhos ou os danos dependem da perspectiva e possibilidades de quem vai tecendo a sua história. O mundo em si não tem sentido sem o nosso olhar que lhe atribui identidade, sem o nosso pensamento que lhe confere alguma ordem.

Viver, como talvez morrer, é recriar-se: a vida não está aí apenas para ser suportada nem vivida, mas elaborada. Eventualmente reprogramada. Conscientemente executada. Muitas vezes, ousada [...].

A poesia *Pensar é Transgredir*, da escritora Lya Luft, é inspiração para esse livro cuja coletânea de artigos que o compõem convida a pensar. Remete a parar para pensar. Sobre nós mesmos/as, como profissionais assistentes sociais e sobre nossa condição. Da mesma forma, faz desta coletânea de artigos uma possibilidade de elaborar nossa leitura ousada sobre o mundo, que juntos/as, possamos parar, ler e pensar. Uma excelente leitura a todos/as!

Cristina Kologeski Fraga  
Fabio Jardel Gaviraghi  
Caroline Goerck

**PARTE I**  
**SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE**

## Capítulo 1

# A ALTA SOCIAL EM INTERNAÇÕES PSICOSSOCIAIS E SUAS CONTRADIÇÕES NO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL

Fernanda Nunes da Rosa Mangini<sup>1</sup>  
Zaida Castro de Siqueira<sup>2</sup>

A partir da experiência em uma unidade de internação psiquiátrica, durante o processo de formação em nível de pós-graduação no Programa de Residência Multiprofissional em saúde mental no Sistema Público de Saúde (modelo ensino-em-serviço) da Universidade Federal de Santa Maria, emergiram questionamentos e reflexões acerca do processo de alta médica. A alta médica é o objetivo clínico de um tratamento sob internação, sendo ela o ápice do processo, em que o médico decide se o(a) paciente que está em estado estável pós crise pode ser considerado(a) apto(a) a retornar para seu espaço social no tratamento seguinte e externo à internação.

Para além da alta clínica, ou alta médica/hospitalar, é importante discutir sobre a alta social. A alta social, no contexto de internação psicossocial, diz respeito à garantia de condições adequadas para a saída dos(as) usuários(as) da unidade de internação e para a continuidade do tratamento, o que demanda conhecer a rede de suporte social e os recursos disponíveis no território dos(as) usuários(as). A prática da alta médica nem sempre é concomitante com a alta social ao fim de uma internação

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação e em Serviço Social. Dr.<sup>a</sup> em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente no curso de Bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: fernandapesquisadora@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em Serviço Social pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Assistente Social Residente em Saúde Mental no Sistema Público de Saúde no Programa de Residência Multiprofissional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

psiquiátrica, parâmetro que será utilizado para as reflexões desse artigo.

Pensar a alta social na linha da Reforma Psiquiátrica, torna-se um desafio, particularmente, no que diz respeito ao princípio da desinstitucionalização, uma vez que preparar a alta social exige do profissional, muitas vezes, a realização de um movimento contraditório de manter o(a) usuário(a) por mais tempo no local de internação para que seja possível articular serviços de saúde mental em outros espaços a fim de possibilitar a continuidade do tratamento futuro.

Assim, é preciso um olhar diferenciado sobre a alta social no campo da saúde mental, pois, essa traz outras dificuldades, além das já existentes. As dificuldades perpassam áreas objetivas e subjetivas, como o estigma em relação aos(as) usuários(as) dos serviços de saúde mental e os obstáculos inerentes a reinserção na sociedade, seja no âmbito do trabalho, das relações em comunidade ou na própria família. A complexidade de seu encaminhamento, muitas vezes, está no diálogo com a equipe médica para manter o usuário no espaço até organizar a alta social. É fato que médicos trabalham não somente com doenças, mas com a administração de leitos e vagas. É essa rotatividade de pessoas que internam e saem com alta médica quantificam dados, números que geram verbas para à instituição hospitalar pelo número de atendimentos, por se caracterizar como espaço de grande procura por seus serviços.

A partir disso, para viabilizar a alta social é necessário que a equipe multiprofissional busque compreender os determinantes biopsicossociais dos processos de adoecimento e sofrimento mental. Seu objetivo consiste em garantir que após o período de internação o(a) usuário(a) terá todas as condições de seguir com o tratamento previsto. Após uma avaliação das condições socioeconômicas, são analisadas as alternativas de retorno ao meio onde estava inserido(a) ou, então, encaminhamento para outro local de moradia. São realizados, também, encaminhamentos para aquisição de medicamentos pelo município ou Estado, orientações para acesso a benefícios assistenciais e previdenciários, encaminhamentos para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e outros, conforme

a demanda.

A Alta Social compreende um conjunto de intervenções intra e extra hospitalares que visam garantir condicionalidades de tratamento e acesso aos direitos constitucionais, após a internação. Todas essas demandas, singulares a cada usuário(a), são sincrônicas com aspectos subjetivos. Alguns elementos indispensáveis para o manejo da alta social são o preparo da família para esse retorno ao convívio, dos(as) profissionais dos dispositivos externos, da comunidade onde estará inserido(a), em como lidar com o preconceito proveniente do senso comum, em como trabalhar a autonomia em atividades simples, como as domésticas e outros tantos aspectos pertinentes ao processo de alta social na saúde mental.

Em situações de demandas sociais relativas à pacientes internados nessa unidade cabe ao(a) Assistente Social (AS) de referência (responsável pelas demandas sociais de um determinado número de usuários(as) do serviço) fazer um levantamento social da realidade desse(a) usuário(a). Esse estudo do contexto social parte do momento pré-internação (trajetória) e das possibilidades do pós-alta e são compilados e levados para a equipe médica e multiprofissional para a discussão do caso. Essa discussão sempre respeita o sigilo e mantém a ética profissional do(a) AS sobre quais informações repassar. O debate multiprofissional deverá ser norteador para o procedimento de alta tanto clínica quanto social e para a garantia de acesso ao direito de continuidade do tratamento com dignidade.

Conforme os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (CFESS, 2010), o(a) profissional deve estar articulado para a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS), em sua totalidade, o que demanda conhecer as condições de vida dos(as) usuários(as), de forma ampla e reivindicar para que esses(as) tenham acesso a todos os serviços, não somente de saúde, mas também a outros direitos sociais, como moradia, transporte, dentre outros.

Na direção do conceito ampliado de saúde contido na Constitui-

ção Federal de 1998 e na Lei nº 8080/1990, trabalhar frente as expressões da questão social<sup>3</sup> num contexto de internação hospitalar voltada para a saúde mental, é algo desafiador. Deve-se ter em mente que “saúde é um direito de todos e dever do Estado” (CF/1988), e nesse sentido agir criticamente e priorizar os direitos dos(as) usuários(as). Para além da garantia de direitos humanos e viabilização de acesso à política de saúde durante a internação, é dever do(a) AS propiciar esses direitos no processo de alta social, oportunizar ter para onde voltar, facilitar acesso à alimentação, transporte e outras demandas singulares de cada usuário(a).

Há pouca produção teórica sobre o assunto, especialmente na área de saúde mental, o que é inversamente proporcional a demanda existente de articulação e atuação de assistentes sociais no processo de alta. Tal fato, denota ainda mais a necessidade da reflexão sobre o tema. Por se tratar de uma unidade de internação para pacientes com transtorno mental em situação aguda, a característica principal é ser um espaço de permanência provisória, mesmo para aqueles(as) que internam reincidentemente com curtos períodos fora do hospital.

Existem casos em que é possível aferir que algumas reinternações podem ter relação com a situação socioeconômica, e que essas vulnerabilidades resultam em agravo do transtorno e crise. É utópico pensar que todas as demandas e desigualdades serão cessadas com encaminhamentos, há questões subjetivas que vão além da garantia de acesso. No entanto, é parte da postura ética e profissional possibilitar a diminuição da desigualdade através da garantia do acesso e da ampliação das políticas públicas.

Com isso, o objetivo deste trabalho é compreender o processo de alta social em perspectiva histórica e teórica, descortinando possibilidades interventivas que qualifiquem o exercício profissional do(a) AS. Este estudo surge da necessidade de uma reflexão mais profunda sobre a

---

<sup>3</sup> Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2015, p. 27)

temática, que permita compreendê-la na perspectiva da totalidade, resgatando o contexto sócio histórico no qual vem sendo gestada, os desafios e contradições de sua realização no trabalho do(a) AS. Espera-se contribuir para enriquecer a discussão, qualificando e dando visibilidade a esta dimensão de trabalho dos(as) Assistentes Sociais.

No decorrer do artigo será tratada a concepção de saúde e a alta hospitalar, os desafios e contradições da alta social no trabalho do(a) AS e como se dá o processo de alta em interações psicossociais. Essas reflexões serão tecidas à luz de bibliografias da área, tais como os Parâmetros para Atuação de Assistente Sociais na Política de Saúde (CFESS, 2010), além da Lei 8080/1990 que regulamenta o SUS, entre outras, com o objetivo de discutir sobre a alta social.

## A CONCEPÇÃO DE SAÚDE NA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL E A ALTA HOSPITALAR

A Reforma Psiquiátrica, com início em meados da década de 1970, foi concomitante à Reforma Sanitária. Estes movimentos lutavam e bradavam, social e politicamente, por mudanças nas práticas já institucionalizadas nos cuidados da saúde mental, assim como pela criação de políticas públicas voltadas para à humanização da ação e cuidado dos(as) usuários(as) com transtornos mentais. Embasadas por fortes críticas ao modelo manicomial e a tratamentos com exagero de fármacos e técnicas que instigavam o questionamento da efetividade a curto, médio e longo prazo, as reformas culminaram em avanços que ainda hoje, século XXI, são motivos de luta e necessitam de resistência cotidiana de profissionais em espaços onde a mudança caminha a “passos mais lentos”.

É fundamental destacar, como traz Bravo (2009), que as políticas voltadas para a saúde no Brasil, num contexto generalista, têm suas raízes com uma assistência vinculada ao trabalho e à contribuição por parte dos(as) trabalhadores(as). Esse modelo alterou-se apenas a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que garante acesso universal, público e gratuito à política de saúde e da criação do Sistema Único de

Saúde (SUS) com a Lei 8080/1990. Ainda assim a caminhada para um SUS de qualidade e efetivo no atendimento à saúde em seu conceito ampliado, para além da ausência de doenças, é uma constante e persiste na contemporaneidade.

A Política Pública de Saúde no Brasil é parte integrante da Seguridade Social, sendo um dos três eixos que a constituem. A Seguridade Social, por sua vez, é amparada pela CF/88 através do Art. 194, que “[...] compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 1988, Art. 194). Nesse raciocínio, o Artigo 196 (CF/88), que traz a saúde como direito de todos e dever do Estado e o Art. 198 (CF/88), que constitui o SUS, vem sustentar o conceito integral de cuidado a saúde e à saúde mental.

Amarante (2003) entende a reforma psiquiátrica como parâmetro essencial para a reestruturação da rede em saúde mental e que essa veio com um posicionamento diferente em relação ao modelo antigo da forma de atuar da psiquiatria, ou seja, são novas formas de cuidado, visando um cuidado integral, que além do bem estar clínico, busca o bem estar social. Nesse contexto, a alta social vai ao encontro do que preconiza a reforma psiquiátrica, com uma nova configuração de cuidado, um cuidado estendido e ampliado, em ambientes que possibilitem o convívio familiar e comunitário, fora do ambiente de internação.

Nessa perspectiva, o horizonte de garantir um cuidado estendido e ampliado está presente, mesmo diante das contradições sinalizadas anteriormente, pois o trabalho profissional que, muitas vezes, atua na manutenção da permanência dos sujeitos no ambiente de internação, dá-se com intuito de que haja tempo hábil de tornar o planejamento da alta social exequível e viável. O planejamento da alta, por sua vez, envolve tanto o(a) usuário(a) em processo de alta quanto o seu local de retorno, seja ele para a família, para uma instituição ou demais dispositivos a serem acessados.

No que tange ao cuidado, para além do clínico, o trabalho do(a) AS nos encaminhamentos visa garantir direitos, gratuidade e equidade

de tratamento, universalidade de acesso aos serviços e dispositivos da rede de cuidados, além de ser fundamental para a alta social. A Lei Orgânica da Saúde 8080 de 1990 veio para garantir o acesso gratuito, universal e equânime à Política de Saúde, no entanto, é necessário criar estratégias para que esse acesso se efetive para além da internação.

O procedimento de alta, num contexto social, pode ser explicado como todo o processo que leva em consideração a totalidade das relações, suas condições socioeconômicas, o território de origem e qual o destino de retorno. O termo ainda pouco utilizado e discutido teoricamente, conduz para reflexões sobre a amplitude do cuidado. No cenário da saúde mental e da internação psiquiátrica, o que persiste é a alta médica e o trabalho de assistentes sociais que articulam a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com intuito de viabilizar a continuidade de tratamento de forma humanizada, bem como, indicar que o(a) usuário(a) utilize dos espaços existentes no seu território para que seja possível a inserção ou reinserção desses(as) na comunidade. Isso, concomitante ao tratamento clínico e visando o fomento de autonomia e emancipação dos sujeitos, como preconiza os princípios do Código de Ética do(a) Assistente Social (1993).

A Lei 10.216/2001 e a Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) vêm como importantes marcos para a constante construção de um atendimento humanizado e que vai além do modelo hospitalocêntrico, que prioriza o atendimento clínico em hospitais, pensando nos sujeitos envolvidos no processo para além desse modelo de cuidado e trabalhando a realidade social destes(as). Nesse entendimento ampliado de saúde, e de alta para além do conceito hospitalar, os enfrentamentos e desafios dos(as) AS são cotidianos e necessitam de afirmação e argumentação teórica que sustentem o diálogo com a equipe médica para fazer o movimento de conduzir a alta social, mesmo que após o período considerado para a alta clínica.

Esse movimento vai ao encontro com o compromisso ético e político, que parte da análise da totalidade das relações dos(as) usuários(as) e como esses(as) seguirão com o tratamento e em quais condições o farão. Então, reafirma-se a importância da presença de profissional AS

com formação crítica reflexiva, amparado em instrumentais teórico-metodológicos e em projeto ético-político condizente com a luta por um modelo societário menos desigual e mais justo, prescrito no Código de Ética profissional

## O(A) ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE ALTA EM INTERNAÇÕES PSICOSSOCIAIS E OS DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DO AMBIENTE DE INTERNAÇÃO

O ambiente de internação psiquiátrica é um espaço contraditório ao preconizado pela Política Nacional de Humanização e as Reformas Psiquiátrica e Sanitária, no que diz respeito ao “cuidado em liberdade” que entende-se por tratamento sem isolar a pessoa do convívio social, com a família e a comunidade. A contradição está, para além da internação, muitas vezes compulsória, no desafio profissional do(a) AS que, ao mesmo tempo em que atua na garantia do direito ao acesso à política de saúde garantindo a permanência pelo tempo necessário na unidade de internação, tem que trabalhar com a equipe médica que é focada mais em resultados, em liberar leitos, abrir novas vagas, focalizando o clínico.

Outro ponto contraditório na atuação é quando há familiares envolvidos e esses(as) estão em estado de sofrimento, desgaste e, não raro, vulneráveis socioeconomicamente para seguir com o cuidado do(a) usuário(a) após a alta hospitalar. Assim, é recorrente a solicitação de orientação para interdição legal desses(as) usuários(as) e pela institucionalização em clínicas para cuidado de longa permanência e Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) para usuários(as) com mais de dois anos de internação, conforme prevê a Portaria 3090 de 23 de dezembro de 2011.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Estabelece que os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), sejam definidos em tipo I e II, destina recurso financeiro para incentivo e custeio dos SRTs, e dá outras providências. [...] Art. 1º Definir que os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) acolham pessoas com internação de longa permanência (dois anos ou mais ininterruptos), egressas de hospitais psiquiátricos e hospitais de custódia, de acordo com as diretrizes descritas na Portaria nº-106/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2000. (BRASIL, 2011, L 3090)

Não é atribuição ou competência do(a) AS disparar ou indicar esses processos de institucionalização, no entanto, é parte do fazer profissional a devida orientação para acesso aos serviços e direitos dessas famílias.

Nesse sentido, há complexidade em discutir a alta social no contexto de internação hospitalar para cuidado em saúde mental, pois existe a luta por tratamento em liberdade, e paralelamente há a necessidade de permanência do(a) usuário(a) na internação ou a transferência desse para um local de institucionalização. Esse movimento contraditório existe porque não raro a família cuidadora está esgotada, no sentido subjetivo de emoções e saúde mental, e no sentido objetivo pertinente a questões socioeconômicas. Como aponta Rosa (2013), o olhar para as famílias cuidadoras é uma das lacunas da Reforma Psiquiátrica e o entender suas demandas, sendo uma delas a busca por internação do familiar em sofrimento, é uma necessidade dos(as) profissionais. Pois, trabalha-se muito em desinstitucionalizar e inserir esse cuidado em espaços de livre circulação e nas comunidades onde vivem os(as) usuários(as). Por outro lado, existem os familiares do usuários(as) que se encontram, muitas vezes, esgotados em todas as nuances tocantes ao ser humano, e sem o devido amparo ou acesso efetivo a políticas que os auxiliem, especialmente no tratamento em meios menos invasivos.

Portanto, a alta social é um procedimento de viabilização de acesso a direitos e serviços para além do ambiente hospitalar que garantam recursos sociais e comunitários para a continuidade do tratamento e que, na atuação do(a) AS, a totalidade deve ser analisada, o que inclui a realidade da família. Em uma unidade de internação psiquiátrica, é parte do processo de alta social a facilitação do acesso a RAPS. Esses dispositivos, que fazem parte do território de retorno desse(a) usuário(a), servirão de base para reinserção social e continuidade do tratamento com mais eficácia, pois proporcionarão (re)inserção na comunidade e sensação de pertencimento.

Nessa linha de compreensão, a alta social caminha em consonância com os princípios de integralidade, equidade, gratuidade e universalidade preconizados pelo SUS e que são garantidos constitucionalmente.

Outro fator que vai ao encontro do conceito ampliado de saúde e dos princípios do SUS e direitos pétreos da CF/88   ocupar espaços públicos para produção de vida, estímulo e incremento de autonomia no tratamento e desenvolvimento humano.

Utilizar dos espaços nos territórios<sup>5</sup>   tornar possível estabelecer e reestabelecer vínculos dos(as) usuários(as) com a família e com a comunidade e potencializar suas existências, trabalhando no sentido contrário ao estigma dos transtornos mentais. Esse movimento   parte do projeto ético-político do Serviço Social, no entendimento de trabalhar por uma sociedade mais justa e menos desigual, o que demonstra a importância do trabalho do Assistente Social no planejamento do cuidado em saúde, especialmente, no processo de alta social. Pois, este é um(a) profissional que está inserido em diversos dispositivos e tem na análise da totalidade, na sua formação e na sua atuação na área da saúde um “imperativo dos direitos humanos e de dignidade humana” (CARVALHO, 2014, p. 265).

Esses questionamentos existem e estão postos para reflexão cotidianamente, bem como, para a reavaliação do processo de trabalho, não somente do(a) AS, mas também de todos(as) profissionais que compõem os serviços públicos. Nesse assunto de encaminhamentos e alta social, o(a) profissional AS necessita ter sempre um olhar afinado com a totalidade. Esse olhar pressupõe analisar a situação além da realidade posta, do imediatismo, do diagnóstico clínico e enxergar as raízes que levaram a família ou sujeito àquela situação de internaa o psicossocial.

Entender as contradições da sociedade, fazer uma análise crítico-reflexiva, uma escuta qualificada aos(as) usuários(as) internados(as) e seus familiares   parte integrante do trabalho do(a) AS em uma unidade de internaa o psicossocial. “A consciência da contradição é o momento

---

<sup>5</sup>   importante conceituar território para discutir RAPS, para Lahorgue (2016) território vai além do espaço geográfico, é sim um espaço de especificidades, costumes, tradições. Abreu (2018) traz território e espaço como categorias de análise, sendo base para relações sociais e parte da luta de classes, contextualizando território também com a função trabalho. Esse, por sua vez,   um tema que merece atenção e tem grande abrangência para o debate em saúde mental e reabilitação psicossocial.

em que a contradição se torna princípio explicativo do real” (CURY, 2000, p. 32). Assim, estar consciente das contradições que levam esses sujeitos a acessar as políticas e das contradições da própria prática profissional, é refletir sobre as existências e sobre a finalidade da prática.

Cury (2000) destaca o conhecimento e análise da totalidade, a importância de conhecer essa realidade, o que leva a uma compreensão mais lúcida sobre cada situação, assim como a compreensão da subjetividade das relações. Olhar para além da crise aguda que resulta na internação é trabalho do(a) AS, profissional com formação específica e com olhar crítico e instrumentais teórico-metodológicos que embasam a prática cotidiana.

Trabalhar a autonomia e a emancipação dos sujeitos e das famílias que acessam às políticas públicas, impulsionar a diminuição das desigualdades sociais, por um novo projeto societário, são princípios éticos profissionais. Igualmente, trabalhar em equipe multiprofissional, somando conhecimentos é estar em consonância com o projeto ético-político, cujas diretrizes e princípios são parte fundamental da atuação do(a) profissional em uma unidade de internação, onde a priori ainda persiste o modelo médico centrado.

Essa contextualização entra no campo dos desafios profissionais no ambiente hospitalar, onde o modelo predominante é o médico-centrado, compreendido por todo conhecimento voltado para à área médica em detrimento de outras profissões. O tensionamento proveniente da constante afirmação da profissão no espaço resulta em desgaste do(a) profissional e em dificuldades de encaminhamentos que objetivem a alta social.

O planejamento da Alta Social começa já na internação, quando se faz um levantamento, estudo da situação do(a) usuário(a) que está sendo internado(a). É realizada entrevista com o(a) usuário(a) e com a família, na falta de familiares aciona-se curadores(as) responsáveis pelo cuidado. Também é feito um mapeamento da rede acessada anteriormente à internação, Unidade Básica de Saúde, médicos especialistas, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e todos os dispositivos públicos por onde o(a) usuário(a) passou.

Uma situação que exemplifica o contextualizado até aqui é a de um usuário de 48 anos, atualmente recebendo pensão por morte (em razão do pai falecido), com diagnóstico de esquizofrenia, tendo apenas um irmão como familiar próximo. O referido usuário está em internação há 6 meses, num local para tratamento de crises agudas. Já foi morador de instituição de longa permanência e saiu da mesma quando o pagamento para a instituição foi suspenso em razão do falecimento do pai, à época curador do paciente.

Esse usuário com pouco mais de 30 dias de internação encontrava-se estabilizado, com alta médica recomendada para que sua estabilidade clínica não fosse prejudicada. Então, o Serviço Social foi chamado para providenciar o contato familiar, o qual é apenas o irmão com poucas condições mentais e financeiras de manter o cuidado de terceiros. Esse irmão tem um comportamento um tanto quanto desorganizado, mora sozinho em uma comunidade afastada, no interior do município.

Um advogado está atuante nesse processo desde a internação na unidade de atenção psicossocial, passando pela transferência de curatela do pai, falecido, para o único irmão e resultando em ativação de pensão por morte. Com esse valor mensal garantido, foi dada entrada de processo na II Vara de Família da cidade para institucionalização, novamente, do usuário. Esse processo está arrastando-se pela demora legal do sistema e de recursos humanos envolvidos na entrega dos documentos necessários.

Nessa situação específica, o(a) AS tem atuado no elo de ligação entre a unidade de internação, o Fórum da cidade, o irmão curador e o advogado. Há uma enorme dificuldade em garantir uma alta social com qualidade para esse usuário, tendo em mãos vários entraves. Um acordo foi pactuado com o irmão, afim de viabilizar a alta. Nesse acordo foram acessados dois serviços da rede, sendo eles: a Unidade Básica de Saúde referência, ficando responsável pela medicação injetável *in loco* e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para acompanhamento com visita domiciliar da AS.

Há um grande detrimento na estabilidade clínica e emocional do usuário em permanecer na unidade de internação além do necessário.

Vários são os fatores causadores de estresse que podem desencadear uma nova crise. Isso, reafirma a necessidade de alta social concomitante a alta médica hospitalar. A exemplo desse usuário, ele está sendo prejudicado ao permanecer num ambiente onde internam, diariamente, pessoas em crises oriundas de transtorno mental grave e por presenciar essas situações, estando internado e ciente de que poderia estar em casa, é altamente prejudicial ao seu tratamento.

No dia da alta o usuário desorganizou-se, termo utilizado para referenciar picos de crise, e entrou em conflito verbal com o irmão, o(a) psiquiatra, equipe de enfermagem e o(a) Assistente Social responsável pelo caso. A condição de longa permanência na instituição, presenciando situações estressoras, pode o ter levado a essa crise, o que resultou na permanência dele no ambiente de internação, onde encontra-se há seis meses e, novamente, está sem previsão de alta social. Toda rede foi acionada para garantir a continuidade do tratamento, viabilizando o acesso a direitos e garantia de alta social. Contudo, o cuidado que competia à parte familiar, nesse caso do irmão, para viabilizar o transporte, moradia, alimentação não teve sucesso. Essas são situações recorrentes e que levam o(a) profissional a continuar acionando a rede, mas apenas para acompanhamento do processo de institucionalização.

No outro lado da alta, está o(a) médico(a) psiquiatra responsável pela parte clínica tensionando que parta do serviço (hospital) uma ação por abandono de incapaz encaminhada ao Ministério Público. Essa ação obrigaria o irmão a conduzir o usuário para sua residência independentemente do nível de organização deste no dia da alta. Esse procedimento seria penoso tanto para o irmão, quanto para o usuário. Nesse espaço, novamente, age o(a) Assistente Social mediando essas relações internas e argumentando sobre a necessidade de manter no serviço uma pessoa com alta clínica que não tem condições reais de retornar para sua residência.

Na cidade de Santa Maria/RS, cidade da unidade de internação psiquiátrica de referência desse artigo, não há SRT pública. O que está disponível na rede são clínicas privadas de longa permanência, as quais recebem pessoas maiores de 18 anos, mediante pagamento de um valor

específico de mensalidade. Em alguns casos o cuidado é pago com valor de benefício, pensão ou aposentadoria que o(a) usuário(a) recebe. O município, em contrapartida a falta de SRT pública, propicia a vinculação à rede no que diz respeito aos cuidados médicos gerais e especializados, com facilitação de encaminhamentos para Unidades Básicas de Saúde (UBS) e outros serviços especializados.

Assim, o Serviço Social

[...] como área de conhecimento e de intervenção profissional, consolida o seu significado social em suas relações com as demais profissões e com as práticas societárias mais amplas, especialmente com as que direcionam para o enfrentamento das situações de violações de direitos que afetam as condições de vida da população em geral e, sobretudo, dos setores mais empobrecidos da sociedade. (MARTINELLI, 2011, p. 498)

A referida autora traz em sua escrita a reafirmação da importância de uma profissão interventiva nas relações sociais, o que está em consonância com a atuação do(a) Assistente Social nas contradições em um espaço de internação psicossocial. Pois, ao mesmo tempo que se reivindica para garantir a permanência, é necessário trabalhar a alta social para que outro usuário(a) possa acessar o serviço. E tudo isso em meio a inúmeras burocracias e enfrentamentos, tanto internos do campo quanto fora dele.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do entendimento do trabalho do(a) AS, suas implicações e desafios no ambiente de atenção psicossocial, principalmente, no ambiente de internação, salienta-se que esse artigo visa problematizar a alta social. E com isso mostrar que seu objetivo é garantir meios de continuidade do tratamento após a internação e que esse processo nem sempre acompanha a alta médica e hospitalar.

É importante compreender a RAPS para além dos dispositivos públicos de atendimento à pessoas com transtorno mental, e considerar espaços da comunidade para essa rede de apoio. Questiona-se sobre o

que é promover o processo de alta social no contexto da Reforma Psiquiátrica e quais inferências esse processo tem na efetividade do tratamento dos sujeitos com transtorno. Reflete-se sobre a dimensão para cada usuário(a) com o questionamento: para onde voltar? E nisso, insere-se a relevância da discussão sobre Alta Social, suas implicações na vida dos sujeitos e da família e o papel do(a) AS nesse processo.

Ser um(a) profissional comprometido(a), em constante capacitação e atualização, com domínio dos pontos possíveis para rede de apoio é essencial no que tange a Alta Social. No corpo de uma equipe multiprofissional existe o papel de dar fôlego para equipe do serviço. A residência multiprofissional na área de saúde, para além do ensino em serviço, vem para questionar e renovar o processo de trabalho. É uma equipe que, quando chega afinada e comprometida com o campo, com os(as) usuários(as) e com sua formação, vem para implementar e impulsionar práticas alinhadas com as reformas psiquiátrica e sanitária e com a garantia de direitos humanos.

Ademais, o processo de Alta Social compreende procedimentos além dos encaminhamentos. Esse, é composto por orientação para aquisição de medicamentos através de farmácias públicas, de cartão de vale transporte que possibilite o deslocamento do(a) usuário(a) e, quando necessário, de acompanhante em consultas periódicas, orientação para processos de interdição e institucionalização. Estes são muito solicitados em casos específicos em que o suporte familiar está fragilizado, o viés socioeconômico é vulnerável e já há um desgaste familiar forte.

Os desafios no cotidiano profissional do(a) AS são constantes. As implicações de trabalhar na perspectiva do social numa unidade de internação para tratamento de crises de transtornos mentais graves é algo instigante, por vezes desgastante. Essas e outras tantas questões provenientes desse campo tão contraditório, burocracias internas e externas, denotam a importância de visibilizar a discussão do tema. Há uma necessidade latente de produções teóricas de Assistentes Sociais inseridos(as) nesses espaços, dando peso e fôlego, a fim de que essa discussão possa reverter ou amenizar esses problemas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. H. E. **Fronteiras, armadilhas e muros: contribuições teórico-metodológicas para o debate sobre território**. In: Revista Katal, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 261-270, maio/ago. 2018.

AMARANTE, P. A. (Clínica) e a reforma psiquiátrica. In: AMARANTE, P. (Org.). **Archivos de saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: NAU Editora, p. 45-65, 2003.

BRAVO, M.I.S., **Política de Saúde no Brasil**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. MOTA, A.E.; BRAVO, M.I.S.; UCHÔA, R.; NOGUEIRA, V.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L.; TEIEXEIRA, M. (Orgs). 4ª Edição - São Paulo: Ed Cortez, 2009.

BRASIL, **Código de Ética do(a) Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10º edição revisada e atualizada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

\_\_\_\_\_, Constituição (1988). **Art. 194** que dispõe sobre: A seguridade social, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 06 Jul. 2018.

\_\_\_\_\_, Constituição Federal (1988) **Art. 196** que dispõe sobre: A saúde é direito de todos e dever do Estado. Brasília, DF, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 06 Jul. 2018.

\_\_\_\_\_, Constituição Federal (1988) **Art. 198** que dispõe sobre: a regulamentação do SUS. Brasília, DF, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 06 Jul. 2018.

\_\_\_\_\_. (1990). **Lei n. 8.080**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília,

DF, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)>. Acesso em 04 Jul. 2018.

\_\_\_\_\_. (2001). **Lei n. 10.216**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis /LEIS\\_2001/L10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm)>. Acesso em 04 Jul. 2018.

\_\_\_\_\_. (2003a). **Política Nacional de Humanização (2003)**. 1 ed. Brasília, DF, 2013. Disponível em:<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_humanizacao\\_pnh\\_folheto.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf)>. Acesso em: 04 Jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde**. - 1.ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. (2011) Ministério da Saúde. **Portaria 3.090 de 23 de dezembro de 2011**. Estabelece sobre os Serviços Residenciais Terapêuticos. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3090\\_23\\_12\\_2011.htm](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3090_23_12_2011.htm)> Acesso em 06 Jul. de 2018.

CURY, C.R.J. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7 ed. – São Paulo, Cortez, 2000.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília, 2010.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

LAHORGUE, M.L. **Território e Territorialidade**. In: Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil. (Org.) Fernandes, R.M.C.; Hellmann, A. Ed. UFRGS, 1ª edição - Porto Alegre, 2016.

MARTINELLI, M.L. **O trabalho do Assistente Social em contextos hospitalares**. In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, nº 107, p. 497 – 508, jul./set. 2011. Ed Cortez.

PESSOA, J.M.; SANTOS, R.C.A.; CLEMENTINO, F.S.; OLIVEIRA, K.K.D.; MIRANDA, F.A.N. **A política de saúde mental no contexto do hospital psiquiátrico: Desafios e Perspectivas.** Escola Anna Nery 20 (1) Jan-Mar 2016.

ROSA, L.C.S. **Transtorno Mental e o Cuidado na Família.** In: Serviço Social & Saúde, Campinas, SP v. 12, n 1 (15), p. 119-124 jan./jun. 2013 ISSN.

## Capítulo 2

# O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE PUÉRPERAS E AS RELAÇÕES COM OS TIPOS DE ALEITAMENTO

Sheila Kocourek<sup>1</sup>

Ana Paula Ramos de Souza<sup>2</sup>

Leticia Conceição Costa<sup>3</sup>

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO ESTUDO

Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa intitulado: Saúde Materno-infantil e alimentação do bebê nos dois primeiros anos de vida: análise da relação com variáveis sociodemográficas, obstétricas e psicossociais<sup>4</sup>. O referido projeto foi executado no âmbito de um Hospital Universitário da região central do Rio Grande do Sul, por docentes e residentes do Programa de Residência Multiprofissional. O mesmo foi elaborado devido a necessidade em abordar a associação entre tipos de aleitamento (materno exclusivo, misto, artificial), fatores sociodemográficos e aspectos psicossociais.

É fundamental identificar quais fatores de risco que interferem na saúde materno-infantil e obstaculizam o aleitamento materno, a fim de adotar estratégias de redução dos mesmos e propor medidas preventivas

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social (PUCRS). Docente do Departamento de Serviço Social da UFSM.

<sup>2</sup> Fonoaudióloga (UFSM), Mestre e Doutora em Linguística e Letras (PUCRS). Docente do Departamento de Fonoaudiologia da UFSM.

<sup>3</sup> Assistente Social (UFSM). Especialista em Gestão Hospitalar, ênfase materno-infantil pelo Programa de Residência Multiprofissional Gestão e Atenção Hospitalar no Sistema Público de Saúde da UFSM.

<sup>4</sup> O referido projeto foi desenvolvido também pelas Residentes Inaê Costa Rechia, Carla Ribeiro Ciochetto, Bárbara Eleana Canabarro Corrêa.

por meio de intervenções para que se possa garantir um adequado desenvolvimento a todas as crianças.

A importância da amamentação é evidenciada em estudos epidemiológicos e biológicos, pois a decisão de não amamentar uma criança tem efeitos importantes em longo prazo na saúde, nutrição e desenvolvimento infantil, bem como na saúde da mãe. Possivelmente, nenhum outro comportamento de saúde pode afetar desfechos tão diversos nos dois indivíduos que estão envolvidos: a mãe e a criança. Para que as taxas de aleitamento materno se ampliem no país, é necessário um trabalho interdisciplinar apoiando, incentivando e empoderando as mulheres.

Nesse sentido, o cuidado para criar as condições propícias ao aleitamento materno e a boa nutrição do bebê está no centro da linha de cuidado materno-infantil realizada já no período pré-natal e que segue no pós-parto na atuação hospitalar e na puericultura realizada nas unidades de saúde.

Sabe-se que para que esse cuidado seja efetivo não basta que boas orientações sobre aspectos instrumentais da amamentação sejam dadas. É preciso levar em consideração a disposição e o estado emocional, físico, econômico e o suporte que a mãe tem da sua família para viabilizar a dedicação necessária ao aleitamento materno.

Destaca-se que o tema tem ganhado relevo nos últimos 30 anos, sobretudo pelos esforços empreendidos pela UNICEF e Organização Mundial da Saúde no sentido de fortalecer a importância do aleitamento materno em detrimento de fórmulas oferecidas pelos mercados e indústria farmacêutica.

A literatura demonstra que o aleitamento misto é mais comum entre as puérperas que tiveram bebês com risco psíquico, também demonstrou que bebês com risco psíquico ou ao desenvolvimento apresentam dificuldades maiores na transição alimentar para a consistência semi-sólida e sólida. Esses trabalhos demonstram a importância de se analisarem aspectos diversos e de um modo interdisciplinar para entender o desfecho de uma prática que, a princípio, parece tão natural como é o aleitamento materno. É necessário atentar para o fato de que não

basta que a mãe esteja fisicamente disponível para amamentar, é preciso que ela deseje fazê-lo e possa contar com um suporte social para sua concretização. (CRESTANI, A.H., et al, 2010; VENDRÚSCULO, J.F., et al 2012)

Portanto, o aleitamento materno precisa ser abordado como um tema interdisciplinar, de modo a analisar a relação que se estabelece entre aqueles que exercem a função parental e seu bebê assume relevância, pois a detecção precoce de que algo não vai bem pode auxiliar a equipe interdisciplinar a oportunizar a intervenção mais adequada e em tempo de impedir uma psicopatologia e/ou déficits instrumentais.

Alguns roteiros de risco psíquico desenvolvidos no Brasil e na França têm contribuído nesse processo de detecção precoce. Entre eles estão os Indicadores de Referência para o Desenvolvimento Infantil (IRDI) e os Sinais PREAUT - Signes de Programme Recherche Evaluation Autisme. (CRESPIN G., PARLATO-OLIVEIRA, E., 2015; KUPFER M.C., 2008; OUSS L., ET AL, 2016).

Conhecer a interferência de fatores como o cuidado e saúde materna pré-natal, bem como variáveis sócio demográficas e psicossociais que podem acometer o aleitamento materno, permitirá pensar em fatores de risco a saúde materno-infantil de modo a propor junto a equipes de cuidado pré-natal e puericultura a adoção de medidas protetivas a saúde materna infantil de modo a ter o desfecho adequado quanto à saúde materna, à alimentação e à nutrição do bebê, bem como favorecer a relação mãe-bebê.

Considerando que o Serviço Social aborda a dimensão do aleitamento materno como um direito da criança e as condições para que ele aconteça de modo conveniente, devem ser sustentadas por políticas públicas adequadas, compreende-se que analisar a relação entre tipos de aleitamentos nos primeiros quatro meses de vida, variáveis sócio demográficas e psicossociais e seus reflexos no desenvolvimento do bebê são centrais para concretizar o conceito ampliado de saúde.

Este artigo aborda uma parte de um estudo de coorte prospectivo que acompanhou bebês prematuros e a termo, nascidos no período entre agosto de 2014 e abril de 2017, no setor de puericultura em uma

Unidade Básica de Saúde e no setor de seguimento de prematuros em um hospital universitário em pesquisa ampla sobre desenvolvimento infantil que contou com a captação de 140 bebês quando estavam com um mês de idade e o acompanhamento de seu desenvolvimento até os 24 meses.

Considerando os bebês que participaram da etapa de zero a quatro meses a amostra deste estudo foi constituída por 122 díades mãe-bebê. Nesse grupo há bebês nascidos a termo e pré-termo (abaixo de 37 semanas gestacionais), sendo sua maioria com idade gestacional superior a 32 semanas, ou seja, prematuros tardios, com peso superior a 1500 gramas.

O presente estudo utilizou dois roteiros de detecção precoce de risco psíquico que foram os Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI) nos primeiros 12 meses, e os Sinais PREAUT aos quatro e nove meses. A forma de atribuição de risco psíquico seguiu a determinação de cada protocolo. No caso do IRDI dois ou mais indicadores ausentes e no caso dos Sinais PREAUT risco para autismo abaixo de cinco pontos e risco psíquico de outra natureza pontuação entre cinco e 14 pontos.

As variáveis sociodemográficas (idade, escolaridade, estado civil, número de filhos, dentre outros) psicossociais (suporte social, cuidador familiar, apoio da família, dentre outros), obstétricos (dados do período pré-natal) foram coletadas por meio de uma entrevista inicial, com perguntas simples apresentadas à mãe e/ou quem fizesse a função materna, em caso de ausência desta. A entrevista foi realizada com o responsável no dia da realização do teste do pezinho na unidade de saúde ou na consulta pediátrica no seguimento de prematuros do hospital universitário. Essa coleta foi realizada por pesquisadoras qualificadas, membros do grupo de pesquisa.

Os dados foram digitados em banco de *excell* e codificados a partir das variáveis sócio demográficas, psicossociais e obstétricas elencadas, bem como os testes padronizados para risco psíquico. Para análise estatística foi utilizado o *software Stata 9.0*.

Conforme normas regulamentadas pela Resolução 466/2012 (BRASIL, Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012), passou por Apro-

vação do Comitê de Ética e Pesquisa em Saúde (CEP) da Universidade Federal de Santa Maria e obteve autorização da Secretaria Municipal de Saúde, sendo esse estudo inserido no projeto maior intitulado “Análise Comparativa do Desenvolvimento de Bebês Prematuros e a Termo e sua Relação com Risco Psíquico: da detecção à intervenção” autorizado em maio de 2014 no CEP – UFSM sob número de CAE: 28586914.0.0000.5346.

O termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado pelos responsáveis após a leitura dos objetivos da pesquisa, e garantia de sigilo de dados de identificação e voluntário para a pesquisa.

## **O PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO E OS DETERMINANTES NO RISCO PSÍQUICOS EM BEBÊS**

Quanto há referência aos fatores determinantes, que podem interferir no aleitamento materno exclusivo é importante identificá-los para que seja possível as mudanças propositivas nas políticas públicas e nos estabelecimentos de saúde, já que estes vêm tendo papel fundamental para aumentar a frequência de aleitamento materno exclusivo.

Moraes (2016) demonstra em seu estudo que a abordagem e apoio dos profissionais de saúde da atenção básica deve ocorrer desde o pré-natal até o pós-alta para obtenção de êxito no aleitamento materno, logo vem ao encontro quando é mencionado os cuidados em saúde na gestação, trazendo estes como favorecedores do aleitamento materno exclusivo de maneira protetiva.

Ainda sobre a importância do papel dos estabelecimentos de saúde no aleitamento materno, Franco (2015) reporta, para o contexto da Estratégia de Saúde da Família - ESF, a importância da vinculação da mulher com o serviço, estabelecendo laços de confiança com a equipe, bem como o trabalho de educação em saúde de maneira que incentive e apoie a prática de amamentar.

Na pesquisa aqui apresentada, a associação entre número de consultas pré-natais e aleitamento materno confirmou a tendência dos estudos, em que o baixo número de consultas de pré-natal tem-se mostrado

como fator de risco ao aleitamento.

Além da influência das consultas de pré-natais, também é pertinente a discussão neste trabalho acerca das condições de vida das famílias, e de que forma estas incidem no tipo de aleitamento. Os estudos têm evidenciado esta interação, em que as precárias condições de vida estão associadas com a interrupção precoce do aleitamento materno exclusivo.

Essa associação se confirma ao analisar os fatores socioeconômicos, como a renda familiar, em que nas famílias com menor nível socioeconômico há maior prevalência de aleitamento misto, o que tem-se mostrado tendência nos estudos, da mesma forma que as famílias com maior renda mensal possuem prevalência maior do aleitamento materno exclusivo.

Há grande necessidade de alerta para as tendências, mesmo que não estatísticas, observadas nesta pesquisa. Elas representam indícios confirmados em outros estudos que enfatizam a associação dos fatores sócio demográficos como menor escolaridade materna, menor idade materna com dificuldades no aleitamento materno. Rocha (2010), concluiu em seu estudo que é preciso deter os fatores de risco individuais, familiares e sociais para obter sucesso no aleitamento materno, uma vez que reconhecer a amamentação como uma prática natural e instintiva não é o suficiente para que ela se dê.

Nesse sentido, a rede de suporte social é uma variável que vem incidir de maneira positiva quando é abordado o aleitamento materno. A rede de suporte social, segundo Domingues e Dertnl (2005) consiste em vínculos construídos ao longo da vida, nos quais pode haver aspecto afetivo, retributivo ou de obrigação. As autoras expõem a necessidade de identificação e posterior mobilização das pessoas que compõem sua rede de suporte social. Ainda sobre a rede de suporte social, Sluzki (1997) a define como o conjunto de pessoas com quem interagimos regularmente, conversando, trocando sinais que nos corporizam, que nos tornam reais. Dessa forma, associando a rede à própria construção da identidade pessoal, o que evidencia a relevância do suporte social para o empoderamento feminino e favorecimento do aleitamento materno.

O papel do cônjuge, ou companheiro como um formador dessa rede de suporte, tem mostrado que as mulheres que contam com esse apoio, têm maiores chances de amamentar seus filhos, dessa maneira exercendo efeito de motivação na mãe. Esse dado evidenciado como tendência percentual, em que pese a ausência de significância estatística, foi reforçado no estudo de Crestani et al (2012) que demonstrou que mães com estado civil solteira, os filhos possuíram duas vezes mais chances de risco ao desenvolvimento infantil, quando comparadas com as que tinha apoio do cônjuge. Esses estudos confirmam que nas redes de suporte social dos usuários há fatores fortemente associados à saúde, doença e cuidado.

Embora outros estudos tenham destacado a relação entre risco psíquico e desenvolvimento infantil e dificuldades no aleitamento exclusivo, nesta pesquisa tal associação não se deu de modo descritivo ou estatístico.

Outro fator estatisticamente significativo foi a prematuridade que se associou com maiores percentuais de aleitamento misto e artificial do que os bebês nascidos a termo. A prematuridade implica uma condição de fragilidade do bebê e da mãe que pode impactar nas condições para o aleitamento materno, devido a fatores como: condições clínicas, peso ao nascer, tempo de hospitalização, desejo e condições para amamentar das mães. Fatores esses que podem interferir de forma negativa no processo de amamentar. Nesse sentido, Soares (2016) destaca em seu estudo a insegurança das mães em amamentar seus filhos prematuros. Por isso, o autor apresenta a escuta materna como instrumento facilitador e fundamental no sucesso do aleitamento materno de prematuros, o que demanda sensibilidade dos profissionais para os medos e anseios vivenciados por essa população.

Assim, nesta pesquisa fatores como o cuidado pré-natal pela equipe de saúde evidenciou-se como fazendo a diferença na possibilidade de aleitamento, em combinação com o apoio familiar e condições socioeconômicas.

Nesse sentido, possibilitar o fortalecimento e mobilização da rede de suporte social dos usuários, o acompanhamento com os serviços de

saúde, por meio de políticas públicas para acesso à educação, irá resultar em condições adequadas para efetivação da integralidade da atenção, cuidado à saúde materna-infantil, garantindo o sucesso do aleitamento materno, que tem impacto fundamental no desenvolvimento infantil. Este estudo reforça a importância do investimento dos órgãos competentes, Estado, governo e sociedade civil no cuidado materno-infantil no período pré-natal e pós-natal para que o aleitamento materno atinja os percentuais desejáveis (ROLLINS, N.C., et al, 2016).

Menciona-se também a relevância do trabalho do Assistente Social através do impacto as mulheres e seus familiares, que encontram-se em situação de vulnerabilidade sócio-econômica e de saúde, muitas vezes com dificuldades expressivas no aleitamento materno. Nesse sentido, o profissional do Serviço Social na equipe de saúde tem papel fundamental, pois é ele quem vai garantir que os usuários, na maioria das vezes dos setores mais empobrecidos da sociedade, tenham acesso ao atendimento, como um direito e com qualidade, que possa possibilitar condições adequadas para efetivação do aleitamento materno.

O Serviço Social garante, conforme afirmam Miotto e Nogueira (2009), seu espaço na saúde, principalmente pela ampliação do conceito de saúde, em que agrega a dimensão social, reconhecendo a influência dos determinantes sociais no processo saúde – doença, possibilitando intervenções mais eficientes.

A autora Jane Cruz Prates (2003), com base numa perspectiva dialética-crítica de Inspiração Marxiana, expressa a importância de um conjunto de estratégias que deem conta de seu processo de intervenção. Menciona também que é preciso analisar com profundidade as contradições que se ocultam ou se fetichizam na realidade.

Para realizar esta análise tão importante que a autora menciona, baseando-se em desvendar as contradições existentes na realidade dos usuários, é essencial utilizar os instrumentais do Serviço Social, pois somente munidos dos instrumentais será possível realizar um diagnóstico adequado e eficaz.

Por essas razões que o processo de trabalho do assistente social é tão importante na saúde, uma vez que as condições sociais incidem, influ-

enciam de maneira direta nas condições de saúde.

Desvendar a historicidade, a dinâmica familiar e as contradições que se fazem presentes na vida dos usuários são fundamentais para uma adequada intervenção dos profissionais de saúde, especialmente do assistente social nos hospitais, que possui sua atuação direcionada na busca da garantia dos direitos sociais dos usuários.

## APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir dos questionários aplicados, obteve-se os resultados a seguir no que se refere as características demográficas e socioeconômicas. Observam-se nos dados descritivos que o quantitativo das crianças do sexo masculino e feminino é muito próximo, sendo 63% masculino e 59% feminino, dos quais 65,57% nascidos a termo. Traçando o perfil materno foi possível identificar que a maioria das mães apresentavam de nove a onze anos de estudo (65,57%) e até oito anos de estudo (16,39%). Representada por 72,95% das mães destaca-se a faixa etária entre 20 e 34 anos, ficando aproximadamente em 13% as faixas etárias de 13 a 19 anos e de 35 a 45 anos de idade. A grande maioria (82,78%) possuía cônjuge, seguido por 15,57% que eram solteiras e/ou sem companheiros.

Quanto às variáveis paternas, nota-se que 33,60% dos pais tiveram até oito anos de estudo e 45,08% de nove a 11 anos de estudo. Assim como as mães, a maioria dos pais estava na faixa etária de 20 a 34 anos (59,83%), seguido da faixa etária de 35 a 45 anos (31,96%). A grande maioria dos pais eram casados (79,50%).

O nível socioeconômico das famílias foi analisado em duas categorias: menor ou igual a dois salários mínimos, e maior do que dois salários mínimos, sendo este último representado por 58,19% e o primeiro em 40,98%. Essa renda mantinha, em média, de dois a quatro moradores em 61,47% das famílias, e grande parte das residências eram próprias (67,21%).

Ainda no aspecto social, 89,34% disse ter suporte social, 59,49% tinham cuidador para os bebês, sendo este em sua maioria desempenha-

do por familiares (55,73%), com expressiva representatividade dos avós (32,78%), seguido dos irmãos mais velhos (15,57%).

Posteriormente observou-se a presença de significância estatística entre o aleitamento artificial e o número de consultas pré-natais menor ou igual a cinco, e o nascimento pré-termo. Assim, mães com menor cuidado pré-natal parecem mais expostas ao nascimento prematuro de seu bebê e isso impacta as condições para aleitamento materno exclusivo, favorecendo o aleitamento artificial. Esse dado é evidenciado pelo número de 60,20% de mães com aleitamento exclusivo de seu bebê e que fizeram pré-natal mais adequado, contra o percentual de 45,83% que não tiveram esse cuidado e que alimentam o bebê por método artificial. Também se observa que quanto mais cedo o pré-natal mais favorecido o aleitamento materno exclusivo.

As demais variáveis não apresentaram significância estatística como a idade materna, embora tenha-se um número de 55,95% das mães com aleitamento materno exclusivo na faixa etária entre 20 e 34 anos. Quando analisado o aleitamento artificial se concretiza o que estudos têm demonstrado em que a idade materna menor ou igual a 19 anos (mães adolescentes) representa a maior incidência, neste estudo (30%).

Quanto à renda mães com mais do que dois salários mínimos possuem maior percentual no aleitamento exclusivo (60,56%) e famílias com renda menor ou igual a dois salários mínimos as mães apresentaram maior percentual no aleitamento artificial (29,41%). Mesmo sem significância estatística, observa-se que há uma tendência de a maior renda favorecer o aleitamento materno.

Considerando a escolaridade materna, observa-se que as mães com mais anos de estudo possuem os maiores percentuais de aleitamento materno exclusivo, logo as mães com menor escolaridade se destacam entre as com maior percentual de aleitamento artificial.

Assim, quanto menor for a renda, idade materna e escolaridade, menor a probabilidade de aleitamento materno exclusivo e por consequência maiores as taxas no aleitamento artificial.

Como tendência a favorecer o aleitamento exclusivo, observa-se que as mulheres casadas ou com companheiro amamentam mais. Já as

solteiras têm maior percentual para o aleitamento artificial do que as casadas. Esse dado vai na mesma direção da presença de suporte social favorecendo o aleitamento materno.

Por relaciona-se o tipo de aleitamento e presença de risco psíquico o qual não foi estatisticamente significativa entre risco psíquico e aleitamento materno visto que os percentuais estão praticamente similares entre os grupos com e sem aleitamento materno. O mesmo se observa nos aleitamentos de tipo misto e artificial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise da relação entre tipo de aleitamento nos primeiros quatro meses de vida, risco psíquico ou ao desenvolvimento e variáveis sociodemográficas e psicossociais, observou-se correlação estatística entre as variáveis presença e número de consultas pré-natais e nascimento pré-termo e aleitamento. O maior número de consultas pré-natais e o nascimento a termo se associam positivamente com o aleitamento materno.

Para diminuir a distância entre o idealizado a realidade, no que tange aos tipos aleitamento, deve-se conhecer, a realidade social das puérperas, suas demandas, potencialidades, bem como seu suporte social. Neste sentido o Serviço Social ocupa um lugar privilegiado no que se refere a identificação das expressões da questão social e as possíveis intervenções de modo a impactar favoravelmente no desenvolvimento do bebê.

A Política Nacional de Aleitamento Materno (PNAM) é um dispositivo importante para que reconhece a importância da amamentação com vistas ao pleno desenvolvimento do bebê. Deve-se considerar que para esta prática são necessárias condições básicas à nutriz, tais como local adequado, alimentação e água suficientes e de qualidade. Contudo, o cenário evidenciado por este estudo aponta para famílias com poucas condições econômicas que assegurem uma amamentação adequada, visto que muitas puérperas optam pelas fórmulas industrializadas.

Outro fator que deve ser observado é o suporte social, reconhecidos

aqui os primários: familiares, companheiros ou companheiras da mãe do bebê. A presença de agentes de saúde da família ou a equipe de saúde da família são também suporte social, os quais podem encorajar e auxiliar no processo de amamentação, bem como encaminhar para órgãos competentes demandas sociais de natureza diversa.

Em que pese o avanço das políticas públicas de assistência social, sobretudo com a criação de dispositivos de apoio às famílias, incluindo a transferência de renda por meio do programa bolsa família, ainda há muito que se avançar. Ressalta-se ainda a importância da intersetorialidade visto que a saúde integral é possível na medida em que tem-se ambiente saudável, portanto, habitação, saneamento, alimentação, segurança, trabalho e objetivamente unidades de atenção primária em saúde.

Ressalva-se que o reconhecimento da puérpera como mulher, cidadã de direitos e autônoma, vem em primeiro lugar. Os profissionais, preferencialmente, devem adotar uma postura de respeito a decisão de não amamentar quando não desejar, desde que superadas as barreiras objetivas e subjetivas.

Este estudo descortina uma temática muito relevante para o Serviço Social tanto do ponto de vista da intervenção, como também de produção de conhecimento. Sugere-se que a partir desta primeira aproximação sobre a temática do aleitamento materno e riscos psíquicos seja possível realizar outros estudos, especialmente com características interprofissionais.

Por fim destaca-se que atuar junto ao tema deste artigo, visa proporcionar as crianças à adequada alimentação com foco no desenvolvimento, promoção e proteção à saúde, respeitando os limites da mãe.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCCOLINI, C. S; CARVALHO, M. L; OLIVEIRA, M. I. C. Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo nos primeiros 6 meses de vida no Brasil: revisão sistemática. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, 2015, v. 49, p. 49-91.

CRESPIN, G; Parlato-Oliveira E. Projeto PREAUT. In Jerusalinsky (Org.), Dossiê autismo. São Paulo: **Instituto Langage**, 2015, p. 436-455.

CRESTANI, A. H; MATTANA, F; MORAES A. B; SOUZA, A. P. R. Fatores socioeconômicos, obstétricos, demográficos e psicossociais como risco ao desenvolvimento infantil. **Rev. CEFAC**, São Paulo, 2013, v. 15, n. 4, p. 847-856.

CRESTANI, A. H; SOUZA, A. P. R; BELTRAMI, L; MORAES, A. B. Análise da associação entre tipos de aleitamento, presença de risco ao desenvolvimento infantil, variáveis obstétricas e socioeconômicas. **J Soc Bras Fonoaudiol**, Santa Maria, 2012, v. 24, n. 3, p. 205-210.

Cunha ACB, Benevides J. Prática do psicólogo em intervenção precoce na saúde materno – infantil. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 2012, v. 17, n.1, p.111-119.

DOMINGUES, A. C; DERNTL, A. M. A rede de suporte social. In: *Avaliação Global do Idoso: manual da Liga do Gamia*. São Paulo. Editora Atheneu. 2005.

FALEIROS, F. T; TREZZA, E. M; CARANDINA, L. Aleitamento materno: fatores de influência na sua decisão e duração. **Rev Nutr**, Campinas, 2006, v. 19, n. 5, p. 623-30.

FRANCO, S. C; SILVA, A. C. A; TAMESAWA, C. S; FERREIRA G. M; FEIJÓ, J. M. Y; MACARIS, T; ZANOTTO, V. C. Escolaridade e conhecimento sobre duração recomendada para o aleitamento materno exclusivo entre gestantes na estratégia de saúde da família. **Arq. Catarin Med**, 2015, v. 44, n. 3, p. 66-77.

GUTIERREZ, D. M. D; MINAYO, M. C. S. Família, redes sociais e saúde: O imbricamento necessário. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER**, 8., 2008, Florianópolis/SC. **Anais**. Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Maria, 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST34/Gutierrez-Minayo\\_34.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST34/Gutierrez-Minayo_34.pdf)>. Acesso em: 04/12/2017.

HERNANDEZ, A. R; KOHLER, C. V. F. Determinantes sociais do desmame: contribuições das diferentes abordagens metodológicas. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, São Paulo, 2011, v. 21, n. 3, p. 937-953.

HOTH, A. M. **Sinais de risco psíquico em bebês na faixa etária de 3 a 9 meses e sua relação com variáveis obstétricas, sociodemográficas e psicossociais**. 2016. 195 p. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação Humana)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

Kupfer MC. Pesquisa multicêntrica de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil. [citado 2010 Mai 8] Available from: [http://www.fmcsv.org.br/pdf/FMCSV\\_pesquisa\\_multicentrica\\_indicadores\\_cl%C3%ADnicos\\_DI.pdf](http://www.fmcsv.org.br/pdf/FMCSV_pesquisa_multicentrica_indicadores_cl%C3%ADnicos_DI.pdf).

MORAES, B. A; GONÇALVES, A. C; STRADA, J. K. R; GOUVEIA, H. G. Fatores associados à interrupção do aleitamento materno exclusivo em lactentes com até 30 dias. **Rev Gaúcha Enferm**, 2016, v. 37, p. 0044.

NEU, A. P; SILVA, A. M. T; MEZZOMO, C. L; BUSSANELLO-STELLA, A. R. Aleitamento: Relação com hábitos de sucção e aspectos socioeconômicos familiares. **Rev. CEFAC**, 2014, v.16, n. 3, p. 883-891.

OLIVEIRA, L. P. M; ASSIS, A. M. O; GOMES, G. S. S; PRADO, M. S; BARRETO, M. L. Duração do aleitamento materno, regime alimentar e fatores associados segundo condições de vida em Salvador, Bahia, BR. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2005, v. 21, n. 5, p.1519-1530.

OUSS, L. et al. Infant's engagement and emotion as predictors of autism or intellectual disability in West syndrome. **Eur Child Adolesc Psychiatry**, Paris, 2014, v. 23, n. 3, p. 143-9.

ROCHA, N. B; GARBIN, A. J. I; GARBIN, C. A. S; MOIMAZ, S. A. S. O ato de amamentar: um estudo qualitativo. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2010, v. 20, n. 4, p. 1293-1305.

ROLLINS, N. C. et al. Why invest, and what it will take to improve breastfeeding practices? *Lancet*, 2016, v. 387, n. 10017, p. 491-504.

SCOCHI, C. G; FERREIRA, F. Y; GÓES, F. S; FUJINAGA, C. I; FERECINI, G. M; LEITE, A. M. Alimentação láctea e prevalência do aleitamento materno em prematuros durante internação em um hospital amigo da criança de Ribeirão Preto- SP, Brasil. *Ciênc Cuid Saúde*, 2008, v. 7, n. 2, p.145-54.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas.** Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: ed. Casa do Psicólogo; 1997.

SOARES, J. P. O; NOVAES, L. F. G; ARAÚJO, C. M. T; VIEIRA, A. C. C. Amamentação natural de recém-nascidos pré-termo sob a ótica materna: uma revisão integrativa. *Rev. CEFAC*. 2016, v. 18, n. 1, p. 232-241.

VENDRÚSCULO, J. F; BOLZAN, G; CRESTANI, A. H; SOUZA, A. P. R; MORAES, A. B. A relação entre o aleitamento, transição alimentar e os índices de risco ao desenvolvimento infantil. *Rev Distúrbios da Comunicação*, 2012, v. 24, n.1, p. 41-52.

VICTORA, C. G. et al. Breastfeeding in the 21st century: epidemiology, mechanisms, and lifelong effect. *Lancet*, 2016, v. 387, n. 10017, p.475-90.

**PARTE II**  
**PRODUÇÕES DE GRADUAÇÃO: RELATOS DE**  
**EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO**

## Capítulo 3

# REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL: O CAMINHO PARA O ACESSO AO DIREITO À HABITAÇÃO E À CIDADE

Thaís Cristina Welter Seffrin<sup>1</sup>  
Fabio Jardel Gaviraghi<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Este artigo, que é resultado do trabalho de conclusão de curso (TCC) de Bacharelado em Serviço Social, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tem como objetivo analisar a importância do trabalho do assistente social no processo de regularização fundiária, a fim de visualizar as atribuições deste profissional na viabilização do direito à moradia.

A base empírica para construção deste se deu a partir da revisão bibliográfica do referido TCC, originado do processo de estágio curricular obrigatório I e II em Serviço Social, no campo da Política Nacional de Habitação (PNH), junto à Superintendência de Habitação (SupHab), de Santa Maria/RS.

A questão habitacional é decorrente das transformações societárias, que vêm atingindo, em sua maior parte, a população em situação de vulnerabilidade e exclusão social, com o não acesso à moradia digna. Sem recursos financeiros suficientes, as pessoas passaram a residir em

---

<sup>1</sup> Assistente social, Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

<sup>2</sup> Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ; Professor adjunto no Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

áreas irregulares e afastadas das cidades. Ao longo dos anos, sucederam várias propostas e tentativas do governo para suprir o déficit habitacional, o que veio a efetivar-se de modo mais intenso apenas no final do século XX e início do século XXI.

O contexto do município de Santa Maria não difere do exposto. Na maioria dos casos, os indivíduos que procuram a Superintendência de Habitação não possuem residência com infraestrutura básica mínima e documento legal de posse. Desse modo, a regularização fundiária faz-se cada vez mais necessária, sendo percebida como possibilidade de acesso e permanência na residência, ainda mais neste contexto neoliberal, em que há inúmeras áreas em situação irregular pelo país, como também o enxugamento dos investimentos nas políticas sociais, entre elas, a habitacional.

O tema regularização fundiária é relativamente novo para o Serviço Social e, portanto, não há muitas produções teóricas a respeito. Dessa forma, espera-se que o artigo possa contribuir com o exercício profissional do/a assistente social nessa área.

Para tanto, em um primeiro momento, serão abordadas questões teóricas a respeito do tema, através de autores como Celso Santos Carvalho (2007), Ermínia Maricato (1997), Luana Dias Motta (2011), Lúcio Kowarick (1994) e Nilene Maria Nalin (2013), bem como as formas de enfrentamento utilizadas, tanto pelo Estado como pela sociedade. Logo após, será abordada a constituição do Serviço Social e sua inserção na área habitacional, em especial junto à regularização fundiária. Em seguida, serão elencadas algumas experiências e resultados obtidos no decorrer do estágio obrigatório, bem como do projeto de intervenção. E por fim, serão trazidas as considerações finais.

## **ELEMENTOS HISTÓRICOS E AS FORMAS DE ENFRENTAMENTO À QUESTÃO HABITACIONAL**

De acordo com Motta (2011), a questão habitacional é um problema que perpetua no Brasil há muito tempo, sendo identificada por sua distribuição desigual e, em consequência de políticas públicas escassas,

que não levaram em conta a população em situação de maior vulnerabilidade, bem como reflexo de outras expressões da questão social<sup>3</sup>, entre elas a pobreza, e a desarticulação dos movimentos sociais.

Conforme o modelo de colonização no Brasil, infere-se que, desde esse período, inicia a questão habitacional, visto que a população indígena que aqui residia foi retirada de suas terras, desrespeitando-se, inclusive, seu modo de viver. Por muito tempo, não importando o regime de distribuição de terras existentes, a terra era vista como uma mercadoria e apenas quem detinha condições de comprar, poderia ter acesso a ela, sendo que os “negros, mestiços ou índios libertos” (NALIN, 2013, p.23) estavam excluídos do “direito”.

A partir da abolição da escravatura em 1888, com a vinda dos negros (ex-escravos) para os centros urbanos, em busca de trabalho (MOTTA, 2011), e dos imigrantes europeus para trabalhar nas grandes fazendas e indústrias, a população urbana cresceu em ritmo acelerado, sem que houvesse um planejamento para recebê-los. Consequentemente, como forma de enfrentamento à falta de moradia, a sociedade passou a utilizar os cortiços (moradias insalubres), prédios antigos (que com o movimento higienista e controle sanitário<sup>4</sup> foram demolidos, durante a Primeira República), bem como ocupar áreas mais afastadas das cidades e irregulares, constituindo as primeiras favelas brasileiras, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro (MARICATO, 1997).

Uma das formas de intervenção estatal se deu com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), através da Lei Nº 4.380/1964 (BRASIL 1964), mas que permaneceu sob perspectiva seletiva, tendo

---

<sup>3</sup> Compreendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 27). Entretanto, não é apenas desigualdade, mas também rebeldia e resistência, tanto pela população, como pelo profissional de Serviço Social que atua sobre suas expressões (IAMAMOTO, 2015).

<sup>4</sup> Conforme Marques (2015, p.224), esse movimento higienista, ação utilizada pelos serviços na área da saúde, tinha como finalidade a “limpeza” e o embelezamento das cidades, apagando os “traços coloniais de nossas cidades [...]”, sem que houvesse uma preocupação com as pessoas que ali residiam.

em vista que por um amplo período favoreceu a classe média, e não as famílias que mais precisavam.

Já nos anos 70, iniciaram no país muitos movimentos sociais de luta pela moradia, em especial pela “regulamentação dos loteamentos clandestinos” (KOWARICK, 1994 p. 169). O que veio corroborar para a proclamação da Lei Nº 6.766/1979, que diz respeito sobre o parcelamento do solo – origem do processo de regularização fundiária.

Alguns programas foram criados para tentar amenizar a falta de acesso formal à moradia, em especial, após a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, em que a moradia como passa a ser entendida como um direito social<sup>5</sup>. A ênfase maior na questão habitacional ocorreu a partir dos anos 2000, com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, órgão central, responsável pela formulação da Política Nacional de Habitação – PNH (criada em 2004), onde a nação pode avançar, no que se refere à política urbana em sua totalidade, não apenas na área habitacional.

Destaca-se, ainda, o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (BRASIL, 2007b) e Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV (BRASIL, 2009a). Esta lei passou a gerenciar a regularização fundiária, isto é, a “regularização de assentamentos irregulares e a titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana [...]” (BRASIL, 2009a, art.46).

Segundo Carvalho (2007, p.13), embora não haja um índice total de habitações e áreas irregulares, “estimativas realizadas pela Secretaria Nacional e Programas Urbanos (SNPU) indicam que mais de 12 milhões de domicílios urbanos ocupados por população de baixa renda são irregulares”, o que demonstra a importância de se ter um olhar mais apurado para o processo de regularização.

No último ano, o governo federal publicou a Lei nº 13.465/2017, que veio revogar alguns artigos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009

---

<sup>5</sup> “Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia [...]” (BRASIL, 1988; grifo nosso).

(BRASIL, 2009a), atinente à regularização. Destaca-se a Regularização fundiária urbana (Reurb), que subdivide-se em duas modalidades: Reurb de Interesse Social (Reurb-S) e Reurb de Interesse Específico (Reurb-E). Conforme a lei, a Reurb-S é definida como a “regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal” (BRASIL, 2017, art. 13).

Destaca-se que o objetivo deste artigo é refletir sobre a Reurb-S, e embora a nova legislação tenha alterado alguns artigos da lei anterior, ela ainda não é aplicável em todos os municípios<sup>6</sup>.

## A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL

O Serviço Social manifesta-se como resposta, por parte das classes dominantes, à questão social, oriunda do conflito entre o modo de produção capitalista e a exploração da força de trabalho. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014, p.37), “capital e trabalho assalariado são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro”. Reforçando essa tese, Santos, Teles e Bezerra (2013, p.152), consideram que “o aparecimento da questão social está ligado à mudança do trabalho escravo para o trabalho livre”.

Em um primeiro momento, é fundada no pensamento conservador, especialmente pelas ações da Igreja Católica, compreendendo a questão social como um “problema” de ordem moral e religiosa (IAMAMOTO, 2011). Logo, o trabalho desenvolvido pelo(a) profissional de Serviço Social embasava-se em ações individualistas, caritativas e assistencialistas, que buscavam “ajustar” o sujeito à sociedade. A partir da década de 80, há uma direção diferenciada para o Serviço Social, através da interlocução com “o pensamento marxista” (IAMAMOTO, 2011, p. 10), que recria um olhar e um projeto profissional mais crítico.

---

<sup>6</sup> O município de Santa Maria possui uma legislação própria sobre regularização fundiária, que não foi alterada com a nova lei federal nº 13.465/2017.

Na política habitacional, o(a) assistente social encontra-se inserido(a), através da reivindicação pela moradia da população que não a possui, ou seja, é viabilizador(a) de acesso aos direitos, constituídos em lei. Porém, nem sempre foi assim, pois no início da profissão, no país, as ações junto à área da habitação eram voltadas para o trabalho comunitário e educativo, na gestão e fiscalização da pobreza, principalmente na atuação junto às favelas e na remoção compulsória das famílias. Nota-se que já nesse período, o não acesso legal sobre o lote ou moradia era uma demanda habitacional no país.

A partir dos anos 2000<sup>7</sup>, a atuação profissional do(a) assistente social vincula-se aos programas habitacionais de interesse social, em que o trabalho social passou a ser obrigatório em todos os empreendimentos habitacionais de interesse social, devendo ser “executado junto às famílias beneficiárias ou comunidades sujeitas à intervenção do poder público (PMCMV, Regularização Fundiária ou Reassentamento, ou outro)”. (NALIN, 2013, p.144).

O trabalho desenvolvido junto aos programas e projetos de regularização fundiária encontra-se intrinsecamente associado à legislação que rege a profissão. O(a) assistente social tem o compromisso de defesa e ampliação da democracia e dos direitos sociais da classe trabalhadora, bem como a consolidação de uma sociedade com equidade e justiça social (BRASIL, 2012).

O Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) sugere, ainda, no que se refere aos programas e projetos de regularização, algumas ações a serem efetuadas pelo trabalho social, como:

Sensibilização da comunidade para participação efetiva no processo de construção do Plano ou projeto; Levantamento dos problemas, interesses e potencialidades da comunidade; Sistematização e divulgação de informações; [...]; Atividades junto às famílias beneficiárias visando às providências de documentação pessoal necessárias à regularização fundiária, quando for o caso. (CEF, 2010, p.60).

---

<sup>7</sup> Optou-se em avançar nos anos e trazer relato do exercício profissional a partir dessa data, tendo em vista que o tema desse artigo é a regularização fundiária. Para maiores informações, consultar o trabalho de conclusão de curso completo.

Dessa forma, para desenvolver tais atividades, a visita domiciliar tem sua pertinência, visto que possibilita uma aproximação do(a) profissional com o contexto vivenciado pelo indivíduo. Destaca-se que esse instrumento deve ser efetuado para conhecer quem são os sujeitos, a fim de potencializar “as condições de conhecimento do cotidiano dos sujeitos, no seu ambiente de convivência familiar e comunitária” (PERIN, 2008, p. 6), bem como de desvelar a realidade e apreender as demandas, a fim de oportunizar melhorias.

Além disso, entre outras ações sugeridas para atuação do(a) assistente social junto à regularização fundiária destaca-se a construção de um perfil socioeconômico, com o intuito de compreender em sua realidade, “com vistas a possibilitar a formulação de estratégias de intervenção e a produção de informação qualificada” (CFESS, 2016, p. 45), para que a atuação possibilite a real transformação da realidade desses sujeitos. Igualmente, é essencial o trabalho em rede, com a finalidade de tornar viável os direitos sociais (CFESS, 2016), para que não se tenha apenas a moradia e a propriedade, como também infraestrutura e serviços públicos básicos.

Entre as ações voltadas ao planejamento, gestão e coordenação, destacam-se as seguintes:

Subsidiar a equipe de trabalho profissional no entendimento de que a moradia é o cenário do cotidiano de seu habitante, carregado de histórias, de subjetividade, de afetividades, de desejos, de possibilidades objetivas e subjetivas e de formas de ser e viver; [...] com informações sociais, econômicas e culturais sobre os grupos sociais usuários da política urbana e sobre os movimentos sociais; [...] conhecer e divulgar as legislações, normativas e manuais que orientam o trabalho social. (CFESS, 2016, p.51-52).

Através das orientações sugeridas, compreende-se ser necessário um olhar atento para as famílias, alvo de regularização fundiária, pois cada ser humano tem suas particularidades, suas vivências e história, e necessita ser entendido nesse contexto. Salienta-se que o trabalho social deve também ser realizado com os profissionais que estão à frente desse trabalho, sendo que o aprimoramento intelectual deve ser contínuo.

## ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO NA SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO DE SANTA MARIA/ RS: POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL E SEUS DESAFIOS

Durante o estágio curricular obrigatório, realizado na política nacional de habitação, junto à Superintendência de Habitação (SupHab) de Santa Maria/RS, realizaram-se algumas atividades no Loteamento Paróquia das Dores, quadras E e F, Bairro Diácono João Luiz Pozzobon, resultante do trabalho desenvolvido neste espaço.

A Superintendência de Habitação tem como público-alvo a população atingida pelas expressões da questão social manifestadas no setor habitacional, as quais vivem em condições insalubres, precárias, em áreas de risco e irregulares<sup>8</sup> e de preservação permanente (APP). Entre os objetivos da instituição é a efetivação e fiscalização da política habitacional, programas e projetos relativos à habitação e à regularização fundiária, como também suprimir os casos de moradias em áreas irregulares e de risco (SANTA MARIA, 2010a).

O município de Santa Maria foi beneficiado com programas e projetos nacionais, que visavam o atendimento das necessidades habitacionais do país. Entre eles evidenciam-se os Programas Habitar Brasil e Habitar Legal, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Morada Feliz (regularização fundiária), que juntos oportunizaram a inúmeras famílias o direito à moradia própria. Atualmente, o projeto com maior enfoque é o de regularização fundiária. Atinente à regularização fundiária, a Lei Municipal Nº 5.338/2010, a conceitua como:

---

<sup>8</sup> Segundo a Portaria nº 595 de 18 de dezembro de 2013 do Ministério das Cidades consideram-se áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil (BRASIL, 2013, p.3).

II. [...] a regularização fundiária sustentável de assentamentos informais ocupados, predominantemente, por população de baixa renda, nos casos em que existem direitos reais legalmente constituídos ou, por ação discricionária do Poder Público, quando se tratar de Área Especial de Interesse Social (AEIS). (SANTA MARIA, 2010b, art. 1, § 1).

No final do processo de regularização fundiária, ou de lotes urbanizados, os moradores devem receber a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), equivalente a uma escritura pública, com registro no Cartório de Imóveis, que possibilita a posse legal do imóvel/lote. Está sujeita “ao cumprimento, pelos beneficiários ou cessionários, das obrigações contidas nos instrumentos firmados” (SANTA MARIA, 2011, art.8), e caso do não cumprimento, a CDRU poderá ser revogada.

O projeto de intervenção, *Assessoramento no processo de regularização fundiária do Loteamento Paróquia das Dores*, tinha como objetivo geral oportunizar aos profissionais e estagiárias<sup>9</sup> da Superintendência de Habitação a ampliação do conhecimento sobre o processo de Regularização Fundiária, a fim de qualificar ainda mais a ação destes, e proporcionar aos beneficiários do Loteamento Paróquia das Dores<sup>10 e 11</sup> compreensão sobre o que significa esse processo. Para tanto, foram demarcados como objetivos específicos: realizar uma capacitação com os funcionários e estagiárias da Superintendência de Habitação sobre a Regularização Fundiária; identificar, acompanhar e assessorar os moradores do Loteamento Paróquia das Dores em relação a regularização fundiária; efetuar uma roda de conversa com os moradores, sobre o tema da Regularização Fundiária e a Concessão de Direito Real de Uso, enfatizando sua importância; e caracterizar o público atendido pelo projeto de inter-

---

<sup>9</sup> Foi utilizado o termo no gênero feminino, pois naquele momento havia apenas estagiárias na SupHab.

<sup>10</sup> O Loteamento Paróquia das Dores possui 33 lotes (terrenos), divididos em duas quadras: E, com 20 lotes – subdivididos entre as ruas São Dimas e Santo Expedito; e F, com 13 lotes – Rua Santo Expedito. A entrega destes lotes ocorreu por meio de encaminhamentos, realizados pela Superintendência de Habitação.

<sup>11</sup> Reitera-se que o trâmite de regularização nessa localidade ainda não foi iniciado, no momento em que a autora desse trabalho executou o projeto interventivo, por isso algumas informações ficaram aquém do esperado e/ou incompletas.

venção (informações obtidas do documento do projeto).

Em vista disso, a primeira ação do projeto foi realizada com os profissionais e estagiárias da SupHab, pela arquiteta do espaço, sob forma de roda de conversa. Nessa oportunidade, foram explanadas as etapas que compõem o trâmite de regularização, quais sejam: levantamento topográfico, projeto urbanístico, aprovação no cartório de imóveis, trabalho social e a elaboração da CDRU. Conforme a lista de presença, participaram 14 (catorze) pessoas, equivalente a 87,5% do total. Percebe-se que a ação vem ao encontro do que prevê o Código de Ética do Assistente Social, através do aprimoramento intelectual e da qualidade dos serviços prestados à população (BRASIL, 2012).

A avaliação se deu por meio de um questionário entregue aos participantes, onde tiveram a oportunidade de informar se a capacitação foi importante ou não, bem como algumas perguntas referentes ao Serviço Social. Do total de participantes, 10 responderam e entregaram, afirmando que a capacitação contribuiu para o conhecimento sobre a regularização fundiária, pois “houve uma complementação de informações, esclarecimentos, e que facilitaram os encaminhamentos e soluções de nossa demanda, e que resultará em benefícios para os usuários de nossos serviços” (informação verbal).

Na segunda atividade, foi-se até o Loteamento Paróquia das Dores, com o intuito de conhecer os moradores e captar as demandas presentes, a fim de poder auxiliá-los dentro do possível. Torna-se pertinente esclarecer que o cadastramento ou identificação dos usuários é um importante instrumento de apreensão de informações e de identificação de demandas (CFESS, 2016; CEF, 2010), bem como uma competência do assistente social (BRASIL, 2012).

O projeto destinou-se apenas aos que estavam residindo regularmente<sup>12</sup> no Loteamento Paróquia das Dores (Quadras E e F). A partir

---

<sup>12</sup> Embora sejam somente lotes, fazem parte de projetos de interesse social. Para tanto, assim como nos demais programas já evidenciados, não podem ser destinados para outrem ou outra finalidade que não seja de moradia, e para os autorizados pela instituição responsável. Assim, muitos moradores acabaram utilizando os terrenos para outros fins, e perderam o direito de possuí-los.

da análise da realidade, percebeu-se que das 33 famílias beneficiadas com os lotes, apenas 21 (63,63%) possuem autorização para residir ali. Dessas 21 famílias, a ficha de identificação foi aplicada a 11 famílias apenas, equivalente a 52,38%. Através das respostas, percebeu-se que as demandas são gerais ou se repetem, como a falta de acesso à rede de esgoto, acúmulo de resíduos sólidos em local inapropriado, ocasionando a proliferação de animais transmissores de doenças/pragas, mau cheiro, falta de equipamentos sociais públicos, etc.<sup>13</sup>. Essas necessidades vêm de encontro ao que pode ser considerada moradia digna, como aquela que é munida de infraestrutura básica e “servida por equipamentos sociais como: escolas, postos de saúde, praças, apoio na segurança pública, etc., que apresente instalações sanitárias adequadas, condições mínimas de conforto e habitabilidade [...]”. (NALIN, 2013, p.62).

Outra questão a ser analisada é a renda familiar, visto que quando foram encaminhados para o local, ficaram responsáveis por construir suas próprias residências e questiona-se se os recursos recebidos são suficientes para tal. Por meio de informações obtidas, averiguou-se que (45,4%) recebe até 1,5 salário mínimo (SM) mensal, e 4 famílias (36,4%) recebem até 1 SM. O salário mínimo no país é insuficiente para atender todas as necessidades básicas (água, luz, alimentação, moraria, etc.), sendo assim, como essa população conseguiu construir sua residência? Reflete-se até que ponto realmente o acesso à moradia foi garantido.

Durante esse período de primeiro contato com as famílias, foi perguntado aos participantes (representante de cada família) qual o significado de ter um documento que garanta a posse desse lote. Destaca-se que é “uma garantia legal de que moramos aqui e de que é nosso” (informação verbal)<sup>14</sup> e “vamos saber que é da gente, que ninguém vai nos tomar” (informação verbal). Salienta-se que muitas dessas famílias provinham de ocupações e durante toda sua trajetória de vida, talvez, até então não tiveram nada que pudessem chamar de “seu”.

---

<sup>13</sup> Informações disponibilizadas nos diários de campo 5 e 7.

<sup>14</sup> Informações foram fornecidas pelos moradores do Loteamento Paróquia das Dores, no momento em que foram realizadas as visitas (SEFFRIN, 2017b; 2017c).

A terceira atividade consistiu em mais uma intervenção com os moradores, através de uma roda de conversa, com a arquiteta da Superintendência de Habitação, que sucedeu no Salão Comunitário Paróquia das Dores, próximo ao Loteamento, durante a tarde. Nessa ação, em que participaram 14 famílias, foi informado aos sujeitos sobre como ocorre o trâmite da regularização. A profissional do Serviço Social reiterou a importância de haver esse processo, e o significado de possuir um Documento de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).

Por fim, a última etapa da ação interventiva consistiu no recolhimento da documentação necessária para elaboração das CDRUs, em que compareceram apenas 8 (oito) famílias. Entende-se que a pouca adesão dos moradores nessa atividade pode ser consequência de uma história de vida marcada pela violação dos direitos sociais, repercutindo negativamente em aspectos que envolvam o setor público, inclusive na ação proposta. Igualmente, avaliou-se a necessidade de ter um trabalho mais aprofundado com essa população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão habitacional é um problema que perdura há muito tempo no Brasil e através do avanço da industrialização, do neoliberalismo e da globalização vem se agravando cada vez mais. Desde o início da exploração do Brasil, a população mais vulnerável vem sendo rechaçada. A terra passou a ser utilizada como uma mercadoria, passível de lucro, só tendo acesso a ela quem tivesse recursos para comprar (uma realidade não muito diferente de hoje - século XXI).

Com a abolição da escravatura e da vinda dos imigrantes europeus, ao Brasil, em busca de um trabalho, muitos ficaram desempregados ou recebiam um salário muito baixo, que não lhes possibilitava usufruir de uma moradia de qualidade. Assim, começaram a se utilizar de cortiços, prédios antigos e a ocupar as áreas ao redor dos centros urbanos, que, em sua maioria, eram irregulares e de risco, e que não possibilitavam a documentação referente à habitação, mesmo que tivessem pago por ela.

Com a publicação da Constituição Federal de 1988, a moradia

passou a ser concebida como um direito social inerente a todo ser humano, mas que na realidade não foi concretizado em sua totalidade. Foi somente a partir da década de 2000, que maiores mudanças passaram a ocorrer, com a instituição da Política Nacional de Habitação (2004) e de programas, a fim de reduzir o déficit habitacional, como o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (2007) e Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV (2009).

A regularização fundiária foi instituída na mesma Lei do PMCMV, e atualizada com a nova legislação de 2017. A partir do ano de 2016, e com mais força no ano de 2017, em Santa Maria/RS, o Serviço Social vem sendo requisitado a realizar sua intervenção nessa área, através do trabalho social. Percebe-se que este processo é uma forma de acesso da população ao direito habitacional, ainda mais nessa conjuntura neoliberal, com os cortes dos gastos públicos com as políticas sociais, entre elas a habitacional. Para além deste direito, a regularização fundiária permite ao sujeito o acesso ao direito à cidade, isto é, possibilita sua democratização, o que também está previsto no Código de Ética do assistente social.

O exercício profissional do assistente social na regularização fundiária deve ir além de uma mera identificação dos moradores da área a ser regularizada. Porém, ter realmente um olhar sensível para essas famílias, que por tanto tempo esperaram por este momento. O profissional deve inculcar no sujeito o sentimento de pertencimento, de que isto não é nada mais do que um direito, e prestar todas as informações cabíveis. Para isso, é importante a qualificação permanente, bem como dissertar sobre o exercício profissional, posto que não há muitas produções a respeito do assunto, podendo auxiliar a categoria e sugerir melhorias que corroborem com os serviços prestados. Para tanto, pode-se apreender a regularização fundiária como um relevante campo de estudos e pesquisas, inclusive para o Serviço Social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema fi-

nanceiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. **Presidência da República**. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4380.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. **Presidência da República**. 2007b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6025.htm)>. Acesso em: 07 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Presidência da República**. 2009a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm)>. Acesso em: 7 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nos 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de

setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nos 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar no 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei no 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. **Presidência da República**. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm#art109](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm#art109)>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CARVALHO, Celso Santos. **O programa papel passado**. 2007. In: ROLNIK, Raquel et al. Regularização Fundiária sustentável: conceitos e diretrizes. – Brasília : Ministério das Cidades, 2007. 304 p.

CEF. Caixa Econômica Federal. **Caderno de Orientação Técnico Social**. 2010. Disponível em: <[http://www.fetaesc.org.br/082012/documentos\\_engenharia\\_e\\_social/8.pdf](http://www.fetaesc.org.br/082012/documentos_engenharia_e_social/8.pdf)>. Acesso em: 09 jun. 2017.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão**. Brasília (DF) : CFESS, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. – 11.ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. – 26 ed. – São Paulo : Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** – 41 ed.- São Paulo: Cortez, 2014.

KOWARICK, Lúcio (org). **As Lutas Sociais e a Cidade:** São Paulo, passado e presente. 2 ed. ver. e atual. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1994.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0By1DYFPclamKRUpER3ZMblZxNlk/view>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade** (2011) Disponível em: <[http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA\\_Luana\\_-\\_A\\_questao\\_da\\_habitacao\\_no\\_Brasil.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 28 mar.2017.

NALIN, Nilene Maria. **O trabalho do assistente social na política de habitação de interesse social: o direito à moradia em debate.** 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul : Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5552/1/000452191-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

PERIN, Silvana Dóris. A visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade social. In: Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público – ENSSMP, 2, Brasília. **Anais...** Brasília, 2008. Disponível em: <[http://mpdft.gov.br/senss/anexos/Anexo\\_7.6\\_-\\_Silvana\\_Doris.pdf](http://mpdft.gov.br/senss/anexos/Anexo_7.6_-_Silvana_Doris.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2017.

SANTA MARIA (RS). Lei Nº 5.309, de 13 de maio de 2010. Alteram dispositivos da Lei Municipal nº 5189/09, de 30/04/2009 e cria a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária e dá outras providências. **Câmara de Vereadores.** 2010a. Disponível em: <[http://www.camarasm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/2010/LM\\_5309\\_10.pdf](http://www.camarasm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/2010/LM_5309_10.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal nº 5338, de 23 de julho de 2010, que Institui o Programa de Regularização Fundiária no Município de Santa Maria, e dá outras providências. 2010b. Disponível em:<<http://iplan.santamaria.rs.gov.br/uploads/norma/17674/lei.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2017.

SEFFRIN, Thais Cristina Welter. Diário de campo 5. **Visita aos moradores do Loteamento Paróquia das Dores**. 20 abr. de 2017. 2017b. Notas de aula.

\_\_\_\_\_. Diário de campo 7. **Visita aos moradores do Loteamento Paróquia das Dores**. 03 mai. De 2017. 2017c. Notas de aula.

## Capítulo 4

# O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO SERVIÇO SOCIAL ATRAVÉS DO PROGRAMA DE RÁDIO “SOCIAL EM QUESTÃO”

Jéssica D. Soares<sup>1</sup>

Eliana M. Cogoy<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Este artigo, que é parte do trabalho de conclusão de curso (TCC) de Bacharelado em Serviço Social, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), propõe-se a dar visibilidade para a relação entre Serviço Social e Comunicação. A partir deste trabalho, apresenta-se o processo histórico dos meios de comunicação, com ênfase ao dinamismo da formação sócio histórica desses na sociedade brasileira. Será abordada a incorporação integral dos meios de comunicação de massa no cotidiano das pessoas e como esse movimento incide nos modos de vida da classe trabalhadora. Entrelaçada ao desenvolvimento tecnológico, os instrumentos midiáticos irão desenvolver cada vez mais o seu alcance, comprovando que, atualmente, em meio à sociedade contemporânea, é quase impossível se isolar da informação. Porém, o questionamento que fica: Que tipo de informação?

---

<sup>1</sup> Assistente social. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia, Cultura e Questão Social (NEPMQS) da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: jessicadegrandi.soares@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia, Cultura e Questão Social (NEPMQS) da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: elimgoy@gmail.com

Assim, a partir do resgate sobre o processo do rádio, no Brasil, será discorrida a ampliação dessa mídia em meio à sociedade e as modificações sofridas por ela, em relação às novas tecnologias. Também será abordado sobre a temática das tecnologias da informação em âmbito mundial e brasileiro trazendo a trajetória da internet e a importância atribuída a essa nova mídia até os dias atuais.

Ao mesmo tempo em que foram apontados os pontos negativos do processo dos instrumentos midiáticos também, preocupou-se em trazer as possibilidades de um novo projeto para os meios de comunicação, em que seja aproximada a mídia, a cidadania, a educação e os questionamentos para um novo pensar político, com conteúdos embasados na ética profissional daqueles que exercem o papel de formadores de opinião para aqueles que consomem do conteúdo de maneira responsável e coerente com os direitos humanos e sociais.

A partir de uma experiência de extensão no âmbito da Universidade, o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia e Questão Social, o NEPMQS, propõe-se a construir um programa radiofônico na Rádio Universidade da UFSM.

## O PROCESSO HISTÓRICO DO RÁDIO NO BRASIL

Falar sobre os meios de comunicação que se desenvolveram no decorrer da história da humanidade é trazer um desafio destinado a contar a história pela imprensa, pelas telas dos cinemas e das televisões, pelos sons dos rádios e pelos sistemas de cabeamento que iniciaram a internet. Muitas informações passaram, ao longo dos anos, por esses sistemas de comunicação, e muito da história da humanidade é contada por eles. Neste trabalho será abordada principalmente a relevância do rádio nesse processo, sendo realizado o recorte de como esse meio foi criado e difundido no Brasil.

Segundo Ortriwano (1985), o início oficial do rádio no Brasil foi marcado no dia 7 de setembro do ano de 1922, no evento em que se comemorava o centenário da independência do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, transmitido por 80 receptores, pelos quais a elite carioca

pôde escutar o pronunciamento do Presidente Epitácio Pessoa. Naquela época, os aparatos radiofônicos eram extremamente caros, principalmente por serem importados de países europeus ou norte-americanos, pelo custo desses, apenas a elite poderia desfrutar da programação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

Ao investigar a história do rádio, remete-se a Roquette Pinto citado em grande parte dos trabalhos produzidos, isso por ter sido um dos primeiros desenvolvedores da programação de rádio brasileira, utilizando as notícias dos jornais impressos para divulgar a informação. Ele tinha como um de seus grandes objetivos um projeto de rádio educador, em que todas as pessoas poderiam usufruir desse poderoso meio de comunicação que estava surgindo no Brasil.

Além do espaço de notícias, o rádio desde o princípio contou com a parte musical, produzida através de discos doados ou emprestados de coleções particulares das classes mais abastadas da sociedade do Rio de Janeiro, os ouvintes do Rádio.

O rádio assume um importante papel em meio à sociedade brasileira, afinal um experimento tão revolucionário que emitia sons e transmitia uma programação entre leituras de jornais e programas musicais era algo totalmente inovador para a época.

Pesquisadores como Gisela Swetlana Ortrivano (1985), Círcia Peruzzo (2001), Nelma Espíndola (2011) e Luiz Artur Ferraretto (2001), referem sobre Roquette Pinto como um dos grandes encorajadores e precursores de uma programação que fosse de cunho educativo para o rádio. Esses autores trazem em suas obras o quanto Roquette almejava alcançar a radiodifusão em massa. Porém, durante as décadas de 1920 e 1930, as ondas de rádios eram limitadas àqueles que detinham de receptores em suas casas, extremamente caros e de difícil acesso.

A evolução do rádio no Brasil caminha junto com a história desse país. Frente às movimentações societárias, políticas, econômicas e culturais, a mídia vai se moldando às novas formas de pensar da sociedade e também sobre as demandas do mercado. O ano de 1988 foi marcado pela publicação da Constituição Federal, fato que não pode passar despercebido no processo histórico do Brasil, nem do rádio, pois contém

um capítulo exclusivo para a comunicação social, garantindo neste, “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (Constituição Federal, 1988). A comunicação social perante os novos conformes do final da década de 1980 foi trazida como uma importante ferramenta com carácter democrático. Foi através desta perspectiva que movimentos sociais como a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), a qual segundo Peruzzo (2001) tem vários segmentos em vários estados do Brasil, defenderam o direito à liberdade para transmissão de seus conteúdos via rádio.

Realizar um breve estudo sobre as rádios universitárias mostra uma forte relação com os primeiros momentos do rádio no Brasil, em que Roquette Pinto almejava uma programação radiofônica educadora e cultural, e as rádios universitárias surgiram com este mesmo carácter que se mantém até os dias de hoje. Iniciada no começo da década de 1950, a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), segundo o site da Rádio Universidade, foi pioneira como uma rádio universitária, destinada para palestras e ensinamentos para os ouvintes, essa emissora passou por um longo processo de modificações e melhorias, para um maior alcance de sinal e também para enriquecer o seu conteúdo programático.

Na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria, no ano de 1960, segundo o site da Rádio Universidade (Site da UFSM): “A Lei nº 3.834-C cria a UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), com a denominação de Universidade de Santa Maria. A primeira instituição de ensino superior do interior gaúcho foi idealizada pelo Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho”. A partir da criação dessa instituição, a região centro-oeste não seria mais a mesma, pois com a inserção de uma instituição de ensino superior viabilizou-se muitas portas para o mercado de trabalho qualificado.

No ano de 1968, se iniciou o processo experimental de uma emissora de rádio universitária, a Rádio Universidade 800 AM, com o processo semelhante ao da Rádio Universidade da UFRGS. A Rádio Uni-

versidade da UFSM começou sua trajetória com pequeno alcance e, com o passar dos anos e com mudanças nas legislações que regulam os sinais dos meios de comunicação, a Rádio Universidade ganhou espaço com uma programação cultural e educadora.

A grande parte da produção atual da Rádio Universidade da UFSM é organizada por estudantes dos cursos de Comunicação Social, contudo, existe uma pequena parcela de outros cursos que também tem espaço na grade da rádio, como é o que acontece com o Serviço Social, a Enfermagem, cursos da área da Educação, dentre outros. Ainda assim, há programas produzidos e apresentados por radialistas, os quais abordam diversas temáticas, como cultura, educação e esportes. Mesmo com o passar dos anos as rádios universitárias de caráter público mantiveram as suas origens no que tange a veia educativa dessas emissoras.

### **SERVIÇO SOCIAL E MÍDIA: implicações críticas e o Código de Ética Profissional da/o Assistente Social**

O Serviço Social apresenta uma discussão tímida em relação à mídia, mesmo compreendendo a importância e o papel desta em meio ao sistema capitalista e a sociedade. Porém, tem-se levado esse debate aos espaços de discussão da profissão para ser pensado como uma nova frente que a área precisa ocupar, no que tange ao processo educativo dos estudantes, ao fazer profissional e também na garantia de direitos. A ideia de que a mídia é apenas um instrumento utilizado pelas áreas da Comunicação Social e detentores dos meios de produção deve ser superada, afinal essa ferramenta pode ser utilizada de múltiplas formas.

O Serviço Social no processo de pensar a mídia e a interlocução da profissão com o espaço de Comunicação Social produziu o livro “Mídia, Questão Social e Serviço Social”, organizado pelos autores Sales e Ruiz (2011), esses que são uma das poucas referências nesse âmbito, apresenta um compilado de artigos importantes para o debate da temática, sendo um trabalho realizado por assistentes sociais e jornalistas que reconhecem o papel social da mídia e compreendem a garantia de direitos através desse conteúdo.

O ato de trazer um conteúdo equivocado ao público se caracteriza como um desserviço à sociedade, afinal as mídias foram inventadas e revolucionadas para primeiramente facilitar a comunicação entre as pessoas e o mundo, e com o tempo foram desenvolvidas essas novas possibilidades que fazem com que esses meios ultrapassem o simples disseminar um fato para toda uma produção que não só informa, mas que também pode educar, manipular e trazer questionamentos. Ser crítico/a e investigativo/a no processo de consumir conteúdos midiáticos é muito importante, o Serviço Social se utiliza dessas características em seu fazer profissional, mas para além deste é necessário que todos/as tomem cuidado ao se utilizar dos meios de comunicação.

A internet é um instrumento da sociedade mundial e trouxe de maneira mais forte o processo de globalização, nunca o mundo pareceu estar tão conectado como nos dias atuais. Para a proposta da comunicação social, esse novo meio traz um recorte que segundo Veloso (2011) já é conhecido, a “exclusão social”, porém agora vive-se em uma época de “exclusão digital” advinda principalmente das tecnologias de informação que proporcionam um conteúdo mundial.

Segundo Veloso (2011) esse novo termo “exclusão digital” nada mais é que a reprodução da mesma “exclusão social”, discutida há muitos anos, como ele refere, é um processo já conhecido de apropriação privada da riqueza produzida socialmente pelo trabalho coletivo, isso quer dizer que mesmo que seja trazido um novo termo, a exclusão digital apenas reproduz a lógica do capital nas condições promovidas pelas desigualdades em meio ao espaço digital. Assim, compreende-se que as mídias estão fortemente vinculadas ao capital, através daqueles que detêm dos meios de produção, sendo a comunicação um desses meios nos dias de hoje.

Compreender as movimentações societárias, os movimentos sociais, espaços sócio-ocupacionais e as pessoas inseridas não é trabalho fácil, muito menos para o/a assistente social, é preciso ter entendimento da totalidade, em que se considera o movimento dos fenômenos e das partes relacionadas em um movimento dialético, essa ligação não pode ser segmentada, mas sim considerada em seu total, sempre em conjunto

aos demais elementos da realidade (Gadotti, 2012). Em relação à categoria contradição que se expressa em meio à realidade social e na condição dos meios de comunicação, segundo Gadotti (2012): “quando Marx aplicou esta lei no estudo da estrutura econômica da sociedade capitalista, demonstrou que a contradição básica desta sociedade é a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade”, referindo assim sobre a perspectiva das duas classes antagônicas, o “proletariado trabalhador e a burguesia improdutiva”, assim afirmando a contradição na essência da dialética.

A historicidade também se faz presente nessa compreensão da sociedade através do método dialético crítico, fazendo assim um resgate do desenvolvimento da sociedade na compreensão do que se estabelece atualmente e reconhecendo o processo histórico e de transformação vivido por cada classe da sociedade. Assim, através destas e outras concepções de realidade, pode-se figurar sobre as intenções de ferramentas e instrumentos no mundo capitalista para manutenção do sistema e a proteção do capital.

Nesse processo, o Serviço Social também deve cada vez mais adentrar nesse mundo midiático, ocupar espaços de formação e construção coletiva daquilo que deve ser um bem da sociedade, como é a comunicação, mesmo que essa seja uma luta bastante árdua no que se refere à questão da abertura de espaços para temáticas diferentes das abordadas nos dias atuais nas grandes emissoras de rádio, televisão e sites de empresas ou organizações.

### **O SOCIAL EM QUESTÃO NO AR: a experiência do Serviço Social na produção de um programa de rádio**

Ao problematizar o Serviço Social enquanto uma profissão crítica e que se propõem a discutir a importância e as contradições dos meios de comunicação na sociedade brasileira, se apresentam desafios como a necessidade de construir ferramentas que incidam na realidade social, e que se constituam enquanto potencializadoras de um debate que possa ir ao encontro dos direitos humanos e sociais, como é o caso do debate

sobre a democratização da mídia. Trazer questões que debatam a sociedade capitalista e os direitos, na perspectiva apontada pela categoria de assistentes sociais e pesquisadores da área é um exercício constante que deve ser realizado de maneira a conquistar novas dimensões da cidadania. Entrelaçado à abertura política e às manifestações de movimentos sociais, a mídia adentra nesse espaço da mesma forma, e mesmo que as mídias de massa ainda sejam as grandes formadoras de opinião, cada vez mais se amplia os debates de diversos pontos de vista.

Atualmente, no Brasil e no mundo ao digitar um fato ou acontecimento na internet irão aparecer diversas matérias sobre esse, em que muitos pontos de vista podem ser percebidos trazendo vários tipos de interpretações sobre o assunto, e isso pode ser considerado um processo de democratização da mídia, afinal mesmo que exista uma fonte que apresente uma maior abordagem e que detenha mais espaços nas mídias, existem também portais na internet, canais na televisão e estações de rádio, normalmente não tão populares, mas que oferecem um conteúdo diferenciado com outros olhares.

No âmbito das categorias profissionais espaços midiáticos sempre foram reservados para a Comunicação Social, principalmente profissionais como jornalistas, publicitários, produtores editoriais, dentre vários outros. A inserção do Serviço Social nesse espaço é bastante inovadora, principalmente para um programa direcionado para falar sobre a categoria profissional dos/as assistentes sociais e questões envolvidas nos processos de trabalho desses/as trabalhadores/as, em que:

A comunicação deve, assim, se constituir num setor estratégico não só para os comunicadores, mas para todos os intelectuais, profissionais e estudiosos comprometidos com a agregação de valores e saberes que facilitem os processos interativos e a mediação da sociedade civil com a opinião pública, o poder do Estado e da sociedade em geral (ARRAIS, 2011).

O chamamento apresentado por Arrais (2011) vai para além da categoria profissional dos/as assistentes sociais, apontando a importância de comunicar com responsabilidade, com princípios éticos e construtores de uma sociedade, que consiga questionar e compreender de

maneira construtiva. No processo de se inserir na prática da comunicação é que o Serviço Social da UFSM se desafiou no ano de 2015, produzindo um programa de rádio.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) tem em sua ampla estrutura educacional uma estação de rádio, a Rádio Universidade, um espaço ocupado por técnicos administrativos, professores, colaboradores e estudantes dessa instituição. Os coordenadores da rádio com o intuito de dinamizar a programação abriram as portas no ano de 2011 lançando um convite a todos os cursos de graduação e pós-graduação da UFSM para que estes produzissem um programa de rádio com temática livre, porém direcionada à educação.

Esse convite foi aceito pelo Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas (NEMGeP) do Departamento do Curso de Enfermagem, onde se originou o programa de rádio “Espaço NEMGeP” com a proposta de trazer entrevistas e conversas sobre a temática do feminismo, gênero e políticas públicas. Este programa é promovido pelo Núcleo e principalmente construído pelas acadêmicas de Enfermagem com a supervisão da professora responsável pelo projeto.

Em 2013, o “Espaço NEMGeP” passou a ter como bolsista uma estudante de Serviço Social, que trabalha no processo de construção das pautas e também na apresentação do programa, experiência diferenciada para a acadêmica que no entender do processo começa a perceber o quão potencializador seria ter um programa do Serviço Social na Rádio Universidade, pois esse espaço se apresenta cada vez mais acolhedor e instigador de uma programação com viés político, na defesa dos direitos humanos e cidadania. Assim, o “Espaço NEMGeP” sempre com caráter social e também biológico (referente às questões específicas da Enfermagem) conta com um debate coerente à luta pelos direitos das mulheres e traz em sua história de quatro anos a possibilidade de discussão de acadêmicos de outros cursos, para além da Comunicação Social, no âmbito do rádio.

Outra possibilidade de programa radiofônico foi apresentada através do curso de Serviço Social, que teve seu início no ano de 2010, no Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) na UFSM, e com o

passar dos anos foi ampliando o seu corpo docente. Nesse processo, esse curso de ciências sociais aplicadas apresenta atualmente uma diversidade de temáticas abordadas por esses profissionais, dentre estas: Saúde, trabalho, economia solidária, gênero, direitos humanos, gerontologia, infância e adolescência, enfrentamento às violências e mídia.

Para um curso novo, o Serviço Social trouxe e traz abordagens bastante inovadoras para a formação dos estudantes, assim atualmente esse curso conta com cinco núcleos de ensino, pesquisa e extensão, onde são abordadas as temáticas apresentadas acima, são estes: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Sociais, Trabalho e Questão Social – NEPEPSTQS; Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Violência e Serviço Social – NEPEVIS; Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão em Gerontologia, Serviço Social e Saúde – NEPEGSSS; Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais – NEPE em GPSM; Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre a Criança e Adolescente – NUPECA; Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia, Cultura e Questão Social – NEPMQS.

O Serviço Social, a partir de seu projeto ético-político, se propõem a construir meios capazes de desvelar as manifestações da ‘questão social’, tendo como princípios o compromisso com a classe trabalhadora, e esse trabalho de compreensão do papel político da universidade na sociedade é também parte dessa proposta. Iamamoto (2015) traz o processo histórico do projeto ético-político da profissão, se constituindo a partir da necessidade de transformações societária que mudem radicalmente as relações sociais. “Esse projeto profissional é fruto da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade” (IAMAMOTO, 2015, p. 224).

Trazer os princípios que embasam o processo de formação de futuros/as profissionais assistentes sociais é também fundamento que se consolida na trajetória dos núcleos de pesquisa e extensão inseridos no curso da UFSM e que devem trabalhar nesta perspectiva. Neste processo, destaca-se o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social,

Mídia, Cultura e Questão Social, que se propõem a tratar desta formação, elencando o debate sobre a mídia a cultura e a questão social no âmbito do Serviço Social.

Coordenado pela professora e assistente social, Eliana Cogoy, do curso de Serviço Social que trabalha com a temática da mídia e Serviço Social, o referido núcleo iniciou no ano de 2015, com a proposta de trazer esse debate para dentro do curso da UFSM. A oportunidade de construir um programa de rádio que fale sobre Serviço Social, ‘questão social’ e que consiga dialogar com a comunidade em geral sobre diversas temáticas surge trazendo a visão da categoria dos/as assistentes sociais para o espaço do rádio. Nesse processo inicia-se o projeto de extensão desenvolvido pela professora e assistente social coordenadora do núcleo e pela estudante de Serviço Social, o “Social em Questão”.

No dia vinte e cinco de maio de 2015 o primeiro “Social em Questão” vai ao ar com a temática do Núcleo de Estudo Pesquisa e Extensão sobre a Criança e o Adolescente, com a participação da professora Dra. Rosane Janczura, que trouxe o debate do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a questão das medidas sócio-educativas e a inserção do Serviço Social na garantia de direitos. O programa vem sendo apresentado todas as segundas-feiras, às treze horas e dez minutos, com a duração de cinquenta minutos. Diversas temáticas são discutidas e sempre para finalizar cada programa os/as convidados/as sugerem uma música que tenha relação com a temática abordada. Para além da Rádio Universidade e da Rádiotube, o “Social em Questão” tem uma página na rede social “Facebook”, em que são postadas fotos, notícias e lembretes de cada programa.

Mesmo que a ideia inicial do projeto tenha sido apresentar os Núcleos do curso de Serviço Social da UFSM e suas atividades em torno da formação profissional, a proposta acabou indo além dessa expectativa, e um dos motivos de abordar temáticas diferenciadas foi a dinâmica da realidade social vivenciada pela sociedade e fez com que o “Social em Questão” fosse para além da academia. O projeto contou com a presença de coletivos como a Marcha Mundial das Mulheres, o Grupo de Trabalho integrado de enfrentamento às violências, Associação de Família-

res e Amigos Bipolares, questões como o Controle Social, as políticas sociais como saúde e assistência social, dentre várias outras questões que foram sendo apresentadas no decorrer dos programas.

A proximidade das mídias com a realidade social tem seus vários aspectos, tanto positivos, quanto negativos, por isso é importante e necessário que as diversas categorias profissionais que prezam por uma sociedade mais justa, humana e protagonista de sua construção social estejam no âmbito da comunicação como instigadores do pensar social de uma maneira ética e responsável. A comunicação historicamente se constituiu enquanto uma ferramenta fundamental na sociedade, desde a disseminação das mídias de massa ela se apresenta como parte do processo de construção da história da sociedade, e ao levar o viés político e educador até ela é papel crucial para trabalhadores/as que estejam comprometidos com uma sociedade mais justa.

Atualmente o NEPMQS conta com um número significativo de integrantes e conseqüentemente o “Social em Questão” tem a sua produção ampliada, esse espaço construído inicialmente pela professora coordenadora do Núcleo e após com uma estudante de Serviço Social tem uma trajetória importante e cada vez mais potencializadora de novas oportunidades que virão. O Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria e a comunidade em geral têm muito a ganhar com o Núcleo e com o programa “Social em Questão”, e esse ganho é recíproco, afinal, “a educação, enquanto uma situação gnosiológica que solidariza educador e educando, como sujeitos conscientes, abre a esses múltiplos e indispensáveis caminhos à sua afirmação como seres da práxis” (Paulo Freire, 1977; p. 85), assim o processo do conhecer vai muito além da transmissão, ela um troca entre indivíduos e enriquecedora para a vida em sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir e ampliar o olhar para o âmbito da comunicação social é parte da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, através de lutas pelos direitos sociais e humanos, reconhecendo que a comunica-

ção está dentro dessa dimensão, faz com que os/as envolvidos/as no processo de democratizar as mídias continuem lutando para que um novo pensar no âmbito da mídia seja construído. Os movimentos sociais nesse processo lutam de maneira incansável para que a lógica do capital não sufoque as manifestações populares e as expressões da classe trabalhadora.

Os meios de comunicação foram sendo desenvolvidos e aprimorados no decorrer da história, presentes na atualidade como algo crucial para muitas atividades sociais, são formadores de opinião e potencializadores da imagem, fazendo com que o consumo seja conduzido de acordo com o que se promove no espaço midiático. Para além da propaganda, as mídias se apresentam como grandes levantadoras de novos debates para a sociedade em geral, promovendo a interação no pensar dos indivíduos que consomem destes meios.

O Serviço Social se desafia a adentrar no processo de reconhecer a comunicação como um novo espaço sócio-ocupacional. Sendo assim, articula os princípios do projeto ético-político construído através do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social no Brasil, o Código de Ética do/a Profissional Assistente Social, trazendo o debate do envolvimento dos meios de comunicação para os direitos sociais. Através da caminhada da profissão, compreende-se o envolvimento da sociedade com os meios de comunicação, os quais foram analisados criticamente nesse trabalho, em que se considerou o espaço onde essas mídias estão inseridas e o processo no qual elas se desenvolveram. Mesmo sendo uma temática recente em meio à categoria de assistentes sociais, mas que já mostra produções científicas no viés da mídia, relacionando as manifestações da 'questão social'.

O projeto ético-político do Serviço Social se apresenta de forma clara quando a categoria se posiciona frente a um fato midiático, pois através da leitura da profissão, esses novos espaços sócio-ocupacionais precisam ser democráticos, a primar pela justiça social e pela equidade, sendo coerente com a realidade. Mesmo em meio à um sistema capitalista, o qual se produz e reproduz através dos meios de comunicação de massa, é preciso se fortalecer e se tornar resistente ao que se publicita, e

para isso é necessária uma visão crítica, propositiva e apropriada teoricamente de cada processo.

O movimento estabelecido por este trabalho foi apresenta um movimento positivo da formação em Serviço Social cada vez mais aproxima dos meios de comunicação de massa, trazendo como exemplo o NEPMQS e o projeto de extensão inserido neste Núcleo que apresenta a experiência vivenciada na UFSM na Rádio Universidade, através do programa de rádio “Social em Questão”, apresentado em uma emissora com um grande alcance de ouvintes. A construção desse espaço foi bastante significativa para as apresentadoras, para aqueles que participaram do bate-papo e para os que escutaram o programa, pois a grande intenção deste projeto é sensibilizar para as temáticas abordadas, trazendo em muitos momentos uma perspectiva diferenciada de cada assunto, através do olhar do Serviço Social.

Esse projeto vai ao encontro do que se debate atualmente dentro da categoria profissional de assistentes sociais, no âmbito da mídia e ao mesmo tempo realiza uma interlocução com a comunidade. E se apresenta como um pequeno exemplo de um projeto de mídia mais responsável e democrática com seu conteúdo, comprovando que é possível sim uma abordagem diferenciada.

Esse movimento não está restrito apenas no “Social em Questão”, ela vai além, em muitos lugares do Brasil através de muitos movimentos que surgem para defender a democracia no âmbito da comunicação. Mesmo sendo um projeto relativamente pequeno, o “Social em Questão” é um exemplo de micro transformação, pois é na sensibilização e explanação sobre o sistema capitalista que a sociedade se tornará mais crítica e atenta para seus direitos e para uma nova ordem societária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Dianne F. Cultura midiática e Serviço Social: uma convivência necessária.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República, 1988.

COGOY, Eliana M. & SOARES, Jéssica D. Serviço Social e Mídia: inovações de espaços ocupacionais nos processos de trabalho. **I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social**. Londrina - PR: UEL, 2015.

ESPÍNDOLA, Nelma. Em defesa do diálogo entre a mídia rádio e o Serviço Social. In: RUIZ, J.& SALLES, M. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 214-233.

FERRARETTO, Luiz A. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre - RS: Sagra Luzzatto, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HISTÓRIA DA RÁDIO UNIVERSIDADE UFSM. Disponível em <<http://www.ufsm.br /radio>>. Acesso em setembro de 2015.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez Editora. 9ª ed., 2015.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no Rádio: Os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. 4 ed. São Paulo: Summus, 1985.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil**. Rede Brasil de Comunicação Cidadã - Artigos e Pesquisas. Porto Alegre: RBC

Rede Brasil de Comunicação Cidadã, 2001.

RUIZ, Jefferson L. S & SALLES, Mione A. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

VELOSO, Renato. **Serviço Social, Tecnologia da Informação e Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

## Capítulo 5

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ana Claudia Storchi Carlos<sup>1</sup>

Caroline Goerck<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Historicamente, as relações de trabalho vêm sendo constituídas de forma contínua, sofrendo alterações de acordo com meio e contexto sócio-histórico em que estão inseridas. A partir da reestruturação produtiva, consolida-se um processo de transição do modo de produção, decorrente dos avanços da automação, robótica e microeletrônica. A inclusão de inovações tecnológicas no meio fabril, intensificaram produção e racionalizaram os processos produtivos, assim como, a força de trabalho humana. Diante disso, inicia-se um processo restrição dos postos de trabalho, produzindo uma massa de trabalhadores considerados “sobrantes” pelo capital. Dentre esse contexto, no final do século XX, ressurgem experiências associativistas e cooperativistas, como alternativas de geração de trabalho e renda. A Economia Popular Solidária<sup>3</sup> pode ser considerada uma destas alternativas.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Mestranda em Serviço Social e bolsista integral Capes pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Assistente Social, Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>3</sup> A Economia Solidária é a prática de produção, consumo e comercialização de produtos e serviços em que prevalece a participação coletiva e democrática, inspirada em princípios como: autogestão, cooperação, solidariedade e promoção do desenvolvimento econômico e social.

Nessa perspectiva, o presente capítulo de livro tem por objetivo analisar as atividades desenvolvidas no projeto de extensão “Alternativas de trabalho, renda e cidadania para grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica” por meio de uma reflexão teórico prática, a partir da experiência vivenciada junto ao projeto de extensão durante o ano de 2014. O referido projeto teve por finalidade promover ações de emancipação social e econômica para o fomento de um empreendimento de Economia Solidária, localizado na ocupação na Vila Schirmer, Km 3, -Santa Maria, - RS. O público alvo do projeto era composto por mulheres, de diversas faixas etárias, vinculadas a um grupo de trabalho Economia Solidária.<sup>4</sup>

A partir das vivências junto ao empreendimento solidário, visou-se realizar a construção teórica presente neste capítulo, sendo que esta é inspirada nas reflexões contidas no trabalho de conclusão de curso aprovado no ano de 2016, no curso de graduação em Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).<sup>5</sup> A metodologia deste trabalho tem como base o método dialético crítico, o qual se fez presente na investigação da realidade contemplada. O trabalho apresenta um caráter qualitativo, visando conhecer a realidade a partir da experiência humana como é vivenciada, analisando os aspectos subjetivos que não podem ser mensurados ou quantificados.

O referente trabalho possibilita o olhar acadêmico sobre a atuação profissional do assistente social junto à Economia Solidária, buscando instrumentos e técnicas que intervenham nas manifestações da Questão Social<sup>6</sup> e na ampliação do debate acadêmico voltado para o tema.

---

<sup>4</sup> O projeto foi coordenado pelo professor Doutor Fábio Jardel Gaviraghi da Universidade Federal de Santa Maria vinculado ao curso de graduação em Serviço Social e recebeu o apoio e financiamento do Programa de Extensão Universitária – PROEXT, pertencente ao Ministério da Educação - MEC.

<sup>5</sup> CARLOS, Ana Cláudia Storchi. A Extensão Universitária e a Atuação do Assistente Social junto a Economia Solidária. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. UFSM. 2016.

<sup>6</sup> Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Para compreender o contexto sócio histórico de implementação da economia solidária no Brasil, é necessário destacar o cenário sociopolítico das últimas décadas do século XX. Durante esse período, apresentaram-se diversas alterações estruturais na organização e nas demandas fabris, ocasionando amplas transformações no processo de trabalho, intensificadas pela valorização de ideais neoliberais, produzindo implicações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Os elevados índices de inflação e as limitações dos postos de trabalho decorrentes da reestruturação produtiva ocasionam a restrição ao acesso a renda através do mercado formal, limitando o poder de compra de grande parte da população. Frente a este contexto, surgem alternativas de geração de trabalho e renda, vinculadas ao mercado informal, que podem viabilizar a subsistência aos sujeitos à margem da sociedade. Dentre estas, encontra-se a economia solidária.

O termo economia solidária foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Segundo o levantamento de dados realizado pela SENAES no ano de 2013, no Estado do Rio Grande do Sul, apresentava-se um total de 1696 empreendimentos solidários, subdividindo-se entre 648 empreendimentos rurais, 784 empreendimentos urbanos e 264 empreendimentos rurais/urbanos (SIES, 2013).

Dentre a década de 90 do século XX, surgiu, no Brasil, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs. As incubadoras sociais ou Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; objetivam assessorar e incubar os empreendimentos de economia solidária, principalmente os de vulnerabilidade socioeconômica. (TANAKA, 2007).

O conceito de incubadoras tem sua origem na década de 1950, nos Estados Unidos associado às incubadoras de empresas (ANPROTEC, 2016). Estas eram compreendidas como organizações que disponibilizavam assessoria a pequenos negócios, compartilhando servi-

ços, equipamentos, espaços, treinamento e acesso a informações necessárias para inclusão no mercado de trabalho. O processo de incubação das incubadoras sociais é semelhante ao das incubadoras empresariais, porém; a incubação é direcionada a empreendimentos coletivos e solidários e voltados aos segmentos populares de baixa renda.

No que se refere à atuação estatal junto à economia solidária, durante o período de 2003 a 2016, o governo federal investiu relevante apoio junto à temática. Durante o governo Lula, a economia solidária recebeu amplo incentivo do governo federal, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (-SENAES). A secretaria, criada em 2003, viabilizou apoio e incentivo a empreendimentos de economia solidária, fomentando a criação e auxiliando seu acompanhamento dos empreendimentos.

Vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, a SENAES desenvolveu diversas ações que objetivaram o apoio aos empreendimentos de economia e solidária, através de programas criados a partir da própria secretaria ou se aliando aos já existentes de outras secretarias de forma transversal. As incubadoras universitárias receberam apoio do governo federal via SENAES, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (-PRONINC), na busca de viabilizar o fomento das atividades de incubação e assessoria aos empreendimentos solidários.

Durante o primeiro governo Dilma, manteve-se o apoio e o incentivo aos empreendimentos solidários através da SENAES, contribuindo para manutenção e amplitude das políticas e programas criados pela mesma. A partir do início do segundo governo Dilma, o segmento sofreu com a diminuição de investimento financeiro nas políticas sociais da área. Com o golpe parlamentar em abril de 2016, a redução tornou-se ainda mais expressiva junto aos programas vinculados a SENAES. A mudança do governo, imposta pelo impeachment, ocasionou a destituição da gestão da SENAES. No dia 4 de novembro de 2016, a SENAES foi extinta e foi criada uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho.

## O PROJETO DE EXTENSÃO ALTERNATIVAS DE TRABALHO, RENDA E CIDADANIA PARA GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA

O projeto de extensão denominado *alternativas de trabalho, renda e cidadania para grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica*, realizado no ano de 2014, visava promover ações de apoio e incentivo social e econômico a um grupo composto essencialmente por mulheres de diferentes faixas etárias, que através do artesanato e de atividades de corte e costura construíram uma nova realidade local.

O projeto de extensão estava vinculado à Pró-Reitora de Extensão da UFSM, atuando em parceira com as ações da Incubadora Social da Universidade Federal de Santa Maria (IS/UFSM) e recebendo apoio e financiamento do PROEXT-MEC (GAVIRAGHI, 2014). O referido projeto teve como objetivo a incubação de empreendimentos de Economia Solidária, localizados na ocupação denominada Estação dos Ventos no KM 3 da Vila Schirmer no município de Santa Maria/RS, tendo como intencionalidade atingir e manter a viabilidade socioeconômica e organizativa do grupo. (GAVIRAGHI, 2014).

No que tange às ações previstas no projeto, estabeleceu-se uma ordem cronológica de atuação para melhor desenvolvimento das atividades: primeiramente, visou-se a implantação do projeto abrangendo estudos voltados para o tema e qualificação da equipe. Em um segundo momento, desenvolveu-se a apresentação do projeto aos sujeitos participantes do empreendimento, além da construção e organização da agenda de atividades desenvolvidas. A terceira etapa teve por finalidade capacitação, potencialização e o desenvolvimento das habilidades específicas dos participantes de acordo com seus papéis no grupo e importância no processo produtivo, a fim de qualificar os produtos da fase, buscou-se articular ações com a assessoria técnica da Incubadora Social da UFSM. Na quarta etapa, buscou-se articular ações com a assessoria técnica da Incubadora Social da UFSM, para a formulação do estatuto e

regimento interno do empreendimento, bem como, a sua legalização.

Dentre as atividades executadas destacam-se: curso de corte costura e técnicas de manipulação de tecidos, curso de técnicas de artesanato em geral, viagens técnicas visando a troca de experiências com outros grupos de economia solidária, capacitação para processos criativos (criação de novos produtos); treinamentos em informática e recursos midiáticos e diversas ações de formação para a equipe de bolsistas do projeto. Por fim, a última etapa teve como intuito possibilitar a participação em feiras e eventos de comercialização, buscando formalizar parcerias para comercialização e divulgação dos produtos.

## SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA

Através da realidade constatada por meio da vivência junto ao projeto de extensão, foram observados diversos elementos a serem salientados a fim de uma reflexão teórico prática da experiência. Dentre estes elementos, destaca-se a ideia de que o trabalho aos moldes formais ainda apresenta-se muito presente na alusão de fala das integrantes. A referência de uma atuação de forma individual, em que cada funcionário faz uma parte de um processo, sem ter consciência do trabalho como um todo e da inter-relação com os demais trabalhadores, delimita o molde de trabalho predominante como o único possível.

A compreensão de uma forma de trabalho coletiva, organizada com equidade nas decisões grupais e autogestionárias é um referencial novo e que, por vezes, deve ser construído de forma gradativa. Pensando nesse fato, foram realizadas diversas abordagens coletivas junto ao empreendimento, trazendo como foco a Economia Solidária e sua organização coletiva, visando à consolidação dos princípios que a compõem. Dentre as abordagens, foram utilizadas dinâmicas grupais, rodas de conversas, filmes, participações em eventos e palestras. As intervenções grupais, tem como fim, fortalecer os laços de cooperação e cidadania, visando a consolidação de uma lógica coletiva em detrimento da individualista, na busca de um debate inclusivo e de pertencimento social.

Segundo a Lei de Regulamentação da Profissão, de 7 de junho de

1993, compete ao assistente social: orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos (CFESS, 1993). Nesse sentido, as atividades em grupo trouxeram resultados significativos na forma de organização grupal e nas relações com as demais integrantes, sobrepondo a ideia da coletividade nas decisões a serem tomadas e fortalecendo os laços entre si, através da autogestão, cooperação e solidariedade.

Outro elemento a ser salientado é a questão de gênero. O grupo de trabalho era constituído exclusivamente por mulheres de diferentes faixas etárias, em situação de vulnerabilidade social. Muitas delas, além das atividades exercidas junto ao empreendimento, eram responsáveis pelo trabalho doméstico e o cuidado com os filhos e/ ou atuavam em trabalhos temporários para sustento do lar e auxílio da renda familiar. As limitações de tempo, decorrentes da dupla e/ou tripla jornada de trabalho, dificultavam o acesso ao mercado formal, que exige dedicação de turno integral. A flexibilidade nas exigências nas relações de trabalho apresenta-se como uma das características construtivas relatadas pelas integrantes, tal característica é decorrente da autogestão e da solidariedade presente nos empreendimentos solidários.

A consolidação do empreendimento ocorreu de forma gradativa durante o andamento do projeto. O grupo tornou-se uma referência entre as integrantes e a comunidade em geral, sendo conhecido e respeitado pelos demais. Dentre o histórico de algumas integrantes, encontram-se diversas formações sociopolíticas, através de lideranças comunitárias, associações de moradores e movimentos de legitimação ao direito à moradia.

O empreendimento encontrava-se localizado aos fundos de uma creche comunitária, construída por uma das componentes, junto a sua casa. Durante o período do projeto, a creche apresentava-se interdita pela prefeitura, devido às limitações na estrutura física, decorrente da falta de investimento municipal. É necessário salientar que esta é a única creche da região e sua inação afeta grande número de famílias, inclusive as das integrantes. As limitações da infraestrutura da creche, assim como;

da localidade onde encontrava-se a ocupação, restringem os sujeitos ao acesso a condições de vida básicas para seu bem-estar e qualidade de vida.

A localidade apresenta diversos problemas de estrutura física, saneamento básico, limitações de acesso à rede elétrica e ausência de calçamento nas ruas. Dentre esta realidade, torna-se perceptível diversas manifestações da Questão Social, decorrentes da dicotomia das relações entre os interesses do capital *versus* trabalho. Entre estas manifestações, é possível destacar a inação do Estado na garantia aos direitos fundamentais a população local, como habitação, trabalho, educação e condições de vida e de subsistência. Nesse contexto, a comunidade acaba assumindo a responsabilidade estatal a fim de suprir as demandas locais.

Por ser uma região com limitações de saneamento básico, a localidade sofre recorrentemente com enchentes durante os períodos de chuvas, deixando grande número de desabrigados. Durante esses eventos, notou-se o fortalecimento de laços de solidariedade do grupo com comunidade, tornando-se uma referência de apoio local e abrindo o espaço físico do grupo para acolher as famílias desabrigadas com as enchentes.

Outro ponto a ser destacado é a formalização do empreendimento. A formalização ocorreu através do registro jurídico enquanto associação, possuindo assim um Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Através da formalização o empreendimento tem possibilidade de adesão a diversos benefícios, dentre eles, o acesso a determinados espaços de comercialização formais e linhas de crédito.

Entre as principais atividades desenvolvidas no projeto, estão as formações e qualificações da equipe técnica, entre docentes, servidores e acadêmicos. As qualificações ocorreram por meio de viagens de estudos, apresentações de trabalhos em eventos locais e a países vizinhos, grupos de estudos, sistematização de experiências e um estágio de vivência junto a uma incubadora social vinculada à UFSM, universidade de referência na temática. É necessário salientar ainda, que a vivência através da extensão universitária teve um papel significativo na formação acadêmica dos bolsistas do projeto, possibilitando o entendimento prático da

atuação profissional, ampliando a referência teórica adquirida na academia e permitindo uma maior compreensão através dos exemplos vivenciados.

Além disso, a interdisciplinaridade na composição da equipe técnica possibilitou uma diversidade nas formações, cursos e assessorias viabilizados ao empreendimento, possibilitando o acesso a distintas áreas de conhecimento que contribuíram na melhoria dos produtos comercializados. Além do apoio da equipe técnica, o projeto viabilizou formações e qualificações dirigidas por profissionais externos ao projeto, visando debates inclusivos e acesso a conhecimento técnico que contribuíram na formação profissional.

Entre as diversas formações e assessorias viabilizadas, encontram-se cursos de informática, corte e costura, formação e assessoria administrativa e mercadológica, recursos midiáticos, marketing, capacitação para processos criativos, minicursos sobre ética, planejamento e gestão da produção, comercialização e divulgação dos produtos. Foi realizado também, com apoio de profissionais da comunicação social, a criação de uma identidade visual do empreendimento, bem como, visitas técnicas a outras incubadoras e empreendimentos solidários. Ocorreram, ainda, participações em feiras locais e espaços de comercialização de produtos advindos de empreendimentos solidários.

Após o término das atividades, foi elaborado o relatório final, no qual constatou-se que o projeto obteve resultados positivos dentre dos objetivos propostos. O projeto viabilizou ações que contribuíram com o desenvolvimento da comunidade local de forma indireta, auxiliando o fortalecimento do grupo e viabilizando meios de acesso de geração de trabalho e renda a suas integrantes.

## DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Durante o período de vivência junto ao projeto extensão, foi possível observar e compreender diversos elementos da atuação profissional do assistente social, junto a ações coletivas e a empreendimentos de economia solidária, com base nos conceitos teórico-metodológicos, ético-

políticos e técnico operativos. A fim de analisar a ação profissional do assistente social nestes espaços, torna-se necessário destacar alguns destes elementos, na busca de um diálogo propositivo sobre a temática.

Inicialmente, salienta-se a contribuição de ações coletivas com objetivos e demandas semelhantes, a fim de proporcionar uma melhor inserção à comunidade que está incluso. A identificação com os elementos presentes na retórica alheia, proporciona um sentimento de representatividade, compreendendo que suas inseguranças pessoais não se baseiam em demandas individuais, mas necessidades coletivas. A aproximação coletiva, na busca por um objetivo comum, tende a ocasionar um sentimento de pertencimento ao grupo em que está incluso.

A representatividade ocorre também com a comunidade local, ao observar a unificação do empreendimento, permeado por valores e princípios presentes na Economia Solidária, como solidariedade e autogestão. A identificação ocasiona, por vezes, um interesse em adesão a empreendimentos locais e/ ou a criação de novos empreendimentos na comunidade. A construção de um pensamento coletivo em detrimento à lógica individualista, proporciona um espaço consistente para o debate crítico.

Nesse sentido, cabe ao assistente, utilizando-se da instrumentalidade pertinente à ação profissional, propor o diálogo coletivo, sobre diversos temas sociopolíticos que permeiam a realidade dos usuários, visando a contribuir para a superação das limitações impostas pelo sistema. A aproximação e o contato contínuo do assistente social com os usuários, por meio das atividades em grupo, possibilita a proximidade do profissional com os usuários e conseqüentemente das demandas sociais por eles apresentadas. A proximidade permite, ainda, a facilitação do diálogo e encaminhamento às políticas sociais existentes, fortalecendo os laços entre o assistente social e os usuários.

Outro ponto relevante a ser associado à conscientização coletiva é o diálogo sobre promoção da figura da mulher como agente ativo. Ao conquistar o acesso à renda, por meio do trabalho junto ao empreendimento solidário, as usuárias conquistaram além do poder de compra, uma formação técnica através dos cursos disponibilizadas pelo projeto, viagens, cursos e oficinas de formação, que permitiram a aquisição de

conhecimentos, técnico e empíricos, que contribuirão para sua compreensão como profissionais e como sujeito socialmente ativo, durante e posterior ao término do projeto. A intervenção coletiva permite ao assistente social a possibilidade de promover espaços de formação, que proporcionem um debate interdisciplinar com diversas áreas afins, assim como, a participação de ambientes de formação externos a comunidade.

No que se refere à Economia Solidária, entre os autores que pesquisam sobre a temática, consolida-se uma relação de dicotomia de opiniões, divergindo entre o incentivo a área e a oposição a mesmas. Dentre os autores que legitimam o incentivo ao tema, Paul Singer afirma que a economia solidária e as cooperativas surgem como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo. Conforme o autor (SINGER, 2000), a economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização dos meios do capitalismo (SINGER, 2000).

Em contraposição a esses argumentos, Missio (2007) afirma que podem-se pensar nestas experiências solidárias - ditas alternativas - como organismos que desempenham uma função estratégica dentro do próprio sistema capitalista, pois ao repassarem uma parcela (mínima) do crescimento econômico para a população excluída, que as mantém sob controle, evitando que as mesmas, (através da sua conscientização crescente) passem a demandar mudanças mais significativas, tanto na esfera econômica como nas relações sociais. O argumento de Missio; nos permite questionar se a precarização é de fato uma característica inerente da economia solidária ou se este fato se dá; em decorrência das limitações de acesso aos direitos trabalhistas impostos pelo Estado e intensificados pela ausência de organizações sociopolítica que mobilizem e representem seus integrantes.

É necessário destacar que o conceito de economia solidária, como atualmente se apresenta, consolidou-se a pouco mais de duas décadas, caracterizando-se como um modo de organização recente, apesar de apresentar características semelhantes a formas de trabalho coletivas e associativas existentes anteriormente. A ausência de conscientização de

classe e unificação através de um movimento político integrador, que associe os componentes vinculados a economia solidária, limita a atuação dos empreendimentos a uma esfera de reprodução da lógica induzida pelo capital (assim como os trabalhadores do mercado formal).

A partir de uma apropriação de seu papel como indivíduo ativo no meio social, o trabalhador (seja ele do mercado formal ou informal); pode compreender-se como parte integrante de uma classe social, apreendendo a importância de seu papel para a sustentação da estrutura socioeconômica e superando o processo de alienação induzido pelo modo de produção vigente. A questão social permeia toda essa realidade, configurando-se como peça chave das relações sociais decorrentes da contradição entre o capital e o trabalho. A raiz da questão social se encontra no resultado do processo de banalização da vida humana decorrente dos interesses do capital. (IAMAMOTO, 2000).

Consciente da totalidade em que o processo de trabalho se apresenta e da importância da unificação de classe para a emancipação política, cabe ao assistente social, utilizando da instrumentalidade pertinente, propor, junto aos empreendimentos, meios de fortalecimento do pensamento crítico.

O assistente social, ao trabalhar junto à questão social, nas mais diversas formas, deve compreender que seu fazer profissional deve ser regido em constante oposição e rebeldia ao sistema imposto, no qual demonstra que a desigualdade desenvolve a rebeldia. É nesta tensão entre produção de desigualdade e produção de rebeldia que trabalham os assistentes sociais, situado neste terreno movido por interesses distintos.

## CONCLUSÃO

Após o término deste trabalho, pode-se concluir que, mesmo com as contradições existentes e inerentes da sociedade capitalista, a Economia Popular Solidária se apresenta como uma possibilidade de geração de trabalho e renda e como um possível espaço de fomento de estratégias dos trabalhadores na luta por condições de subsistência. Os grupos de trabalho associativos e cooperativos podem ser um espaço de fomento

ao diálogo crítico, desde que em sua constituição existam espaços de formação e debate sobre os benefícios e contradições presentes nas relações associativas solidárias, assim como, nas diferentes formas de trabalho, compreendendo gradativamente o processo de alienação socialmente imposto e criando estratégia de romper engrenagens que os sustentam.

Diante disso, o compromisso ético-político dos profissionais de Serviço Social consiste na ampliação e consolidação da cidadania com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras, que se revela como um dos princípios fundamentais a serem operacionalizados pela profissão. Dentre esse processo, o assistente social tem papel fundamental junto aos empreendimentos solidários, a fim de possibilitar o fortalecimento dos vínculos sociais e a criação de meios que permitam um espaço de pertencimento social e valorização da cidadania no contexto em que está situado.

A aproximação e o fortalecimento de laços entre os integrantes; possibilitam a construção de pensamento coletivo, em que os integrantes, de forma gradativa, se desassocia da lógica individualista, permitindo a possível adição de valores sociopolíticos, possibilitando, assim, a construção de meios para uma maturação sociopolítica através do debate crítico.

Por fim, cabe ressaltar a relevância da extensão universitária na contribuição e fomento aos empreendimentos solidários, assim como, na formação acadêmica dos alunos e equipe técnica a ela vinculados. A aproximação da prática profissional; proporciona aos alunos um espaço de proximidade ao campo de ação, contribuindo para a assimilação do conhecimento de forma teórica e empírica. Dessa forma, o desenvolvimento do projeto de extensão e suas diversas ações; possibilitaram a potencialização entre a troca de saberes acadêmicos e populares, estimulando o desenvolvimento social através de espaços de formação críticos, bem como, na atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPROTEC. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. **Histórico do setor de incubação de empresas no Brasil e no mundo**. 2016. Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br/publicacaoconhecacas2.php?idpublicacao=80>>. Acesso em: 17. Abr. 2018.

CARLOS, Ana Claudia Storchi. **A Extensão Universitária e a Atuação do Assistente Social junto a Economia Solidária**. 2016. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social – **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Lei 8662/93 1993.

GAVIRAGHI, Fabio Jardel. **Plano do Projeto**. Alternativas de trabalho, renda e cidadania para grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica: Grupo Pão e Ponto associação de mulheres artesãs de uma área de ocupação na Vila Schirmmer, Km 3, Santa Maria, RS. UFSM, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez: 1998.

\_\_\_\_\_. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista em pauta**. Rio de Janeiro, n. 21., 2008.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz. Economia Solidária. In: CATTANI, A. et al. (orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, pp. 162-168. 2009.

MISSIO, Fabrício. Da economia popular solidária a precarização das relações de trabalho. **Revista eletrônica da PUCRS**. Porto Alegre, 2010.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em Serviço Social: a Dinâmica de Grupo como Estratégia para Reflexão Crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. **Dados gerais do Segundo Mapeamento Nacional**. 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/resultado>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In.

SINGER, Paul e SOUZA, André R. (org.) **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

TANAKA, Tatiane. A Economia Solidaria na USP: A ITCP e a COOPERBRILHA Diversidade. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDARIA, 5., 2007, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo/SP: Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em <[www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/.../DI-01.pdf](http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/.../DI-01.pdf)>. Acesso em: 06 abr. 2018.

## Capítulo 6

# O SERVIÇO SOCIAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E NORMATIVA

Letícia Fonseca da Silva<sup>1</sup>  
Rosane Janczura<sup>2</sup>

O artigo apresenta, através de um levantamento histórico e normativo, a inserção e o papel do assistente social no campo sociojurídico. Por certo, pela brevidade, não se pretende esgotar o tema. Nesse sentido, é abordada a trajetória histórica de inserção do assistente social no Poder Judiciário, que ocorreu inicialmente na área da Infância e da Juventude e, posteriormente, nas Varas da Família, ocasionando mudanças na metodologia e na direção do trabalho prestado. Analisa-se, dessa forma, o papel pericial desenvolvido pelo assistente social no Poder Judiciário, seu respaldo legal, os instrumentais técnico-operativos utilizados e os sujeitos sociais envolvidos.

Discutem-se, ainda, as particularidades do trabalho do assistente social na área sociojurídica, identificando especificamente os principais pontos que assinalam a presença e a relação do saber-poder na atuação profissional no referido campo, uma vez que vem sendo bastante e cada vez mais requisitado o assistente social pelas instâncias jurídicas com seu saber-poder a fim de atuar sobre os conflitos sociais – seja pelo fato de que esses se avolumam ou pelo fato de que está sendo logroso o Princípio do acesso à justiça, já que as partes conflitantes acionam o judiciário em busca da garantia de direitos. É importante deixar claro que a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado pela acadêmica na banca de trabalho final de graduação do curso de Serviço Social da UFSM, dezembro de 2017. Email: leticia-fonseca@hotmail.com. Assistente Social CRESS 13463.

<sup>2</sup> Profa. Dra. e orientadora acadêmica no curso de Serviço Social da UFSM. Email: rosanejanczura@yahoo.com.br

área sociojurídica é composta, segundo Fávero, Melão e Jorge (2005), por um conjunto de instituições que fazem parte do Sistema Judiciário, do Sistema Penitenciário, dos Órgãos de Segurança, das Unidades de Proteção e de Direitos Humanos, dentre outras. São instituições em que o Serviço Social atua mesclando as ações de cunho social com os procedimentos de natureza jurídica. O campo sociojurídico foi assim denominado e constituído a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que contemplou uma gama de direitos, sobretudo os sociais. Após a Constituição, foram sancionadas outras legislações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), levando o país a avançar na defesa e garantia dos direitos individuais e coletivos de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990). Envolvidos nesse processo de ampliação do reconhecimento de direitos estão alguns órgãos do poder público, como: Varas da Infância e Juventude, Varas de Família, Ministério Público, Secretarias de Justiça, Defensoria Pública e Conselhos Tutelares. Tal processo se deve à ocorrência, na contemporaneidade, de mudanças significativas nas demandas para o Poder Judiciário, sobre as quais os profissionais de Direito, principalmente os juízes, não conseguem dar respostas meramente jurídicas aos novos conflitos sociais postos pelo agravamento da questão social nem às requisições relativas aos novos direitos postos pelas legislações.

Para entendermos o trabalho do assistente social no campo sociojurídico, é preciso situá-lo no âmbito histórico das relações sociais que participaram da construção da sua trajetória, sendo a direção e função sociais dos serviços prestados determinadas pela divisão sociotécnica do trabalho judicial. Conforme afirmação de Yamamoto (2004), apesar de o trabalho do assistente social na esfera sociojurídica ter adquirido pouca visibilidade na literatura especializada e no debate profissional das últimas décadas, a atuação nessa área dispõe de larga tradição e representatividade no universo profissional, acompanhando o processo de institucionalização da profissão no Brasil. O judiciário constituiu-se historicamente em um espaço de relevante transcendência para a inserção ocupacional dos assistentes sociais, visto que, desde as origens da profissionalização do Serviço Social, esses profissionais vêm participan-

do notoriamente neste âmbito.

Ressalta-se, assim, que a regulação exercida pelo Estado sobre a sociedade por meio da legislação social e trabalhista e das políticas sociais tornou possível o trabalho do profissional de Serviço Social, gerindo o confronto de forças e intervindo nas diferentes expressões da questão social. Portanto, as diversas configurações da questão social, manifestas em face da não obtenção de acesso aos direitos e às garantias, passaram a agravar-se e serviram de espaço institucional para a inserção do assistente social também no espaço judiciário. Isso teve início com o ‘Código Mello Mattos’ que era o Decreto 17.943-A, de 12-10-1927. Assim chamado em homenagem a seu autor, o jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos. Ele seria não apenas o seu idealizador, mas também o 1º juiz de Menores do Brasil.

Em 1923 havia sido inaugurado o Juizado Privativo de Menores da Capital Federal, primeira instituição estatal voltada para a assistência a crianças abandonadas física e moralmente.

O Serviço Social no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro teve início a partir da instalação da Agência de Família da Legião Brasileira de Assistência, no Juizado de Menores e que passou, apenas em 1948, a fazer parte do quadro da Justiça.

Ainda historicamente e sucessivamente temos, por intermédio da Lei n.º 2.059, de 31 de dezembro de 1924, a criação, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, o cargo de Juiz de Menores, com o objetivo de prestar assistência e proteção aos menores de dezoito anos (na época, a terminologia empregada era essa) de ambos os sexos, abandonados, bem como de efetuar o processo e julgamento dos delinquentes (terminologia empregada na época) maiores de quatorze e menores de dezoito anos (BRASIL, 1924). Já a inserção do assistente social no âmbito da Justiça brasileira remonta aos anos de 1930, quando os profissionais atuavam como comissários de vigilância do então Juizado de Menores do Estado de São Paulo. Nota-se que a atuação inicia-se anteriormente em face do Judiciário Carioca, mesmo tendo sido esse o pioneiro no primeiro campo de atuação do assistente social no judiciário, qual seja, o então chamado de Juizado de Menores. Embora a profissão de

assistente social surgiu no Brasil na década de 1930, o curso superior de Serviço Social foi oficializado no país pela lei nº 1889 de 1953. Em 27 de agosto de 1957, a Lei 3252, juntamente com o Decreto 994 de 15 de maio de 1962, regulamentou a profissão. Em virtude das mudanças ocorridas na sociedade e no seio da categoria, um novo aparato jurídico se fez necessário para expressar os avanços da profissão e o rompimento com a perspectiva conservadora. Assim vale adiantar que hoje a profissão encontra-se regulamentada pela Lei 8662, de 7 de junho de 1993 que legitima o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais. Em seus artigos 4º e 5º, respectivamente, a lei define competência e atribuições privativas da assistente social.

Continuando a trajetória histórica, posteriormente, a Constituição de 1937, em seu artigo 127, previa como dever do Estado prover as condições para a preservação física e moral da infância e juventude, podendo pais em situação de miserabilidade pedir auxílio ao governo para a subsistência da prole. De acordo com Pocay e Colmán (2006), nesse mesmo momento histórico, em 1936, surgia a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo, tendo início, nos anos seguintes, as primeiras aproximações entre os profissionais e o Juizado de Menores por intermédio do Comissariado de Menores que integrava a Diretoria de Vigilância do Serviço Social de Menores (órgão estadual que centralizava o “atendimento ao menor”).

Nessa época, estava em vigência o primeiro Código de Menores (Lei n.º 17.943-A, de 12 de outubro de 1927), que previa o auxílio dos comissários de vigilância, os quais tinham, dentre suas atribuições, a responsabilidade de “proceder a todas as investigações relativas aos menores, seus pais, tutores ou encarregados de sua guarda, e cumprir as instruções que lhes forem dadas pelo juiz” – artigo 152 (BRASIL, 1927). O inquérito desenvolveu-se, dessa forma, como principal instrumento de auxílio ao magistrado nas questões relativas à menoridade, figurando como “possibilitador” da coleta de informações com vistas ao restabelecimento da verdade dos fatos, ou construção de provas a respeito da ação em litígio ou em exame, numa direção coercitiva e disciplinadora da ordem social” (FÁVERO, 2006, p. 19). Nota-se que,

segundo Fávero (2006), para dar suporte e corpo às suas decisões, o juiz baseava-se no material existente para a formação da “verdade” e para as decisões do magistrado, tais como os subsídios coletados pelos participantes dos momentos processuais, os depoimentos etc.

Assim, o trabalho feito pelos assistentes sociais forma parte do corpo de coleta, conteúdos e materiais que vão dar suporte e cenário para as decisões judiciais. O serviço social, enquanto participante das práticas judiciárias, utiliza-se do inquérito e do exame para, no atendimento que realiza, pesquisar “a verdade”. A esse respeito, Fávero (1999, p. 64) afirma que:

O assistente social é solicitado pelo Judiciário como sendo elemento neutro perante a ação judicial para trazer subsídios, conhecimentos que sirvam de provas, de razões para determinados atos ou decisões a serem tomadas. Através de técnicas de entrevistas, visitas domiciliares, observações, registros, realiza o exame da pobreza e dá o seu parecer sobre a situação investigada e a medida mais adequada a ser aplicada, no caso do Juizado de Menores, ao menor ou à família.

Na época, havia, por meio de normatização própria, o procedimento que os profissionais deveriam adotar, a exemplo do Decreto-Lei n.º 6.026, de 24 de novembro de 1943, que dispunha que o juiz deveria estudar a personalidade do menor, sobretudo em seu ambiente familiar e social, mandando proceder reservadamente a perícias e inquéritos necessários à individualização do tratamento e da educação (BRASIL, 1943). Nesse contexto, o assistente social passou a intervir “estritamente vinculado com os trâmites da aplicação da lei que regulamentava a justiça de menores, ou seja, das normas reguladoras do comportamento de crianças e adolescentes pobres” (FÁVERO, 1999, p. 29).

Existiu ainda o Serviço de Colocação Familiar, que mais tarde, mudou sua proposta e transformou-se em um programa de subsídios às famílias que tinham dificuldades em manter seus filhos. Os profissionais atuantes nesse serviço, além de pessoas de ilibada conduta moral, deveriam, se possível, ser assistentes sociais e o chefe do Serviço deveria ser, preferencialmente, um assistente social diplomado por Escola de

Serviço Social e designado pelo Juiz de Menores (artigo 6º, parágrafo 4º). O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nesse novo e vasto campo foi se instaurando, consolidando atividades e expandindo-se na Justiça de Menores, como era denominada a área do Tribunal de Justiça que tratava dos assuntos referentes à infância e juventude. Posteriormente, em 1957 esse serviço passou por uma reorganização, sendo criadas as “Sessões de Informações e de Serviço Social”, logo conhecido como “Serviço Social de Gabinete”, com o fim de assessorar o Juiz na tomada de decisões sobre casos específicos (POCAY; COLMÁN, 2006). Por meio dos estudos sociais, os assistentes sociais auxiliavam os juízes quanto à medida da internação, evitando que os jovens permanecessem em celas e presídios comuns, além de agilizarem os atendimentos, propiciando condições ao Juízo para que tomasse providências que iam do encaminhamento à família e à internação até a liberdade vigiada, além de outros procedimentos atinentes aos casos.

Assim, segundo Pocay e Colmán (2006), os profissionais foram consolidando sua participação no Judiciário, uma vez que concretizavam as propostas formuladas nas Semanas de Estudos do Problema de Menores, que consistiam em auxiliar a Justiça de Menores nas ações pré-judiciárias (prevenção), judiciárias propriamente ditas e pós-judiciárias (acompanhamento dos casos), apesar de a conjuntura política nas décadas de 1950 e 1960 ter sido extremamente conturbada. Sobre esse período, nota-se que a evolução para a intervenção e prevenção para os “problemas dos menores”, como assim eram nomeados, foi tímida ou inexistente, pois o cenário e interesse político estavam voltados para os planos desenvolvimentista do governo da época, que era o de Juscelino Kubitschek.

Logo, já no ano de 1979 houve a promulgação do segundo Código de Menores (Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979), que dispunha sobre assistência, proteção e vigilância a menores (artigo 1º), contendo orientação para a realização de estudos de caso, enquanto subsídio técnico ao juiz. E assim o Serviço Social foi se tornando parte indispensável da dinâmica estabelecida historicamente.

A participação do Serviço Social, sob o enfoque assistencialista, levava em conta o estudo de cada caso com pessoal técnico e, também, a realização de estudo social por equipe interprofissional, buscando ampliar seus espaços de ação e de legitimação. Dentre as competências do assistente social, destacava-se a realização do estudo social, “valendo-se das técnicas de entrevistas, da visita domiciliar, da observação, da análise da documentação, de informações e entendimentos com colaterais ou entidades de bem-estar social da comunidade” (ADDUCCI, 1982 apud FÁVERO, 1999, p. 26).

Segundo Fávero (1999), verifica-se que a atuação do Serviço Social junto à Justiça da Infância e da Juventude, inicialmente, teve como base a metodologia do Serviço Social de casos individuais, desdobrando-se nas etapas de estudo, diagnóstico e tratamento. A direção teórico-metodológica do Serviço Social de casos individuais pautava-se no referencial ideológico da doutrina social da igreja católica, que tomava como modelo de família a sagrada família ou a família nuclear, “até porque o processo de formação tinha por base a matriz apostólica leiga, moralizante e voltada estritamente a um enfoque individualista” (KOSMANN, 2006, p. 54). A metodologia operativa nessa época era influenciada pelo Serviço Social norte-americano, cuja intervenção junto a casos individuais se baseava em estudos de natureza psicossocial, isto é, versava sobre “fatores internos ou de personalidade e externos – ou situacionais e sociais” (KFOURI, 1969 apud FÁVERO, 2006, p. 22). Os princípios éticos e filosóficos que direcionavam a prática sintetizavam-se na “valorização do homem e da sociedade” (KFOURI, 1969 apud FÁVERO, 2006, p. 23), “numa perspectiva de adaptação, integração social e participação no processo de desenvolvimento, portanto, numa direção em que a crítica aos padrões dominantes de exploração social não se fazia presente” (FÁVERO, 2006, p. 23).

Em seguida, com o processo democrático restabelecido após alguns anos de ditadura no país, foi promulgado um novo arcabouço jurídico: a Carta Magna de 1988. Também conhecida como Constituição Federal de 1988, em artigo 227, exigiu uma lei específica que regulamentasse

os temas, bem como consagrou outros norteadores, possibilitando, por exemplo, a implantação do ECA (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990)<sup>3</sup>, o qual impôs a obrigatoriedade da família, da sociedade e do Estado de assegurar os direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 1990). O ECA normatizou a atuação do Poder Judiciário na defesa desses direitos, de forma que a Justiça da Infância e da Juventude continuou com a possibilidade de intervenção junto à família e à criança nos casos típicos de Direito Processual Civil e Direito Processual Penal, como a guarda, tutela, adoção e investigação de paternidade e maus-tratos. Além disso, o juiz passou a ser assessorado por uma equipe multiprofissional, o que se verifica nos artigos 150 e 151, que preveem a constituição de serviços auxiliares no âmbito do judiciário para subsidiar o magistrado nas questões relacionadas à infância e juventude.

Foi então com a Carta Magna em 1988 que se materializou a direção do trabalho de proteção da infância e juventude no Brasil, área essa que, juntamente com as Varas de Família, foi desde o início do Serviço Social, ocupada por assistentes sociais. Assim, conforme estipula a referida Carta, foram implementadas, posteriormente, regulamentações de legislações específicas, como o ECA no ano de 1990.

O ECA significou uma total ruptura com a legislação anterior que tratava da questão menorista (Código de Menores – Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979), posto que adotou como referencial doutrinário o Princípio da Proteção Integral em direção oposta ao Princípio da Situação Irregular que vigorava na legislação revogada. Para a Doutrina da Situação Irregular, os menores<sup>4</sup> apenas são sujeitos de direito ou merecem a consideração judicial quando se encontram em determinada situ-

---

<sup>3</sup> É importante salientar que, com o advento da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, a atuação profissional do assistente social pauta-se nos artigos 150 e 151, capítulo II, seção III – Dos Serviços Auxiliares, bem como nas ações cíveis presentes no Código de Processo Civil (seção VII, artigos 420 e seguintes), no Código de Ética Profissional e na Lei n.º 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social. O assistente social tem, assim, a função precípua de assessorar o magistrado nas suas decisões, salvaguardado o ponto de vista técnico.

<sup>4</sup> Terminologia da época, já mencionada anteriormente, fazia referência a pessoas com menos de dezoito anos de idade.

ação caracterizada como “irregular” e assim definida em lei. Dessa forma, havia uma discriminação legal quanto à situação do menor, que somente recebia respaldo jurídico caso se encontrasse em situação irregular; os demais, não eram sujeitos ao tratamento legal. Já a Doutrina da Proteção Integral representa um avanço em termos de proteção aos direitos fundamentais, estando calcada na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 e tendo, ainda, como referência documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança (aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 20 de novembro de 1959), as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing, previstas na Resolução nº 40/33, de 29 de novembro de 1985), as Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil (Diretrizes de Riad, de 1º de março de 1988) e a Convenção sobre o Direito da Criança (adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e aprovada pelo Congresso Nacional Brasileiro em 14 de setembro de 1990).

A Doutrina da Proteção Integral foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro por meio do artigo 227 da Constituição Federal, que declarou ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade. A Doutrina da Proteção Integral adotada pelo ECA assenta-se em três princípios: a criança e o adolescente são vistos como sujeitos de direito, deixando de ser objetos passivos para se tornarem titulares de direitos; são destinatários de absoluta prioridade; e devem ter respeitada a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Com a nova doutrina, as crianças e os adolescentes ganham um novo *status*, figurando como sujeitos de direito e não mais como menores, isto é, objetos de compaixão e repressão, em situação irregular, abandonados ou delinquentes. Para essa doutrina, Amaral e Silva (apud PEREIRA, 1996, p. 27) pontuam que “o direito especializado não deve dirigir-se, apenas, a um tipo de jovem, mas sim, a toda a juventude e a toda a infância, e suas medidas de caráter geral devem ser aplicáveis a todos”.

Em suma, o ordenamento jurídico cindia a coletividade de crianças

e adolescentes em dois grupos distintos, os menores em situação regular e os menores em situação irregular, para usar a terminologia empregada no Código de Menores brasileiro de 1979. E ao fazê-lo não reconhecia a incidência do princípio da igualdade à esfera das relações jurídicas envolvendo crianças e adolescentes. Hoje não. Se o Direito se funda num sistema de garantias dos direitos fundamentais das pessoas, e no tocante a crianças e adolescentes um sistema especial de proteção, as pessoas (entre elas crianças e adolescentes) necessariamente têm um mesmo status jurídico: aquele que decorre dos artigos 227, 228, e 226 da CF [Constituição Federal] e se cristalizou, na lei ordinária, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Em síntese, com a nova doutrina, crianças e adolescentes – sejam vítimas, abandonados, autores de ato infracional ou não – devem receber o mesmo tratamento legal, sendo vedada qualquer discriminação. Nesse sentido, a legislação não só adotou uma postura de modificação dos paradigmas referentes à criança e ao adolescente, como também acabou por exigir uma nova postura dos profissionais, dentre eles o assistente social. Nas palavras de Pizzol (2005):

O Estatuto da Criança e do Adolescente ampliou as fronteiras do campo profissional, impulsionando o reconhecimento institucional do papel do assistente social judiciário, não apenas como responsável pela elaboração do estudo social, mas também com aspectos de intervenção junto à família e à sociedade local (conselhos tutelares, instituições, entre outros) através de mediações, conciliações, orientações e encaminhamentos.

Gradativamente, os trabalhos dos assistentes sociais foram ampliando-se, e esses profissionais foram sendo chamados a atuarem em processos sobre questões familiares diversas, não envolvendo somente crianças e adolescentes, mas estendendo seu campo profissional para além da jurisdição das Varas de Infância e Juventude. “O Serviço Social, ao longo de sua trajetória na organização judiciária, ficou reconhecido pela necessidade de intervenção não só no contexto da Justiça infantojuvenil e familiar, mas em diversas outras áreas” (FÁVERO; MELÃO; JORGE, 2005, p. 16).

Conforme já mencionado, é vasta a atuação profissional no campo

sociojurídico, seja no sistema penitenciário, nas execuções penais ou nos órgãos de cumprimento de medidas socioeducativas, por exemplo. De toda forma, pode-se afirmar que o trabalho do assistente social com crianças e adolescente nas Varas de Família se faz cada vez mais indispensável. Nota-se, assim, que as práticas do assistente social na área judiciária estão intrinsecamente relacionadas à trajetória da profissão, renovando-se juntamente com as mudanças societárias, assim como as demandas impostas a esse profissional na esfera do Poder Judiciário também sofreram modificações ao longo da história. Até a década de 1980, o profissional atuava em uma perspectiva de tutela e coerção, trabalhando exclusivamente em questões ligadas à justiça da infância e da juventude. Posteriormente, principalmente com sua inserção na Vara de Execuções Penais, nos Juizados Cíveis e Criminais e nas Varas da Infância e da Família, suas atribuições ganham novo *status*. O caráter matricial desenvolvido na área da infância e juventude, baseado no modelo de abordagem individual, moldou o perfil do trabalho do assistente social em outras especialidades do Poder Judiciário, direcionando o trabalho desse profissional na instituição judiciária ao longo do tempo.

Atualmente, o assistente social no Poder Judiciário pode atuar em processos nas áreas cível e penal. Na esfera civil, atua em processos de destituição de poder familiar; habilitação à adoção; colocação familiar; guarda, tutela e adoção; verificação de situação de risco; busca e apreensão de criança e adolescente; guarda; regulamentação de visita; pensão alimentícia; curatela; alvará judicial, entre outros. Já na esfera penal, atua em incidentes de progressão e/ou regressão de regime, por exemplo. Além disso, pode intervir na execução de programa de prestação de serviço à comunidade e participar no Conselho da Comunidade, conforme Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 – artigo 80 (BRASIL, 1984). Assim, a “progressiva inserção dos trabalhadores sociais no âmbito da Justiça tem permitido instalar no cenário jurídico a compreensão acerca das possibilidades que a profissão oferece para uma leitura integradora dos conflitos jurídicos” (ROBLES, 2004). A atividade profissional, orientada para a defesa dos direitos cidadãos, considerando esses em uma perspectiva sociocultural que contextualiza as demandas

jurídicas, promove a ampliação dos olhares muitas vezes inequívocos que a lei pretende instalar e promove, desse modo, uma administração da justiça mais equitativa e eficaz.

Notadamente o trabalho do assistente social é visto em prova pericial, essa é definida por Witthaus (2003 apud ROBLES, 2004, p. 55) como “a opinião fundamentada de uma pessoa especializada ou informada em ramos de conhecimento que o juiz não está obrigado a dominar. A pessoa dotada de tais conhecimentos é o perito, e sua opinião fundamentada, o laudo”. Esse tipo de prova deve ser elaborado por profissional especialista em alguma área do conhecimento humano, cujo objetivo é o assessoramento do juiz no esclarecimento da questão em litígio. Dentre esses profissionais, “está o assistente social, cuja profissão, devidamente reconhecida e regulamentada, há muito vem contribuindo com a Justiça, desenvolvendo uma série de trabalhos, entre eles o de perícia social judiciária” (PIZZOL, 2005, p. 23). Já o perito é o auxiliar do juiz, que, dotado de conhecimentos especializados que o juiz não está obrigado a ter, é chamado por este em um processo para dar sua opinião fundamentada, quando a apreciação dos feitos controvertidos requer conhecimentos especializados em alguma ciência (WITTHAUS, 2003 apud ROBLES, 2004, p. 55). A perícia pode ser traduzida, assim, como vistoria de caráter técnico e especializado, cujo objetivo é elucidar situações e fazer averiguações, esclarecendo diversas circunstâncias e tendo como fim a constituição de um documento capaz de embasar decisões. No âmbito do judiciário, diz respeito a uma avaliação, um exame ou uma vistoria. O laudo, por sua vez, “registra por escrito, e de maneira fundamentada, os estudos e conclusões da perícia” (FÁVERO, 2006, p. 29). Nessa direção, têm-se o conceito de perícia judicial, que é a atividade técnica e processual que se materializa no processo por meio de laudo ou de qualquer outra forma legalmente prevista, na condição de instrumento.

O assistente social, no âmbito do Poder Judiciário, não pode perder de vista que a tarefa pericial, “enquadrada em um dos poderes do Estado, requer uma inserção crítica e comprometida, que supere a prática instrumental e possibilite o desenvolvimento de uma prática reflexiva

e transformadora” (ROBLES, 2004, p. 21). Nesse sentido, a Lei n.º 8.662, de 07 de junho de 1993, elucida que, dentre as competências do assistente social, está a de “realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”, tendo como atribuições privativas “realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social” (BRASIL, 1993).

O estudo social no âmbito do Serviço Social consiste, assim, em um instrumento vastamente utilizado nas diferentes áreas e modalidades de intervenção, cuja finalidade é a orientação do processo de trabalho do próprio assistente social, sendo empregado para conhecer e analisar a situação vivida por determinados sujeitos ou grupo de sujeitos sociais, sobre os quais o assistente social foi chamado a opinar. “Ele consiste numa utilização articulada de vários outros instrumentos – entrevistas individuais ou conjuntas, observação, visita domiciliar e análise de documentos – que permitem ao assistente social a abordagem dos sujeitos envolvidos na situação” (MIOTO, 2001). Nesse sentido, o assistente social utiliza o estudo social para orientar o seu trabalho, tanto para planejar certas intervenções quanto para demonstrar a situação sobre a realidade investigada.

Tendo em vista as considerações efetuadas, observa-se que o Serviço Social é cada vez mais demandado pelas instâncias da Justiça para colaborar, com base em seu saber/poder, nas decisões judiciais, especialmente por meio do estudo social e do parecer social. O assistente social pode ser solicitado para trabalhar individualmente ou inserido em equipes multiprofissionais com vistas a elaborar pareceres e laudos sociais, a fim de fornecer subsídios à autoridade judiciária, o que está previsto, por exemplo, no ECA (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990) (BRASIL, 1990), na Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984) (BRASIL, 1984), na Lei sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal (Lei n.º 10.259, de 12 de julho de 2001) (BRASIL, 2001), na Portaria n.º 153, de 27 de fevereiro de 2002, do Ministério da Justiça, que dispõe sobre a Secretaria Nacional de Jus-

tiça e sobre o Programa Nacional de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (BRASIL, 2002) e na criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar (Lei n.º 11.340, de 07 de agosto de 2006) (BRASIL, 2006). Mesmo que o direcionamento tenha mudado desde a inserção desse profissional no campo sociojurídico, nota-se que sua forte atuação teve início na área da infância e juventude e nas Varas de Família, área essa em que está o maior e indispensável trabalho do assistente social. Ressalta-se que não há uma receita pronta de como atuar nessas áreas, todas complexas e inseridas dentro da realidade social de um país capitalista e violento, no qual os valores mudaram radicalmente, apesar da memória conservadora continuar em cada um de nós. Diante disso, é necessário fazer uma reflexão acerca dos métodos utilizados no Judiciário, da tecnicidade crítica e do desvelamento da realidade, de modo que o assistente social, ao trabalhar nesse campo, mais especificamente nas Varas de Família, deve preocupar-se em romper com modelos ultrapassados, preconceituosos e violentos, fazendo valer os princípios norteadores da profissão e dos direitos humanos de proteção social. A exemplo, cita-se o Princípio da Proteção Integral. Assim, o assistente social não só traz à baila a questão do poder exercido pelo Judiciário, mas também atua como um propagador e proliferador de bem comum, entendendo cada indivíduo como único, inserido no seu contexto psicossocioeconômico e dotado de direitos e deveres inerentes desde a sua concepção, ou seja, anteriores ao seu nascimento. Destacam-se, ainda, as grandes contradições a que está sujeito o Poder Judiciário na atualidade e a contribuição dos profissionais do Serviço Social no interior da instituição nos últimos 80 anos.

É o assistente social, em seu comprometimento profissional, que deve elucidar e trazer à tona essa postura para o Poder Judiciário. Cabe elencar, nesse sentido, as funções previstas pelo código de ética profissional dos assistentes sociais: reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes, como autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o

aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional; exercício do Serviço Social sem ser discriminado nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. Assim, o assistente social que atua no Poder Judiciário, para efetivar o projeto ético-político da profissão, comprometido com o aprofundamento da democracia, com a construção de uma nova ordem societária, necessita estar atento às múltiplas expressões da questão social e a suas diversas manifestações. Sua ação deve identificar não apenas as desigualdades, mas também as possibilidades de enfrentamento. É necessário, então, que o profissional contextualize os conflitos em uma perspectiva macrosocietária, considerando as dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais dentro de um processo histórico, para que, assim, possa articular as condições socioeconômicas e subjetivas vivenciadas pelos sujeitos.

Dessa forma, o assistente social tem o desafio de viabilizar o acesso aos direitos dos cidadãos com os quais atua. Se, por um lado, atua ciente de que muitas vezes realiza ações que afetam o emergencial, o imediato e o superficial, por outro, há uma série de mediações que se realizam nesse fazer profissional comprometido com a emancipação dos sujeitos (FUZIWARA, 2006). A prática do assistente social deve, além de considerar a construção histórica da realidade e suas mediações, ter um horizonte delineado pelo projeto ético-político profissional. Tendo a percepção de que a questão social permeia o cotidiano dos sujeitos atendidos e apresentando uma ação profissional embasada nos fundamentos que dão direção ao projeto profissional, o assistente social poderá propor ações inovadoras que venham a contribuir para alterações na realidade social.

Tendo em vista que historicamente a matéria-prima e mais volumosa nesse campo reside na Infância e Juventude e nas Varas de Família, as quais não raro envolvem conflitos com crianças sendo participantes, destaca-se, para finalizar, uma citação realizada por Janczura em sua tese de doutorado: “A humanidade deve à criança o melhor que se tem a oferecer” (ONU, 1959 apud JANCZURA, 2004, p. 3).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei n. ° 2.059, de 31 de dezembro de 1924.** Dispõe sobre o processo de menores delinquentes. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=66298>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n. ° 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.** Consolida as leis de assistência e protecção a menores. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)>. Acesso em: 08 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. ° 6.026, de 24 de novembro de 1943.** Dispõe sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-6026-24-novembro-1943-416164-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n. ° 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm)>. Acesso em: 08 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 08 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm)>. Acesso em: 08 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 10.259, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10259.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10259.htm)>. Acesso em: 08 dez. 2017.

BRASIL. **Portaria n.º 153, de 27 de fevereiro de 2002.** Institui, no âmbito da Secretaria Nacional de Justiça, o Programa Nacional de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=184087>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 08 dez. 2017.

COLMÁN, Sílvia Alapanian. **A formação do Serviço Social no Poder Judiciário:** reflexões sobre o direito, o Poder Judiciário e a intervenção do Serviço Social no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de 1948 a 1988. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Serviço Social, práticas judiciárias, poder** – implantação e implementação do Serviço Social no Juizado de Menores de São Paulo. São Paulo; Veras, 1999.

FÁVERO, Eunice Teresinha; MELÃO, Magda Jorge Ribeiro; JORGE, Maria Rachel Tolosa. (Orgs). **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário.** São Paulo; Cortez, 2005.

FUZIWARA, Aurea Satomi. **Contribuição do assistente social para a justiça na área da infância e da juventude:** o laudo social e a aplicação da lei - encontros e desencontros. 2006. 268 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

JANCZURA, Rosane. **Abrigos e políticas públicas: as contradições na efetivação dos direitos da criança e do adolescente**. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2008.

KOSMANN, Cilene. **Serviço Social no Judiciário: a utilização de procedimentos profissionais e processuais como garantia de acesso à justiça**. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MIOTO, Regina C. T. **Perícia Social: proposta de um percurso operativo**. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 67, p. 145-158, set. 2001.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

PIZZOL, Alcebir Dal. **Estudo Social ou Perícia Social? Um estudo teórico-prático na Justiça Catarinense**. Florianópolis: Insular, 2005.

POCAY, Maria Conceição Hansted; COLMÁN, Sílvia Alapanian. **A apropriação do saber profissional do assistente social pelo Poder Judiciário**. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 8, n. 2, jan./jun. 2006.

ROBLES, Cláudio. **La intervención pericial en trabajo social: orientaciones teórico-prácticas para la tarea forense**. 1. ed. Buenos Aires: Espacio, 2004.

SÃO PAULO. **Decreto n.º 3.828, de 25 de março de 1925**. **Dá regulamento à lei nº 2.059, de 31/12/1924**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=133300>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

### **PARTE III**

## **TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSOS ADVINDOS DE PESQUISAS NA GRADUAÇÃO**

## Capítulo 7

# ESTUDOS DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: um panorama da formação profissional

Mariana Marques Sebastiany<sup>1</sup>  
Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Enquanto uma profissão que se propõe a interagir na produção e na reprodução das relações sociais, importa para o Serviço Social apreender as relações sociais de gênero, a fim de potencializar sua análise e intervenção nestas e materializar coerentemente seu projeto profissional. Porém, vem conseguindo incorporar substancialmente essa demanda durante a formação profissional, em que o ensino de gênero é considerado conteúdo transversal aos conteúdos?

Este artigo resulta do esforço para enfrentar a questão apontada, a partir da pesquisa das grades curriculares e disciplinas dos cursos de graduação em Serviço Social, uma investigação realizada com objetivo de conhecer como é inserido o estudo das relações sociais de gênero no ensino de graduação nos cursos de Serviço Social em universidades públicas federais da região sul do país<sup>3</sup>. Além disso, constitui a primeira síntese formulada a partir do trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, de Mariana Marques Sebastiany, sob orientação de Laura Regina da Silva Câmara Maurício, apresentado em dezembro de 2017. Este que é uma

---

<sup>1</sup> Assistente social graduada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Bolsista CNPq.

<sup>2</sup> Docente do curso de Serviço Social da UFSM; Mestre em Política Social, Doutora em Serviço Social; Coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais - NEPEGPSMS – Hegemônicas, UFSM.

pesquisa bibliográfica e documental, destacando os componentes curriculares que versam sobre gênero, um contributo inicial para problematizar a relação desta categoria com a formação profissional.

Ademais, contextualiza os riscos da sedução teórica do conceito de gênero com a adoção de referências pós-modernas, enquanto uma tendência que ganha progressiva disseminação no ambiente universitário, nos meios midiáticos, inclusive, nos movimentos sociais e nas plataformas político-partidárias de cunho à esquerda. Com efeito, problematiza essa perigosa tendência a se tornar hegemônica, na contramão da teoria crítica marxista, tencionando o projeto ético-político do Serviço Social. Encontra nos estudos referenciados nas teorias feministas marxistas a base necessária para desvendar a trama sedutora dessa onda pós-moderna e seus limites. Portanto, defende o conceito de gênero e sua apropriação na formação profissional, a partir da abordagem marxista, que permite tratá-lo como estruturante da totalidade social, e mais: demarca a importante tarefa de romper com a invisibilidade dos estudos de gênero nas grades curriculares dos cursos de graduação do Serviço Social como definidora para o projeto ético-político da profissão a favor da emancipação social humana e de uma sociedade igualitária.

## O CONCEITO DE GÊNERO: O PROBLEMA EM DISPUTA

Da perspectiva crítica a qual se parte, importa apontar o que de concreto constitui o gênero, isto é, compreender os determinantes sócio-históricos e as intencionalidades implicadas em sua abordagem, que, totalmente calcados na produção e reprodução da vida, conferem-lhe definições e atribuições diferenciadas.

Entende-se que as expressões políticas e teóricas do feminismo darão formas ao gênero. Enquanto movimento coletivo de luta de mulheres, o feminismo assim é conformado na segunda metade do século XX,

---

<sup>3</sup> As universidades são as seguintes: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

reconhecendo a opressão específica e sistemática das mulheres, apontando que as relações entre homens e mulheres não advêm da natureza e reivindicando a possibilidade política de sua transformação (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009).

Matos (2008) explica que os estudos feministas, ou estudos de gênero, ou ainda de mulheres (como eram mais conhecidos) começaram a ser desenvolvidos entre os anos 1930 e 1970 no meio acadêmico por muitos grupos feministas, partindo da problematização sobre a produção do conhecimento com forte viés androcêntrico em vários campos disciplinares.

A partir dos anos 1980, o gênero começa a se disseminar nas ciências, constituindo-se uma categoria analítica que substitui, aos poucos, o termo mulheres, passada a ser vista como categoria empírica e descritiva. A busca por erudição e seriedade, indicando uma conotação mais objetiva e neutra do termo mulheres, é entendida por Scott (1991) como a procura por legitimidade acadêmica pelos estudos feministas.

Também surgiu como contraponto à categoria sexo, explicada biologicamente até então e utilizada para justificar os “papeis sociais” de mulheres e homens. Estabeleceu-se, assim, enquanto construção social. Daí que utilizar o gênero é compreender que as mais diversas desigualdades entre mulheres e homens não advêm de questões naturais, e ou de “essência” masculina ou feminina, mas de construções sócio-históricas que determinam tais relações. Nisto, Saffioti (2015) refere-se ao gênero como as representações do masculino e do feminino e às imagens construídas pela sociedade em torno destes, cujas estão inter-relacionadas.

Neste período, quando a categoria gênero começou a ser mais bem disseminada, nas ciências sociais, como traz Scott (apud CISNE, 2015b), o período caracteriza-se pela crise dos paradigmas macroestruturais e o ganho de espaço da ênfase nos significados das relações sociais constitutivas das relações de poder em detrimento das causas de dominação/exploração. Nesse contexto, surge a crítica pós-moderna como reação cultural ao potencial universalizante da modernidade e rejeição à tentativa de colonização das culturas pela ciência, caracterizando-se pela

oposição a todas as formas de metanarrativa, como o marxismo, e por elencar a necessidade de utilização de novos conceitos e categorias fundamentais para o entendimento das atuais configurações sociais (MACÊDO, 2011).

Há uma característica fundamental nas teorias pós-modernas: o apagamento e até mesmo a exclusão da luta de classes, como definida por Marx, do centro das análises, ocultando sua materialização e invisibilizando e sufocando a resistência dos (as) trabalhadores (as). Percebe-se a “desconstrução” do mundo e das categorias hegemônicas relevantes para sua leitura e transformação existentes até então, mas precária ou inexistente reconstrução concretamente. Afinal, a quem serve embaralhar e atenuar os efeitos do capitalismo?

Ao encontro do exposto, Moraes define as premissas pós-modernas como:

[...] uma operação ideológica de desqualificação das lutas sociais e dos projetos de uma nova sociedade. Negam as possibilidades da autonomia dos sujeitos e reduzem o destino humano ao aprisionamento, seja nas estruturas da linguagem, seja nas micro e macroestruturas da sociedade. A consequência política das teses pós-modernistas é um misto de conformismo e acomodação ao *status quo* (2003, p.96, grifo da autora).

Dessa forma, é preocupante a relação entre feminismo e o próprio conceito de gênero quando relacionados à pós-modernidade, inquietação que pode ser expressa pelo risco da elevação das diferenças percebidas e não das desigualdades entre homens e mulheres, podendo mascarar a realidade contrastante dessa relação.

Na expressão de Oliveira (2009), o gênero aparece no limiar entre a epistemologia estruturalista e a pós-estruturalista. Em vista disso, é relevante pontuar que a conjuntura de sua conformação enquanto categoria analítica é permeada por riscos de retrocessos para o movimento feminista e para os movimentos da classe trabalhadora (CISNE, 2015b).

Deste modo, hegemonicamente, percebe-se que a categoria gênero vem sendo utilizada pelo pós-estruturalismo, que, ao deslocar as relações de poder entre homens e mulheres para o campo individual, tende

a atenuá-las. Da mesma forma, foi realizada por teóricos(as) das agências de cooperação internacional, de instituições governamentais e por organismos multilaterais, como bem lembra Cisne (2015b). Ademais, possui uma generalidade excessiva e pretensão de neutralidade, que apresentam grande grau de extensão, mas baixo de compreensão (SAFFIOTI, 2015).

Por essas motivações, defende-se a abordagem marxista, pois parece a mais coerente com o projeto profissional, a qual permite pensar gênero como estruturante das relações sociais e da totalidade social. Entende-se que o conteúdo do conceito de gênero, “se apartado das relações sociais de classe e ‘raça’, e da luta pela erradicação das explorações e opressões daí decorrentes, pouco oferece como ‘arma da crítica’” (CISNE, 2014, p.67) e da prática na perspectiva marxista de transformação social. Com efeito, afirma-se a categoria gênero, sobretudo, como política, histórica e analítica, por isso contraditória e em disputa, demarcando que as relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres, bem como que suas condições igualmente desiguais e hierárquicas de inserção social advém de construções sócio-históricas.

### **O SERVIÇO SOCIAL E A CATEGORIA GÊNERO: possibilidades de articulação durante a formação profissional**

É importante visualizar que tanto a questão social, quanto as políticas sociais, ambas as mediações fundamentais do trabalho de assistentes sociais, demandam o aprofundamento das relações sociais de gênero. A primeira porque é mediatizada por tais relações em suas distintas expressões e a segunda porque vem incorporando a transversalidade de gênero (LISBOA, 2010). Desta maneira, considera-se que o gênero “[...] está presente em todas as dimensões do trabalho do [e da] assistente social” (SOUZA; VELOSO, 2015, p.184).

No cerne dos fundamentos profissionais, encontra-se uma forte “marca feminina”,

[...] compreendida como um processo histórico-cultural de construção de

práticas, saberes e valores em relação ao feminino, por meio de uma construção diferenciada sobre os sexos, a qual dita modela e institui o que é feminino. Torna-se, cria-se o feminino, de acordo com a conveniência e os interesses da classe dominante, resultando na produção de desigualdades entre homens e mulheres, reveladas, por exemplo, na sua forma de inserção no mercado de trabalho (CISNE, 2015a, p.53).

Logo, a configuração profissional “de mulheres para mulheres” é apenas o aparente, sendo necessário desvendar a lógica de fundo que a impulsiona, que tem total relação com a inserção do Serviço Social na divisão sexual do trabalho<sup>4</sup>. Esta que lhe atribui caráter de subalternidade, não considera sua importância como especialização do trabalho, confere-lhe baixos salários, assim como pouco reconhecimento/status social – elementos típicos de profissões “femininas”. “[...] Assim, muito mais que ser valorizado como trabalho, o Serviço Social vai se constituindo como algo vinculado ao “dom” ou mesmo a um papel feminino” (CISNE, 2015b, p.63).

Dessa forma, “[...] não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócio-históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino” (Ibid., p.30), ou então, em outros termos, “[...] o problema não está em ser composta majoritariamente por mulheres, mas ser inserida na divisão social e sexual do trabalho como uma profissão de mulheres” (CISNE, 2015a, p.66).

A compreensão do que implica subalternidade à profissão é inseparável da sua trajetória, por essa razão os (as) profissionais devem desvendar as relações de gênero não apenas em relação aos (às) usuários (as) de seus serviços, como também em relação a si mesmos (as) (SOU-

---

<sup>4</sup> “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) .Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher)” (KERGOAT, 2009, p.67).

ZA; VELOSO, 2015). De tal modo, importa uma formação que forneça competências e instrumentais às e aos assistentes sociais também para apreender as expressões de gênero em todas as esferas da vida social, dentro do seu âmbito de intervenção, entendendo que a reflexão sobre a questão social se potencializa a partir dos elementos que o gênero traz (Ibid.).

Cisne (2015a) bem pontua a relevância da consubstancialidade e a coextensividade das relações sociais de gênero, classe e “raça”<sup>5</sup> para o Serviço Social, que, uma vez as desconsiderando, estaria rompendo com a perspectiva da totalidade a qual o projeto hegemônico profissional se propõe. Mesmo porque seu público usuário é transpassado por esses pilares e constitui-se majoritariamente por mulheres trabalhadoras, em grande medida negras, compondo o universo subalternizado nas relações que determinam dominação e exploração na sociedade capitalista.

O Serviço Social tem compromisso ético-político, conforme Código de Ética Profissional (BRASIL, 2012), com um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. Logo, vai de encontro a todas as formas de desigualdade, discriminação e opressão. Assim, as relações sociais de gênero importam para o desvelamento das desigualdades que marcam a vida, sobretudo, das mulheres, assim como para não naturalizar sua “condição” e ou seus “papeis” no cotidiano do exercício profissional.

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS pontuam a importância do gênero quando tratam do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira<sup>6</sup>, sugerindo diretamente, nas matérias básicas, as relações de gênero apenas na “Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais” (ABEPSS; CEDEPSS; 1996). Porém considera-se questionável e um debate em aberto a sua abordagem. Gradualmente,

---

<sup>5</sup> “As relações são consubstanciais: elas formam um nó que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, apenas em perspectiva analítica da sociologia; e elas são coextensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de “raça”, se reproduzem e se coproduzem mutuamente” (KERGOAT, 2012, p.126-127 apud CISNE, 2014, p.68)

ela já vem sendo trabalhada mais amplamente e transversal aos diversos conteúdos formativos, especialmente no que condiz à análise da formação e da intervenção profissional que se dará em relações sociais estruturadas pelas relações de gênero e à análise da profissão propriamente.

Entretanto, a abordagem da categoria gênero vem se dando muito superficialmente ou, ainda, como assinalam Souza e Veloso (2015), de forma oculta, o que quer dizer que não há um aprofundamento das implicações de gênero quando, de alguma forma, ele é tocado.

Um levantamento realizado por Lima (2012) em 2011, acerca do ensino das disciplinas, grupos de estudo e pesquisadores ligados ao gênero nos cursos de Serviço Social presenciais no Brasil, abrangendo 32 universidades públicas e privadas das cinco regiões do país demonstrou que, apesar da temática ter se expandido na profissão, ainda se faz necessário avançar no processo de formação dos (as) estudantes, já que as discussões têm se dado em disciplinas eletivas e, por vezes, somente ao final do curso.

Dias (2014), em pesquisa que objetivou mapear o estado da arte sobre gênero no Serviço Social, a partir de levantamento sobre as matrizes curriculares dos cursos de graduação de 31 Instituições de Ensino Superior (IES), verificou que somente em 6 instituições a disciplina sobre relações de gênero é obrigatória, em outras 10 a temática de gênero aparece em disciplina eletiva e no restante não há nada relacionado na grade curricular.

## OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DA REGIÃO SUL: CRIAÇÃO EM CONTEXTO DE EXPANSÃO

De acordo com Iamamoto (2015), nos últimos governos, a política

---

<sup>6</sup>Tal núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, com todos seus nuances. As Diretrizes dividem a formação profissional em mais dois núcleos, a saber: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

para o ensino superior tem tido convergência com uma lógica mercantil e empresarial, subordinada às diretrizes dos organismos internacionais, fomentando a privatização, cujo aprofundamento foi acelerado a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso. Para a autora, desse modo, as reformas na educação do Governo Lula podem ser consideradas uma continuidade da política do anterior governo, a qual foi mantida e aprofundada.

Contudo, importa reconhecer a tradição brasileira de importar modelos universitários distantes da realidade nacional, como alternativas e referências para ampliação da qualidade da educação superior. Estes modelos representam uma lógica inadequada à sociedade brasileira, posto não partir do reconhecimento das necessidades dela, mas das urgências de outras realidades. Isto é, uma confirmação da dependência cultural dos governos brasileiros ao modelo de universidade que resulta de reformas educacionais importadas no “espírito” da globalização, como a exemplo da adesão às orientações de organismos internacionais como o Banco Mundial e outros.

Não obstante, se o mercado ganhou com essas reformas, a sociedade brasileira, principalmente a população que mais sofre com os ditames desse mesmo mercado, também vem presenciando muitos avanços. Considerando o conjunto da conformação elitista das universidades no país, é preciso afirmar, com todas as críticas, que essas medidas também cumpriram com uma política de democratização e ampliação históricas do ensino superior. Dentre as medidas empreendidas<sup>7</sup>, destaca-se o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), iniciado em 2003<sup>8</sup>

O REUNI possui relação direta com a criação dos cursos da UFRGS e da UFSM. Os cursos da UNIPAMPA e da UFPR foram anteriores a ele e o da UNILA, posterior. O Curso da UFSC, de Florianópolis, é o

---

<sup>7</sup> Entre outras importantes ações, encontram-se: o Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), a Lei de Cotas nas Instituições Federais.

mais antigo de Serviço Social em universidade pública federal da região sul, datado de 1958.

De forma geral, as circunstâncias de surgimento dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades públicas federais da região sul estão em consonância com essa conjuntura de expansão do ensino superior brasileiro e reformulação no sistema educacional iniciada no Governo Lula. A região sul foi a que mais criou Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de 2002 a 2014, passando de seis para onze, totalizando 83% de crescimento (BRASIL, 2015). Esse panorama certamente influenciou a expansão dos cursos de Serviço Social nas universidades públicas federais.

Com efeito, para garantir acesso à universidade pública e gratuita, o REUNI cumpriu papel determinante, não apenas no território estudado, alcançando dimensão nacional. Em curto período possibilitou alterar uma realidade da longa e exclusiva oferta de cursos em instituições de ensino privado em diversas localidades do país.

A tabela que segue sintetiza em ordem cronológica a criação destes cursos juntamente com as informações referentes aos anos de seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) mais atualizados.

---

<sup>8</sup> O Programa foi ancorado em seis diretrizes para o desenvolvimento de suas ações, sendo estas:

I - aumento do número de matrículas, por meio da redução das taxas de evasão, da ocupação de vagas ociosas e do aumento da oferta de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos flexíveis, baseados no aproveitamento de créditos e na circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III – revisão da estrutura acadêmica, por meio da reorganização dos cursos de graduação e da atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica” (BRASIL, 2015, p.37).

**Tabela 1 - Informações sobre os cursos de graduação em Serviço Social das universidades públicas federais da região sul**

Universidade	Ano de criação	Ano PPC (atualizado)
UFSC	1958	2013
UFPR	2006	2014
UNIPAMPA	2006	2016
UFRGS	2009	2008
UFSM	2009	2010
UNILA	2015	2014

Fonte: Sistematização elaborada pelas autoras com base nos PPCs dos cursos, 2017.

## O ENSINO DE GÊNERO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: uma breve análise

Para discutir o ensino de gênero na graduação em Serviço Social nos cursos da região sul, priorizou-se o levantamento das disciplinas que contivessem a categoria gênero, seja em seu enunciado, seja em sua ementa e ou objetivos<sup>9</sup>. Especificamente relacionadas ao gênero no enunciado, foram localizadas sete disciplinas, em cinco universidades, todas de caráter eletivo, que seguem dispostas juntamente à universidade a que pertencem, além da proposta de suas ementas e ou seus objetivos respectivamente:

- *Serviço Social e Gênero – UNILA*: Estudo e investigação de temas contemporâneos vinculados às expressões da Questão Social: a questão de gênero. Serviço Social e relações de gênero. Relações de gênero na América Latina contemporânea e expressões da questão social;

- *Serviço Social e Gênero – UFSC*: Construção social das relações de gênero. História do movimento feminista. Perspectivas teóricas presentes na construção dos conceitos de gênero. Sexualidade, raça e etnia e

---

<sup>9</sup> Priorizou-se a utilização da ementa, porém, em sua ausência, recorreu-se aos objetivos da disciplina.

classe social. Serviço Social e relações de gênero. Gênero e políticas públicas;

- *Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social – UFSM*: Aprender o processo de construção social do gênero; compreender a discriminação positiva de gênero na formulação das políticas sociais; identificar as conquistas e os desafios no contexto das políticas sociais para os gêneros e os transgêneros na realidade brasileira; abordar a dimensão interventiva do Serviço Social, nas expressões da questão social, com recorte de gênero;

- *Antropologia, Gênero e sexualidade – UFSM*: Capacitar os alunos nos conceitos básicos que casam os estudos de gênero e sexualidade nas Ciências Sociais em geral e na Antropologia em específico; Discutir as transformações das masculinidades ao longo do último século, principalmente depois que este campo de estudo ganha destaque nas Ciências Sociais; Perceber a relevância das feminilidades como impulsionadoras de novas abordagens teórico-metodológicas na compreensão de uma pluralidade social e sociocultural contemporânea; Estudar as principais vertentes das homossexualidades e sua relação com as masculinidades e feminilidades, bem como com os novos movimentos sociais, e os direitos sexuais e reprodutivos, em pauta hodiernamente; Problematizar o conceito de vulnerabilidade na sociedade contemporânea, não apenas no âmbito das patologias, mas na dimensão de tudo aquilo que foge a certa norma ou padronização pactuada socialmente; Analisar o impacto na AIDS nas discussões de gênero e sexualidade e como se deu o avanço destes estudos na Antropologia;

- *Estudos de Gênero – UFSM*: Conceituar e trabalhar com os conceitos de gênero e patriarcado; Identificar relações de gênero imbricadas nas relações sociais propriamente ditas; Identificar as diferentes correntes teóricas feministas;

- *Relações de gênero – UNIPAMPA*: As relações de gênero enquanto construções sociais. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero: estruturalismo, marxismo e pós-estruturalismo. Gênero, sexualidade e identidade. As políticassociais e a questão de gênero;

- *Antropologia V: Família: Gênero e Parentesco – UFRGS*: Teorias antropológicas sobre família, gênero e parentesco e a análise de etnografias

em diferentes contextos.

Pode-se observar que apenas três disciplinas de cursos distintos propõem a discussão associada ao Serviço Social, possuindo em comum a proposta de relacionar este e as relações de gênero. Entretanto, enfatizam aspectos diferentes. Uma aborda o gênero a partir das expressões da questão social; outra traz a afinidade do gênero com o movimento feminista, as diversas perspectivas teóricas do conceito, priorizando a que articula sexualidade, raça/etnia e classe social, também passando por sua relação com as políticas públicas; já outra tem nítido foco para o gênero e as políticas sociais, também o relacionando às expressões da questão social. Logo, dois elementos se repetem, ao menos, em duas disciplinas, sendo estes: as expressões da questão social e as políticas públicas sociais.

Destas disciplinas, pode-se inferir que apenas a da UNILA tem relação com a teoria crítica por centrar seu foco nas relações de gênero e as expressões da questão social, considerando que o Serviço Social possui como orientação hegemônica a tradição marxista. Mesmo que tenham aparecido em apenas uma das disciplinas articuladas ao Serviço Social, enaltecem-se os seguintes temas: a perspectiva consubstancial e coextensiva (não denominadas com essa nomenclatura nos currículos, mas propostas dessa forma) das relações sociais de gênero, classe e “raça”; diferentes perspectivas de gênero; movimento feminista.

Ao mesmo tempo, ressalta-se a abordagem das políticas públicas sociais para captar a transversalidade de gênero contida nestas, não só porque o Serviço Social vai operacionalizá-las, mas também porque a categoria deve contribuir para aprimorá-las, até mesmo fazendo a crítica ao seu foco na “equidade de gênero”. Esta que se pauta hegemonicamente por uma perspectiva pós-moderna ao propor políticas que vêm basicamente na cultura o problema do gênero, bastando alterá-la para mudar a condição das mulheres, ou então sugerindo ações que aumentem a autoestima e “empoderem”, como se apenas isso fosse mudar substancialmente a vida das mulheres.

Ainda que contribua para muitos avanços, quem mais ganha indiscutivelmente com um “empoderamento” individual, que tem na sua base a aquisição de uma infinidade de “produtos de beleza”, de lança-

mentos da moda, de cirurgias plásticas, de medicamentos diversos etc.? Para defender quais interesses os (as) teóricos (as) das agências de cooperação internacional, de instituições governamentais e de organismos multilaterais difundiram essa concepção de gênero, que é também a mais utilizada na formulação de políticas sociais: de segmentos que são minoria política na sociedade ou para manter a hegemonia de certo capital?

A disciplina da UNIPAMPA, embora não proponha discussão diretamente com referência ao Serviço Social, é ofertada pelo curso e trata sobre as principais abordagens teóricas do conceito de gênero e as políticas sociais. Propõe, ainda, o tratamento do gênero relacionado à sexualidade e à identidade. No que diz respeito especialmente à última categoria, possui vinculação com a abordagem pós-estruturalista.

Sobre as demais disciplinas que não possuem relação direta com o Serviço Social, observa-se uma gama de temas articulados ao gênero: Antropologia, sexualidade, identidade, novos movimentos sociais, patriarcado, feminismo, distintas abordagens teóricas do conceito, família, políticas sociais. Importa ressaltar que essas não são ofertadas pelos cursos e ou departamentos de Serviço Social.

Das disciplinas que abarcam a categoria gênero apenas em suas ementas e ou objetivos, seguem as que foram localizadas, com informações referentes ao seu nome, ao seu caráter (obrigatório ou eletivo), à universidade a que pertencem e às suas ementas e ou aos seus objetivos:

- *Antropologia Social (obrigatória)* – UFSC: Fornecer aos estudantes do Curso de Serviço Social uma perspectiva antropológica sobre cultura, com o intuito do desenvolvimento de um olhar crítico e reflexivo acerca das relações humanas, problematizando temas circunscritos nessa discussão, tais como: etnocentrismo, relativismo, diversidade cultural, *relações de gênero*, identidade, religião, conflito, violências, cultura urbana;

- *Questão social na América Latina II (obrigatória)* – UNILA: Processos do capitalismo contemporâneo que agudizam as expressões da questão social na América Latina. O debate sobre a questão racial, de classe, indígena e de *gênero* no capitalismo dependente da atualidade. Violência, criminalização da pobreza e serviço social na América Latina;

- *Diversidade e Desenvolvimento Humano (eletiva)* – UFRGS: Estudo das *desigualdades* étnico-raciais e de *gênero*, diversidade cultural, violência e exclusão social, consequências do *bullying*, preconceito e discriminação no contexto escolar, institucional e social;

- *Identidades culturais (obrigatória)* – UNIPAMPA: Analisar questões étnico-raciais, família, *gênero* e violência na cultura brasileira;

- *Estado, Classes e Movimentos Sociais (obrigatória)* – UNIPAMPA: O Estado Ampliado no sistema capitalista. A contrarreforma do Estado. Classe Social, consciência de classe e lutas de classes. Organização da classe trabalhadora e emancipação política. Questão Social e Movimentos Sociais. Movimentos sociais e a *transversalidade* de classe, *relações de gênero* e questões étnico-raciais. Novos Movimentos Sociais. O trabalho do(a) assistente social nas organizações da classe trabalhadora;

- *Educação e diversidade (eletiva)* - UNIPAMPA: A diversidade como constituinte da condição humana. Diversidade e *relações de gênero*. A cultura como universo simbólico que distingue os diferentes grupos humanos. A diversidade étnico-racial com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e africanos. A diversidade na formação da cultura brasileira. A diversidade social e as desigualdades econômicas. A educação como catalisadora e expressão das diversidades;

- *Participação Popular, Controle Social e Movimentos Sociais (eletiva)* – UNIPAMPA: A participação popular na sociedade capitalista. O controle social democrático na área das políticas públicas. Movimentos sociais e a *transversalidade* de classe, *relações de gênero* e questões étnico-raciais. Novos Movimentos Sociais.

Das sete encontradas, três têm caráter eletivo e quatro, obrigatório, sendo que quatro dessa totalidade são de um mesmo curso, o da UNIPAMPA. As temáticas que mais se destacaram de forma geral compreendem: diversidade, novos movimentos sociais, reconhecimento da questão de gênero no capitalismo dependente da atualidade, consubstancialidade e coextensividade das relações sociais de gênero, classe e étnico-raciais.

Ao analisar as disciplinas obrigatórias, verifica-se que há algumas aproximações nas abordagens. A de “Antropologia Social I” (UFSC) e

“Identidades Culturais” (UNIPAMPA) convergem para uma abordagem que associa gênero e cultura. As disciplinas “Questão social na América Latina II” (UNILA) e “Estado Classes e Movimentos Sociais” (UNIPAMPA) se aproximam na medida em que apontam a questão social e o Serviço Social.

Destas, três despertam bastante a atenção por possuírem propostas bastante abrangentes e densas. Será que, ao diluir a categoria gênero em disciplinas com esse cunho, é possível dar conta de seu estudo? Em contrapartida, a variedade de possibilidades de sua utilização só reforça o quão estruturantes são as relações que esta conceitua, da mesma forma que representa um tema transversal ao conteúdo da formação profissional.

Chamou a atenção o fato de um dos cursos não prever o estudo de gênero em nenhuma das disciplinas do seu currículo. Por outro lado, o curso da UNIPAMPA se destacou por possuir cinco disciplinas que trazem a categoria gênero, sendo que, destas, duas são obrigatórias. Lembra-se que este possui o PPC mais atual em relação ao restante, datado de 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto de consolidação da categoria gênero converge com um momento em que um conjunto de mudanças sociais acarreta em questionamentos aos paradigmas teóricos da modernidade. A perspectiva que se fortalece desde então, a pós-moderna, é pioneira e hegemoniza a conceituação do gênero, difundindo uma análise individualista e individualizada das relações de poder entre homens e mulheres, que se basta na linguagem e no discurso. Ao fim e ao cabo, impera um idealismo que tende a atenuar essas relações e a contribuir com sua reprodução.

Por essa razão, defende-se que essa categoria seja tratada a partir da abordagem marxista, concebendo-a como estruturante das relações sociais ou da totalidade social. Demarca-se com isso, essencialmente, que relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres, bem como suas condições igualmente desiguais e hierárquicas de inserção social

advém de construções sócio-históricas. A perspectiva crítica das relações sociais de gênero, entendendo a relação indissociável entre teoria e prática e a necessidade de transformar a realidade é radicalmente oposta à pós-moderna.

Com base no que foi levantado e em estudos anteriores similares, pode-se inferir que o ensino sobre as relações sociais de gênero nos cursos de graduação em Serviço Social das universidades públicas federais da região sul, quando existe, ou se materializa como disciplina eletiva, ou conteúdo diluído em outras temáticas. Em ambos, viram-se muitas limitações. No primeiro caso, devido ao seu caráter, não há garantias de que será ofertada pelo curso, nem que será cursada pelos (as) estudantes. No segundo, questiona-se até que ponto é possível haver aprofundamento sobre seu estudo quando há propostas demasiadamente amplas.

É importante ponderar que os cursos analisados são, de forma geral, novos e resultam da recente expansão da formação em Serviço Social nas universidades públicas federais, logo, possuem currículos formulados também recentemente, num período em que o debate de gênero adquire ampla difusão. Apesar disso, esta categoria não vem sendo incorporada na formação profissional como categoria relevante. Dessa maneira, os resultados sugerem que sua centralidade ainda não é consenso no Serviço Social, bem como que sua abordagem se dá por diversas perspectivas teóricas.

Associado às muitas abordagens encontradas no estudo assinala-se dois elementos principais: a perspectiva a qual está sendo trabalhada e o caráter transversal da categoria gênero.

Quanto à perspectiva, predomina um distanciamento e, inclusive, a negação dos pilares da teoria crítica - esta que tem acordo com o projeto ético-político do Serviço Social. Logo, são urgentes os estudos que consigam aprofundar sua conceituação neste viés, posto que hegemonize o problema da análise apresentada.

Quanto ao caráter transversal, há a sua defesa, reconhecendo que as relações sociais de gênero, como fundantes da totalidade social, podem “atravessar” todas as disciplinas. Porém, por ora, talvez a transversalidade ainda seja algo ideal. Daí que uma estratégia para fortalecer sua aborda-

gem é tornar seu estudo específico e obrigatório durante a formação profissional - debate não pode ocorrer sem a interlocução com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a maior referência até então para a formação e a estruturação da formação profissional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Abess/Cedepss, 1996.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014*. Brasília: MEC/SESU, 2015. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192)>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **Divisão sexual do trabalho, feminismo e Serviço Social**. In: TEIXEIRA, M.; ALVES, M. E. R. (Org.). **Feminismo, gênero e sexualidade: desafios para o serviço social**. 1ªed. Brasília: Abaré, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2ªed. São Paulo: Outras Expressões, 2015b.

DIAS, D. N. **O estado da arte sobre gênero no Serviço Social**. 2014 165 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128872/330815.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Movimentos feministas. In: HIRATA, H. et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.144-149.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.67-75.

LIMA, R. L. Gênero e Serviço social. **VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e gênero da ABEH**, Salvador, 2012. Disponível em:

<[http://abeh.org.br/arquivos\\_anais/R/R027.pdf](http://abeh.org.br/arquivos_anais/R/R027.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2017.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010.

MACÊDO, M. S. Feminismo e pós-modernidade: como discutir essa relação? In: BONETTI, A.; SOUZA, A. M. F. L. (Org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador, BA: EDUFBA, NEIM, 2011, p.29-52.

MORAES, M. L. Q. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. **Revista Margem Esquerda**, n. 2. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, S. M. D. **Gênero, questão social e serviço social: um olhar feminista**. 2009, 162f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: S.O.S. Corpo, 1991.

SOUZA, V. B. VELOSO, R. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica.** São Paulo: Saraiva, 2015.

## Capítulo 8

### A EVASÃO ESCOLAR DE ADOLESCENTES EM SANTA MARIA/RS: Desvelando alguns determinantes

Ana Flávia Roatt de Oliveira<sup>1</sup>  
Cristina Kologeski Fraga<sup>2</sup>

#### INTRODUÇÃO

Esse artigo é baseado em uma pesquisa<sup>3</sup> que teve como objetivo central desvelar os determinantes da evasão na Escola Marista Santa Marta (escola privada), Escola Municipal Adelmo Simas Genro, Escola Estadual Santa Marta, ambas do bairro Nova Santa Marta, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, com vistas a dar visibilidade aos rebatimentos da não permanência destes/as estudantes nas escolas pesquisadas. Além disso, buscou compreender a taxa de evasão por escola e identificar, entre elas, a que maior apresentava esse índice.

A apreciação pela temática da evasão escolar de adolescentes emergiu no período de estágio supervisionado e obrigatório em Serviço Social, realizado em uma escola de ensino fundamental no bairro Nova Santa Marta de Santa Maria. Durante essa experiência, observou-se que a

---

<sup>1</sup> Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria- RS, email: anaroatt@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora Associado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, líder no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Violência e Serviço Social (Nepevis). Email: ckfraga@hotmail.com.

<sup>3</sup> Trata-se da pesquisa que originou a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de OLIVEIRA, A. F. R. de. *A evasão dos/as adolescentes nas escolas do bairro Nova Santa Marta em Santa Maria /RS: desvelando alguns determinantes*. 2017. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. RS. 2017. As autoras ocupavam, respectivamente, a relação graduanda e professora orientadora.

questão da falta de renda é um fator bastante significativo e muitas famílias utilizam programas de transferência de renda para o complemento do sustento do grupo familiar. O trabalho informal ainda é recorrente e, em decorrência disso, a ausência de amparo aos direitos trabalhistas, além do número reduzido de turmas, a partir do 8º ano do ensino fundamental, sinalizando que existe uma redução da demanda nos anos finais desse nível de ensino.

Resultantes da miserabilidade, desigualdade social, naturalização e institucionalização da violência social presentes no território pesquisado, relacionam-se outras expressões da questão social que são eminentes na escola. Além disso, a inserção precoce dos/as adolescentes no mercado de trabalho passa a ser frequente para contribuir com a renda da família, notou-se uma ampla procura tanto dos/as familiares, quanto dos/das adolescentes para o ingresso no programa jovem aprendiz.

A hipótese dessa pesquisa era de que existia a evasão escolar, principalmente dos/as adolescentes do 8º e 9º ano do ensino fundamental da região pesquisada e no ensino médio supunha-se que a evasão também ocorria, especialmente no decorrer do 1º ano desse nível, e possuía como fatores determinantes para essa evasão a insuficiência de renda familiar, o trabalho informal e infanto-juvenil.

No que se refere a metodologia, a pesquisa foi retrospectiva, documental e quantitativa-qualitativa. A análise se deteve ao ano de 2016, e buscou dados fornecidos pelas escolas privada, municipal e estadual de Santa Maria, e informações do Conselho Tutelar presentes na Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI), a fim de verificar os condicionantes do abandono escolar. Na parte qualitativa da pesquisa foram realizadas entrevistas com três conselheiros/as tutelares, buscando compreender a demanda e os condicionantes referentes a evasão escolar desse público-alvo.

Pensando na amplitude desse tema, reduziu-se, para este artigo, recortes essenciais que abordam as categorias mais intrínsecas do que foi encontrado na pesquisa original. No referencial, destacam-se duas correlações que trazem a estrutura do estudo: na primeira, o elemento trabalho e suas contradições na sociedade capitalista, e na segunda, a

interdependência entre renda e educação para uma possível superação da condição de pobreza.

Na exposição dos resultados, abordou-se os condicionantes mais recorrentes, como o trabalho informal, a ausência de renda, a violência estrutural e institucional. Nas considerações finais, retoma-se questões essenciais percorridas ao longo do texto acerca da evasão escolar de adolescentes.

## A CATEGORIA TRABALHO EM SUA AMPLITUDE

A categoria trabalho está na centralidade de qualquer discussão no âmbito do Serviço Social, pois é da contradição desse com o capital que surge o objeto de intervenção do/a assistente social que são as manifestações da questão social, a qual, segundo Yamamoto (2015, p. 27-28), é “[...] o conjunto das expressões sociais das desigualdades da sociedade capitalista madura [...] sendo [que] desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que a ela resistem e se opõem”.

O exercício profissional do/a assistente social está envolto entre a produção de desigualdade e a produção de rebeldia e resistência, cabendo a esse/a buscar estratégias criativas dentre as possibilidades e contradições postas pela realidade, a fim de efetivar direitos, além do projeto profissional do Serviço Social que visa a emancipação humana (Ibidem).

Nessa perspectiva, faz-se necessária uma reflexão sobre o trabalho, visto que dependendo do contexto e da análise pode ter significados distintos. No que tange a concepção no seu fundamento ontológico, Barroco (2005) aponta que, para Marx, é o trabalho que difere os humanos de outros seres vivos por permitir a eles a capacidade de planejar, a partir da consciência e racionalidade a transformação da natureza, com finalidade de sanar suas necessidades coletivas. É por meio das relações sociais criadas pelo trabalho que o ser humano adquire a capacidade de ter consciência, sociabilidade, liberdade e universalidade, que, para a autora, denominam-se mediações capazes de proporcionar a emancipação humana.

Na sociedade capitalista o trabalho tem um caráter contraditório,

Iamamoto (2015), explica que os objetos produzidos pelos sujeitos, frutos das suas necessidades, são transformados em mercadorias pela sociedade burguesa. Para a manutenção e reprodução do sistema vigente, faz-se necessário que este esteja sempre buscando a produção excessiva, a fim de retirar o máximo de lucro do que está sendo produzido. “[...] A exploração da força de trabalho do homem assalariado tornou-se necessidade histórica vital para a sobrevivência do capitalismo como modelo político, econômico e social” (GOMES,1991, p. 52).

Iamamoto (2015) destaca ainda que com o amadurecimento do capitalismo e a globalização da produção e dos mercados, o trabalho se tornou cada vez mais coletivo e a apropriação do que fora produzido, das condições e da atividade referente a ele, cada vez mais privada. Essa desigual divisão das riquezas socialmente produzidas mostra que o desenvolvimento nesta sociedade está na possibilidade do sujeito de ter acesso à natureza e a tudo que vem a ser realizado por meio dela. Porém, de forma desproporcional, gerando a acumulação e a concentração para uma minoria, enquanto produz miséria e pauperização para uma vasta população.

Para Antunes (2006), o mundo do trabalho contemporâneo está delimitado por uma nova categoria que está inserida nos trabalhos parciais, temporários, precários, subcontratados, terceirizados que estão vinculados a economia informal e que o autor nomeia de subproletarização. Esse modo de prestação de serviços vai de encontro com o trabalho formalizado em lei, regulamentado por carteira de trabalho com abrangências aos direitos sociais e proteção social que seria o vínculo empregatício.

Nessa perseguição incessante por gerar ganhos com mão de obra barata é que está calcada a inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, de acordo com Silva (1999) o trabalho infanto-juvenil no Brasil está, em muitos casos, relacionado com a semiescavidão, pois é uma das condições que mantém o sistema capitalista em desenvolvimento. Dessa forma, o trabalho infanto-juvenil é estrutural e não cultural. Para o autor, a tríade pobreza, evasão escolar e exploração precoce no trabalho estão conectadas.

A socialização do trabalho é inerente ao desenvolvimento do capitalismo, pois com o trabalho assalariado, tanto empregadores/as, quanto trabalhadores/as estabelecem, mesmo que de forma desigual, uma relação contratual. Sendo assim, o primeiro entra com os meios de produção e o segundo, com a força de trabalho. Para o sistema vigente existir, ambos precisam da existência um do outro. (GOMES, 1991).

É nessa lógica que, para Marx, Engels (2008), a burguesia ou o capital foi quem produziu proletários/as, trabalhadores/as modernos/as, classe essa que tem o poder de extinguir o sistema capitalista. Gomes (1991) afirma que é dessa relação que surge a história das lutas operárias que proporciona a organização da classe trabalhadora na conquista de direitos.

Sendo assim, é por meio do trabalho que proporciona ao homem e a mulher, mesmo que de forma restrita na sociedade capitalista, a socialização com os outros homens e outras mulheres, a consciência e a liberdade por onde se poderá fazer a transformação da atual sociedade. É nessa perspectiva de socialização e unidade que a classe proletária poderá forjar a sua liberdade e passar a não ser mais dominada.

## **A CORRELAÇÃO ENTRE A EVASÃO ESCOLAR, O CICLO DA POBREZA E A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E O RISCO SOCIAL**

Para o enfoque desse artigo a relação entre a educação e a renda é essencial, assim como as consequências da evasão escolar para o não rompimento do ciclo da pobreza que geram agravantes da situação de vulnerabilidade e risco social. Por isso, abordam-se aqui elementos que contribuem para o desvelar dessa discussão.

Ney; Souza e Ponciano (2010), elucidam que um dos problemas brasileiros relacionados a desigualdade de renda é a grande disparidade do nível escolar, a dita desigualdade educacional, que acarreta não só a não expansão do ensino, mas também, provoca uma heterogeneidade educacional. Em outras palavras,

[...] nem todos os jovens se beneficiam da mesma forma da expansão do ensino, ela também pode aumentar a desigualdade na qualidade da mão-de-obra que ingressa no mercado de trabalho e, dada a relação entre educação e renda, produzir futuras desigualdades de rendimentos. (NEY; SOUZA; PONCIANO, 2010, p. 33-55).

O não acesso ou a não conclusão da educação básica e/ou na educação superior, pode vir a gerar futuras disparidades entre os jovens, considerando a lógica de mercado dentro do modelo capitalista que produz e reproduz a competição, um dos pré-requisitos para as vagas de emprego é a formação escolar ou superior. Geralmente as escolhas entre os/as selecionados/as para o trabalho se dão conforme o nível de educação e o valor de remuneração tende a diferir de acordo com o nível de ensino atingido.

O Ministério da Educação, (2014, p.15) assinala a evasão escolar como uma “interrupção no ciclo de estudos, [que] deve ser vista como um fenômeno complexo e não um problema comum, uma vez que compromete o efetivo do direito à educação de qualidade para todos”.

Dore e Lüscher (2011), evidenciam que a evasão pode estar interligada à diversas situações, como a retenção e repetência, a saída do aluno da instituição ou do sistema de ensino, a não conclusão de um nível de ensino, o abandono e posterior retorno à escola. Constitui-se em um processo cumulativo e dinâmico em que o estágio final culmina na saída do estudante da instituição de ensino.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), a razão entre as pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo em todas as suas modalidades pelo número de pessoas nessa faixa etária multiplicado por cem, no país é de 54,92%, ou seja, 45,08% dos brasileiros com mais de 18 anos não possuem a conclusão desse nível de ensino. No que se refere ao ensino médio, o número de não formados é ainda maior no Brasil são 62,11% da população. Os dados de Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), mostram que entre os adolescentes de 15 a 17 anos não concluintes da educação básica são 83,6% um número expressivo, cerca de 1,4 milhões de adolescentes.

A heterogeneidade educacional entre pessoas, a discriminação de gênero e cor, a distribuição de riqueza, os contrastes de desenvolvimento entre regiões e as desigualdades, são fatores estruturais que colaboram para a concentração de riquezas. Estudiosos destacam a educação como um dos principais fatores para diminuir a disparidade de renda. Para isso é preciso a inclusão de políticas sociais que incentivem o acesso, o ingresso e a permanência na educação básica e a expansão a educação superior. (NEY; SOUZA; PONCIANO, 2010).

Essas políticas sociais não devem estar só ligadas a educação, mas, sim, de forma intersetorial com outras áreas. Isso porque se as desigualdades de renda e educação estão associadas, deve ser feito um enfrentamento conjunto que proporcione aos mais pobres acessar um direito social e permitir que, a partir disso, possam se colocar em melhores posições socioeconômicas, garantindo-lhes a possibilidade de melhor qualidade de vida.

Ney; Souza; Ponciano (2010) discorrem sobre a herança de escolaridade, geralmente nas famílias com baixo grau de ensino, a geração seguinte tende a manter o mesmo nível dos pais ou responsáveis. Nesse sentido,

[...] o rendimento familiar e o apoio dos pais são de fato determinantes mais importantes do nível de escolaridade das pessoas do que a disponibilidade e qualidade dos serviços educacionais, uma política de democratização do acesso à educação não deve se resumir ao aumento da oferta do ensino público de boa qualidade. Ela também precisa incentivar a demanda da população de baixa renda por educação, enfrentando alguns fatores responsáveis por sua restrição, como a fome, necessidade do trabalho infantil para o sustento da família, ou pouco interesse dos pais em incentivar os filhos a estudarem. (NEY; SOUZA; PONCIANO, 2010, p. 33-55).

Os referidos autores informam ainda que, o acesso à 1ª série do ensino fundamental, no ano de 2007, era universal, tanto pobres como ricos tinham um percentual bem aproximado, 96,4% e 99,5%, as disparidades aumentam no decorrer do ensino fundamental. O percentual de concluintes no ensino fundamental é de 95,9% dos mais

ricos e 61,9% dos mais pobres e no nível médio, os jovens pobres de 17 a 19 anos, com ensino médio incompleto são 26,5% e completo 12,3%, enquanto os jovens ricos 35,1% e 54,3% respectivamente.

Conforme o IPEA (2015) o trabalho informal de jovens possui uma correlação direta com a escolaridade. No ano de 2003, os jovens de 15 a 17 anos eram 90,8% no mercado informal e os de 18 a 19 anos 69,78%. Com o ensino fundamental completo e médio incompleto, para jovens de 15 a 29 anos, o percentual é 48% e para os com o ensino médio completo com essa mesma idade a taxa cai para 26,56%.

Ainda segundo o IPEA (2015), pode-se fazer um recorte de cor, para brancos e amarelos na faixa-etária de 15 a 17 anos a taxa é de 67,83% enquanto pretos, pardos e índios alcançam 82,81 do percentual. Entre 18 e 19 anos o primeiro grupo tem o número de 38,87%, enquanto o segundo 51,73%. É importante chamar atenção para a disparidade entre esses dois grupos na faixa etária mais jovem, pois é a qual estão cursando e finalizando a educação básica.

Dito de outra forma, as pessoas que mais necessitam de renda ou do trabalho para a sobrevivência são aquelas mais mal remuneradas. Ou pior, são aquelas inseridas em trabalhos precarizados, ou subempregos por não possuírem um nível escolar mais elevado e a sua produção pode ser mais excedente do que as dos demais, mas mesmo assim o valor salarial será inferior porque é relativo à sua formação educacional.

Para o IPEA (2015), situação de vulnerabilidade é uma expressão usada para ampliar o entendimento de pobreza, buscando compreender que são aspectos que vão além da falta de recursos financeiros, mas também a precarização de acesso a direitos civis e sociais que deveriam ser providos pelo Estado, entre eles a educação, saúde, moradia, segurança, etc. Nesse sentido, observa-se aqui variações de situações de vulnerabilidades, que se somam e podem se tornar um risco para a vida dos sujeitos, ou seja, essas pessoas se encontram em situação de risco social.

Assim, a emancipação dessas pessoas sobre programas e benefícios governamentais fica quase impossibilitada, pois o cerne do problema, que é romper com esse processo através da educação e da interlocução

entre as políticas públicas sociais e econômicas, não está sendo resolvido e esse ciclo de pobreza vai passando de geração em geração.

Outra problemática é a não inserção no mercado de trabalho, principalmente dos jovens % e a procura de formas alternativas para a sobrevivência, como o tráfico, que acarreta em graves consequências, entre elas o encarceramento e a mortalidade juvenil. No atlas da violência de 2016 (IPEA, 2016), em 10 anos o crescimento de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil foi de 16,4%, o número desse público alvo foi de 31.419 mortos em 2014, sendo eles 26.672 homens e 4.757 mulheres. Destaca-se, também o nível de escolaridade das vítimas de homicídios, nos homens a faixa etária de maior prevalência desse crime, é de 21 anos; constatou-se que para quem possui menos de 8 anos de estudo, as chances de serem assassinadas são de 5,4 vezes mais do que as pessoas com maior nível escolar. E, ainda, 15,9 vezes mais do que alguém que ingressou no ensino superior. (Ibidem).

Dessa forma, fica evidente que a criminalização e mortandade das classes mais baixas estão extremamente associadas à falta de direitos, tanto civis como sociais, não só o acesso, mas a permanência a bens públicos universais, como a educação. Esta que como posto anteriormente é a maior influência sobre a renda e as condições de trabalho e que por meio dela e da redução da desigualdade educacional e de renda que se pode tentar transformar os índices de desigualdades sociais no Brasil. Foi nesse sentido que a pesquisa buscou desvelar sobre a evasão escolar dos/as adolescentes moradores/as de regiões em situação de vulnerabilidade social.

## METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi do tipo quantitativa e qualitativa. Foi realizada em dois momentos, o primeiro foi a análise documental e, o segundo, por meio de entrevistas.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 56) a pesquisa documental tem como objetivo utilizar “informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta”. Faz-se

importante que o/a pesquisador/a tenha criticidade na hora de escolher esses materiais.

No que tange aos tipos de pesquisas, a de natureza quantitativa busca expressar em números a evasão escolar e, entre as escolas pesquisadas, comparar a com maior taxa desse abandono escolar. Na pesquisa quantitativa, considera-se que tudo pode ser quantificável, as informações são classificadas e analisadas por meio de recursos e técnicas de estatísticas. (PRODANOV E FREITAS, 2013)

Já a pesquisa qualitativa Minayo (2002), responde a questões mais particulares que não conseguem ser tão completas em uma abordagem apenas quantitativa, “[...] O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam” (Ibidem, p.22). Por esse motivo, optou-se pela pesquisa quanti-qualitativa, a fim de ter uma maior compreensão da realidade investigada, buscando uma análise mais abrangente.

A pesquisa documental foi feita a partir da análise dos cadernos de chamadas do ano de 2016 nas escolas pesquisadas e da lista final das secretarias das escolas que continham a relação de estudantes concluintes, reprovados e os que evadiram no respectivo ano. Os dados analisados foram fornecidos pela Escola Marista Santa Marta (escola privada), Escola Municipal Adelmo Simas Genro e Escola Estadual Santa Marta, e pelo Conselho Tutelar, a partir da Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente.

A listagem utilizada para o estudo da evasão foi de estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio, devidamente matriculados/as em ensino regular, durante o todo o período letivo de 2016. Isso para com todas as turmas dessas séries, nas três escolas.

As observações desses dados buscavam identificar quantitativamente a escola, dentre as três selecionadas que mais evadiu, bem como as séries que mais são evadidas. Para os dados coletados no Conselho Tutelar foram apreciados os condicionantes que contribuíram para a evasão do/a adolescente mensurando em números os que mais apareceram nas fichas analisadas.

Na parte qualitativa foram realizadas entrevistas com três conselheiros/as tutelares do Conselho Tutelar da Zona Oeste de Santa Maria. Os objetivos eram compreender os condicionantes que pudessem determinar o abandono escolar por parte de adolescentes desse bairro, visto que, os/as profissionais entrevistados/as possuíam uma relação direta com os/as sujeitos/as pesquisados/as fazendo a mediação para o retorno escolar desses/as estudantes.

O processo de pesquisa foi permeado por todos os cuidados éticos para não expor os/as pesquisados/as, os dados foram coletados mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria e da 8ª Coordenadoria Regional do estado do Rio Grande do Sul, bem como das escolas envolvidas na pesquisa e dos sujeitos pesquisados. Também é oportuno referir que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM, tendo, dessa forma, cumprido com todas as exigências que requerem pesquisas envolvendo seres humanos.

## **A EVASÃO NAS ESCOLAS DO BAIRRO NOVA SANTA MARTA E SEUS PRINCIPAIS CONDICIONANTES**

A respeito da amostra dos dados quanti-qualitativos dessa pesquisa, os de origem documentais, foram retirados dos cadernos de chamadas do ano de 2016, e das listagens finais presentes nas escolas pesquisadas que disponibilizaram os números de evadidos/as totais. Tendo como amostra, a listagem de adolescentes no ano de 2016, em anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e do ensino médio (1º, 2º e 3º ano), em estágio regular das três escolas em questão, Escola Marista Santa Marta, Escola Adelmo Genro e Escola Santa Marta e ainda. Além das Fiscais analisadas no Conselho Tutelar, também correspondentes ao ano já mencionado.

O número de estudantes abrangidos foi de 828 dos anos finais do ensino fundamental e dos três anos de ensino médio. Desses/as, 58 (7%) evadiram e 770 (93%) não. Em relação as idades dos/as adolescentes, 32 (49%) eram maiores de 18 anos, 24 (36%) menores de idade e 10 (15%) possuíam 18 anos. Observa-se que a amostragem da pesquisa abarcou

adolescentes entre 12 a 18 anos, sendo assim, dos/as estudantes que evadiram totalmente se somam a percentagem de 51%. Dito de outra forma, apesar de a evasão de todas as escolas não ter uma grande significância, ela atingiu 34 adolescentes moradores/as desse bairro.

Sinalizando que a pesquisa foi direcionada para a evasão na adolescência, os resultados correspondem a totalidade dos 34 estudantes entre 12 a 18 anos, assim, a taxa de evasão entre as escolas segue de 20 estudantes (59%) do ensino estadual, 10 (29%) do privado e 4 (12%) do município. O percentual para cada escola<sup>4</sup> é respectivamente: 7,16%, 2,46% e 2,58%.

No que se refere as entrevistas com os/as conselheiros/as tutelares da região oeste de Santa Maria, os relatos sobre a existência de uma faixa-etária como pico do abandono escolar, os/as entrevistados/as 1 e 3 destacam a entrada na adolescência, a partir dos 12 anos como propensa a evasão. O/a Entrevistado/a 1 afirma que: “já tem outros interesses”. Para os/as demais entrevistados/as um fator que corrobora para o abandono nessa fase é o ingresso no mercado de trabalho irregular, o/a Entrevistado/a 2 aponta os 15 anos “porque eles já querem entrar no mercado de trabalho”. O/a Entrevistado/a 3 menciona “14 anos é quando eles acham que não precisam mais estudar porque já podem trabalhar [...] não conseguem entender que é concomitante um com o outro”. Sobre o gênero dos e das adolescentes a quantidade foi igualitária 17 mulheres e 17 homens.

Segundo o Censo escolar 2014/2015 disponibilizados por DEED, INEP (2017), sobre a taxa de evasão nacional por série na educação básica, ocupa a maior relevância o 1º ano do ensino médio com 12,9%, seguido do 2º ano desse mesmo nível com 12,7%, após, aparece o 9º ano do ensino fundamental com 7,7%, o 3º ano do médio com 6,8%, 8º ano do fundamental com 4,9%, e ainda, o 7º e 6º ano ambos com 4,7%.

Na especificidade do bairro Nova Santa Marta os números diferem

---

<sup>4</sup> Para calcular o percentual geral de cada escola, utilizou-se o número de estudantes analisados/as de cada uma delas e o número de estudantes que evadiram que fazem parte da amostra da pesquisa.

dos fornecidos pelo Censo, já que em estudantes de nível médio o percentual é de 36% no primeiro ano, 28% no segundo ano e 36% no terceiro ano. No nível fundamental, a pesquisa apontou 26% no sexto ano, 17% no sétimo, 26% no oitavo e 31% no nono ano. A percentagem por nível de ensino ocupa 68% (23 estudantes) para fundamental e 32% (11 estudantes) para médio, salienta-se que apenas uma das escolas possui esse último nível. Confirmando a hipótese no nível fundamental sobre o 9º e 8º anos serem as séries mais evadidas no fundamental e o 1º ano do nível subsequente.

Importa destacar as respectivas séries e idades desses/as estudantes que evadiram: no 6º ano, quatro possuem entre 15 e 16 anos, enquanto dois/ duas tinham 13 anos; no 7º ano, quatro estavam com 15 e um/a com 14 anos; no 8ª ano, dois/duas com 15 anos, dois/duas com 17, um/a com 18 e um/a com 13 anos, no ano seguinte, 9º ano, três tinham 15 anos, dois/duas 17 anos, um/a 18 e outro/a 16 anos.

No nível médio, no 1º ano, três com 18 anos e um/a com 17; no 2º ano, dois/duas com 17 anos e um/a com 18; no 3º ano, os/as quatro estavam com 18 anos. Grande parte dos/as pesquisados/as já completaram a maioria nesse nível de ensino.

Segundo o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Básica (S/A), a idade para a entrada na educação infantil é de 4 a 5 anos, pois aos 6 a criança deve estar inserida no 1º ano do ensino fundamental e concluí-lo aos 14 anos. Seguindo do ensino médio aos 17 anos. Percebe-se que a maioria dos/as adolescentes tinham idade superior as consideradas equivalentes a cada ano, possivelmente fato ocasionado pela repetência ou evasão passada.

No que tange a situação de pobreza e miserabilidade como agravantes à evasão escolar dos e das adolescentes do bairro pesquisado, volta-se mais uma vez para o trabalho infanto-juvenil, o/a Entrevistado/a 2 enfatiza que “a miserabilidade é bem grande aqui! [...] A gente sente que eles têm a necessidade do trabalho para ajudar a família financeiramente”. O/a Entrevistado/a 3 complementa: “[...] uma família que tem cinco filhos, desses, dois são adolescentes [...] e percebem que podem ajudar ou trabalhar para comprar um tênis novo, um boné, até para à ques-

tão de alimentos mesmo porque tem muitas famílias que não tem alimentação”.

Nesse mesmo sentido, o/a Entrevistado/a 1 acentua a descrença dos/as adolescentes pela escola por estarem já trabalhando “aquele que já está trabalhando [...] diz ‘para que vou estudar? Vou trabalhar, ganhar dinheiro. Eles veem o momento, não veem que o estudo é uma preparação para fazerem escolhas futuras”. Porém também demonstra que existe exceções: “não que pobreza tira da escola, tem muitos que batalham e o pai influencia, já tem outro entendimento que para sair da pobreza, precisa estudar”.

O/a Entrevistado/a 3, percebe como uma questão cultural, o fato de a família por não ter estudado acreditar que não é necessário que o/a filho/a estude:

[...] muitas vezes o pai e mãe são analfabetos, o filho tem que ir para a escola porque é lei e é obrigação [...] não veem como uma prioridade [...] como uma coisa que vai alavancar uma melhora de vida, uma profissão, até para ajudar o pai e a mãe que não estudaram. A escola vem como obrigação – ‘eu vou para escola porque o conselho tutelar me incomoda para eu ir’.

Esse ciclo já foi trazido anteriormente neste texto, sobre o que é reproduzido pelos/as responsáveis que não tiveram oportunidade de estudar ou concluir a educação básica para os/as filhos/as. Para Ney, Souza e Ponciano (2010) alguns pais não matriculam seus filhos por desconhecerem a importância da educação como uma forma de ascender socialmente.

Além disso, Sarti (2003, p.29), aponta que as famílias em situação de vulnerabilidade geralmente possuem rupturas nos ciclos, “[...] As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos [...] ajuda a explicar a frequência de rupturas [...] diante de tantas expectativas não cumpridas”.

Outros fatores que apareceram ao longo das entrevistas e que contribuem para o abandono escolar, são o tráfico de drogas e o ato infracional, os quais estão correlacionados com a situação de pobreza e miserabilidade, nas palavras do/a Entrevistado/a 3 “[...] Muitas vezes, esse adolescente está vendo que a família não está conseguindo dar conta das necessidades dele [...] E aí, dinheiro fácil, vender, servir de mula, então acaba parando de ir para a escola”.

Para o IBGE (2015) na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio de 2015, num total de 1000 pessoas, em nível de Brasil, cerca de 9,2% recebem até  $\frac{1}{4}$  *per capita* do salário mínimo, 17,8% até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*, ou seja, 27% das pesquisadas encontram-se em situação de pobreza extrema e absoluta. No que tange as origens desses proventos, para pessoas de pobreza extrema 75,5% dessa renda provém do trabalho, 19,8% são aposentadorias e pensões e 4,8% outras fontes. Para pobreza absoluta para trabalho a percentagem é 56,7%, para outras fontes é de 36,3% e para aposentadoria e pensões é de 7,0%.

Leal e Macedo (2017) analisam que o capitalismo através do seu sistema de acumulação excedente e excessivo acaba por gerar a criminalização da questão social de forma mais acentuada. E, que a realidade das instituições corrobora para a manutenção e reprodução do status dominante, isso causa alguns impactos na vida dos mais pobres. Por consequência, alimenta a ideia da criminalização da pobreza, não a entendendo como um processo estrutural e social, mas, sim, como algo individualizado, apenas.

Odália (2004), evidencia que a violência social pode ser a nomenclatura utilizada para certos atos violentos que venham a atingir de forma seletiva e com preferência alguns segmentos da população, geralmente os que já estão desprotegidos socialmente.

Já, para Minayo (2001) a violência estrutural acontece a partir do momento em que as condições de vida das pessoas são afetadas pelas decisões histórico-econômicas e sociais. Na sociedade capitalista, a pobreza é decorrente da própria estrutura do modo de produção, para que

o capitalismo se mantenha, precisa produzir desigualdades alarmantes.

A violência institucional<sup>5</sup> foi explicitada entre os relatos dos/as entrevistados/as 1 e 3 por meio do preconceito e até discriminação dos/as profissionais no atendimento aos/as adolescentes. Para o/a Entrevistado/a 1: “[...] A maioria das escolas quando o aluno, o adolescente, está dando problema, que desafia, enfrenta [...] já é rotulado [...] ninguém acolhe e esse aluno evade”. Segundo o/a Entrevistado/a 3: “[...] Muitas vezes os adolescentes chegam nas instituições da rede e não têm o acolhimento que deveriam ter, e aí não voltam, todo o trabalho de encaminhamento que eu fiz aqui, parou lá. Nos serviços em geral. Isso acontece aqui também”.

Abramovay e Rua (2003), referem que apesar da escola ser vista como um local que impulsiona melhorias, pode também ser como um âmbito de exclusão social, que estigmatiza e discrimina estudantes. Essa exclusão não se dá apenas no aspecto econômico, por falta de renda, mas por todo desamparo que alguns grupos sofrem por bens e serviços que deveriam ser subsidiados pelo Estado. Além disso,

[...] a escola, a educação e o processo de ensino-aprendizagem funcionam como uma espécie de salvo-conduto moral, um passaporte para a entrada na sociedade. [...] nas sociedades modernas, o estudo é cada vez mais um requisito para o acesso às oportunidades de trabalho e, este último, sem dúvida, é condição essencial à sobrevivência humana. Porém, é nesse ponto de intersecção entre o estudo e o trabalho que se situa um dos mais graves problemas da exclusão social, no qual o ensino de boa qualidade abre as oportunidades e o de má qualidade, ao contrário, acentua a exclusão. (Ibidem, p. 42).

As autoras explicam que nem sempre a formação escolar vai garantir melhorias de vida, e é nesse sentido que muitos/as estudantes começam a adquirir uma descrença no papel da educação. Porém, sabe-se,

---

<sup>5</sup> Conforme Odália (2004) a violência institucionalizada se dá por meio de hábitos, costumes e leis que naturalizam e tomam como rotineiro a desigualdade, como se fosse decorrente das relações humanas na vida em sociedade sem analisá-la como um produto das estruturas sociais. “[...] As leis consagram os limites de violência permitidos a cada sociedade”.

que, sem educação, a piora nas condições de uma vida digna é algo majoritariamente verídico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da evasão escolar é complexo e perpassa diversos aspectos, tanto subjetivos, quanto materiais, mas de maneira geral, estão relacionados com os aspectos estruturantes do modo de vida na sociedade capitalista. Dos condicionantes para os e as adolescentes evadirem, destaca-se a questão de renda e inserção no mercado de trabalho informal ou formal e, para além disso, a própria violência estrutural como o mais recorrente.

As taxas de evasão das escolas pesquisadas não mostram um grande índice, mas reiteram que direitos sociais não estão sendo amparados pelo Estado e que a população que sofre com o descaso público tem classe e, conseqüentemente, cor. A não permanência na educação básica, como desenvolvido ao longo do texto, tem incidência na perpetuação de desigualdade, mesmo que a escola não possa garantir a redução da desigualdade de renda em si, ela pode proporcionar uma vida com um pouco mais de condições. Essas condições dizem respeito as possibilidades maiores de emprego, trabalho e ao acesso a um nível maior de conhecimento acadêmico, como a inserção no ensino superior.

Como possibilidades vê-se que uma das formas de combater a evasão escolar pode estar atrelada a um trabalho direto com as famílias para com a educação, mas isso só é possível através do trabalho em rede, assim evidencia-se a importância do fortalecimento desta como uma estratégia imprescindível para combater a evasão. Esse é um trabalho de sensibilização das famílias e deve ser extensivo para as outras instituições como a escola, o conselho tutelar, as unidades de saúde, o Centro de Referência em Assistência Social, todos esses órgãos devem se sentir agentes coletivos e corresponsáveis para intervirem na prevenção do abandono escolar.

Nesse aspecto que se reforça a importância de um/a profissional com competências e atribuições capazes de fazer essa articulação,

sensibilização e intervenção com os setores de proteção de direitos, como o/a assistente social. Até mesmo para aproximar a comunidade e a família da escola. Além de perceber a escola como um campo de infinitas possibilidades na luta por uma nova ordem societária “sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24). Nesse sentido, que se faz importante que o coletivo de Serviço Social envide esforços para conquistar esse espaço de trabalho, pois observou-se que se faz necessário a presença desse/a profissional nas escolas, visto que, ele/a só tende a contribuir para diversas questões, inclusive com a própria evasão escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M; RUAS, M. **Violência nas escolas**: versão resumida. Unesco. Brasília, 2003.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 19 abr 2017.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 11 ed. Cortez. São Paulo, 2006.

BARROCO, M. L. Silva. **Ética e Serviço social**: Fundamentos Ontológicos. 3 ed. Editora Cortez. São Paulo, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos**: perguntas mais frequentes e respostas da secretaria de educação básica (seb/mec). Brasília. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9\\_perfreq.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf). Acesso em: 23 nov 2017>.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**. 10 ed. Brasília, 2012.

DEED; INEP. **Indicadores de fluxo escolar da educação básica**. Brasília, 2017.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, v. 41, n. 144. São Paulo, 2011.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2 ed. Contexto editora. São Paulo, 1991.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. ed 26. Cortez editora. São Paulo, 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional Por Amostras de Domicílios: Síntese de indicadores 2013**. Ed 2. Rio de Janeiro, 2015.

IPEA. **Atlas da violência 2016**. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. **Juventude e Trabalho Informal no Brasil**. Brasília, 2015.

LEAL, D. Maria. MACEDO, J. Paulo. **A Penalização da Miséria no Brasil: adolescentes “em conflito com a lei”**. Revista Textos & Contextos, v. 16 n. 1, p. 128-141. Porto Alegre, 2017.

LEAL, M. L. Pinto. **Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins sexuais**. Revista Ser Social, no. 9. Brasília: Ser/UnB, 2002.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2008.

MINAYO, M. C. de Souza. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde**. Rev. Bras. de Saúde e materno infantil. Recife, 2001.

\_\_\_\_\_. M. C. Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Ed 21. Editora Vozes. Petrópolis, 2002.

NEY, M. G.; SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J. **Desigualdade de acesso à educação e evasão escolar entre ricos e pobres no Brasil rural**

e urbano. *Rev. Científica Internacional Inter Science Place*, ano 3, n 13, 2010.

ODALIA, N. **O que é violência**. Editora Brasiliense. Coleção primeiros passos. São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, A. F. R. de. **A evasão dos/as adolescentes nas escolas do bairro Nova Santa Marta em Santa Maria /RS: desvelando alguns determinantes**. 2017. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. RS. 2017.

PRODANOV, C; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Editora FEEVALE. Novo Hamburgo, 2013.

SARTI, C. A. **Famílias enredadas**. In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. M. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo, 2003.

SILVA, F. C. L. O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista. **Educar em Revista**, n15, jan-dez. Curitiba, 1999.

## Capítulo 9

# OS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: A REPRESENTAÇÃO DE UM ESPAÇO DE CONTROLE SOCIAL, ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Mariane Rodrigues Volz de Aguiar<sup>1</sup>

Jairo Da Luz Oliveira<sup>2</sup>

Sheila Kocourek<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O tema desenvolvimento com enfoque para além do crescimento econômico, relacionando aspectos de qualidade de vida, sustentabilidade ambiental e equidade social e cultural, vem ganhando destaque nas discussões da área das ciências sociais. Os autores Baquero e Cremonese (2008) consideram que tais aspectos, relacionados ao desenvolvimento regional, implicam na construção de identidades coletivas, destacando dimensões de discussão voltadas ao papel da sociedade civil, das organizações não-governamentais, dos movimentos sociais, do empoderamento e do capital social, a fim de compreender como esses elementos influenciam no desenvolvimento regional e na promoção da igualdade e equidade social.

---

<sup>1</sup> Tecnóloga em Gestão Pública pelo Instituto Federal Farroupilha (IFF/RS). Assistente em Administração do IFF/RS – Campus São Vicente do Sul. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (UFSM).

<sup>2</sup> Assistente Social, Mestre e Doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>3</sup> Assistente Social, Mestre e Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria.

Do ponto de vista do desenvolvimento local, a busca por sociedades democraticamente qualificadas, atuando de forma indissociada aos interesses exclusivos da coletividade, sinalizam a necessidade de desenvolver redes de cooperação, baseadas na confiança e colaboração mútuas. Dessa forma, Baquero e Cremonese (2008) evidenciam o papel do capital social como determinante para a existência de redes de relações sociais capazes de determinar os caminhos para o desenvolvimento regional.

Destarte, para compreender a importância da existência de conselhos regionais e sua atuação efetiva como espaço de controle social, articulação representativa e de desenvolvimento regional, faz-se necessário entender que a gestão pública, voltada à administração gerencial, para se tornar eficaz depende de um processo de descentralização. No mesmo sentido, uma das principais qualidades que devem ser percebidas como essenciais nesse processo de descentralização democrática é a capacidade de governança territorial atribuída a esses conselhos, a fim de que a atuação seja voltada à gestão social do território a que representam.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), existentes no Estado do Rio Grande do Sul, foram criados oficialmente pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e são compreendidos como fóruns de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Estes conselhos têm por objetivo promover o desenvolvimento regional harmônico e sustentável, a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida, além do estímulo à permanência dos cidadãos na sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente (Art. 2º). Atualmente, o Estado do Rio Grande do Sul conta com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Os Coredes, conforme o Decreto 35.764/1994, são compostos por diversos tipos de instituições dos setores empresarial, sindical, associativo e universitário, além de prefeitos, presidentes das Câmaras de Vereado-

res e deputados estaduais e federais com domicílio eleitoral na região. Embora com vagas cativas para prefeitos e deputados, o Corede possui uma composição representativa, na visão de González (2008), visto que possibilita a participação de distintos setores da sociedade, configurando-se um espaço de interlocução entre o governo e a sociedade civil organizada. Entretanto, o autor critica a inexistência de um canal concreto de comunicação e responsividade perante a população, em virtude de que os mandatos dos representantes estão vinculados a uma instituição que articula os interesses de um grupo social.

Nessa perspectiva, o presente ensaio tem por objetivo apontar aspectos teóricos, resultantes de uma pesquisa de revisão teórica realizada tanto nas bases de produção científica sobre o tema, bem como de uma revisão bibliográfica, as quais nos fazem compreender a importância dos Coredes como espaços de controle social, articulação e desenvolvimento regional, a partir de uma revisão sobre os conceitos de governança, gestão social e descentralização. Para isso, apresentam-se, a seguir, uma revisão sobre os conceitos de governança, gestão social e descentralização, assim como os aspectos de constituição, funcionamento e desafios dos Coredes. Ao final, são levantados os principais pressupostos sobre a gestão social e a atuação dos Coredes, indicando algumas recomendações práticas, com o objetivo de aprimorar a atuação desses conselhos, voltadas aos aspectos de articulação e representação social, com vistas ao desenvolvimento regional.

## GOVERNANÇA, GESTÃO SOCIAL E DESCENTRALIZAÇÃO

No presente estudo, tem-se a preferência por utilizar o termo governança territorial a partir das definições de Dallabrida (2011), por meio das quais o autor considera que a governança territorial está implícita tanto em iniciativas quanto em ações que representam a capacidade de uma sociedade organizada em gerir os assuntos públicos e de interesse da comunidade local, a partir do envolvimento de atores sociais, considerados estes de cunho social, econômico e institucional. “A governança

territorial articula-se com a gestão social na medida em que ambas compartilham a ideia da inserção da ação coletiva organizada na participação e decisão do destino dos rumos da sociedade”. (DALLABRIDA, 2011, p. 19)

No que tange aos conceitos de descentralização e gestão social, apresentam-se as contribuições de Tenório (2011), o qual compreende que ambos os conceitos são convergentes, na medida em que proporcionam a democratização através de processos de decisão e relações político-administrativas. No mesmo sentido, o autor nos faz compreender que o papel da cidadania, em ambos os conceitos, é visto como um compromisso voltado a promover a integração de diferentes atores sociais e a reflexão política sobre a participação isonômica e voltada ao bem-comum.

Dessa forma, o conceito de gestão social vai ao encontro da interpretação de descentralização e participação cidadã, que “é compreendido como a gerência de espaços públicos, de arranjos institucionais participativos, projetados para promover uma matriz social” (TENÓRIO, 2011, p. 74), voltada ao gerenciamento participativo, através do qual “o processo decisório é exercido por meio dos diferentes atores envolvidos” (p. 75). No caso do Brasil, os temas descentralização, gerenciamento participativo e democratização ganharam destaque a partir da Constituição Federal de 1988, que alterou significativamente a natureza das relações intergovernamentais (TENÓRIO, 2011; ZIMMERMANN E DALLABRIDA, 2011).

No mesmo sentido, as experiências de processos participativos demonstram que a administração pública brasileira caminha para fortalecer essa relação entre Estado e sociedade, o que ratifica as discussões fomentadas por Pedro Bandeira, ainda em 1999, em que já apontava a participação da comunidade no planejamento de políticas públicas, programas e projetos como crucial para o aumento da eficácia das ações governamentais. Segundo Bandeira (1999), a governança também é um aspecto importante para o desenvolvimento participativo, conforme apresenta:

A governança abrange, portanto, as estruturas institucionais, as políticas, os processos decisórios e as regras formais e informais, relacionadas com temas de interesse público, que determinam como o poder é exercido, como as decisões são tomadas e como os cidadãos participam do processo decisório. (p. 15)

Conforme aponta o autor, compreende-se que o processo de gestão social participativa parte dos arranjos institucionais e da garantia de participação cidadã nos processos decisórios. Esta garantia de participação da sociedade é entendida por Boisier (2011) como um novo estilo democrático de gestão, configurado de forma coletiva, societária e inclusiva, com um alto nível de liderança e coordenação, que vai além do estilo de coordenação política tradicional, exercida principalmente pelo Estado, mediante o exercício do planejamento. Em relação aos arranjos institucionais, estes podem ser considerados facilitadores da interação entre os atores locais, no intuito de transformar os interesses individuais em demandas coletivas. Esses arranjos são identificados, conforme Tenório (2011), através de:

[...]arranjos produtivos locais, agências de desenvolvimento, colegiados territoriais, comitês, consórcios, grupos tarefas, polos de desenvolvimento, redes e outros mecanismos institucionais facilitadores da promoção decisória em função do bem comum. (p. 79)

Já a participação da sociedade e a importância da articulação de atores sociais para a promoção do desenvolvimento regional, pode ser argumentada, segundo Bandeira (1999), por meio de cinco vertentes, as quais defendem que a participação da sociedade relaciona-se, primeiramente, à garantia da eficiência e da sustentabilidade das ações relacionadas ao desenvolvimento; em segundo lugar, evidenciando a importância da atuação da sociedade civil para a garantia da governança e do desenvolvimento participativo; em terceiro, argumenta-se em relação ao capital social, estando este relacionado a fatores culturais; como quarto argumento, apresenta-se o fortalecimento da competitividade regional; e por fim, tem-se a formação e consolidação das identidades regionais

como a quinta vertente em defesa à participação cidadã nos processos de planejamento.

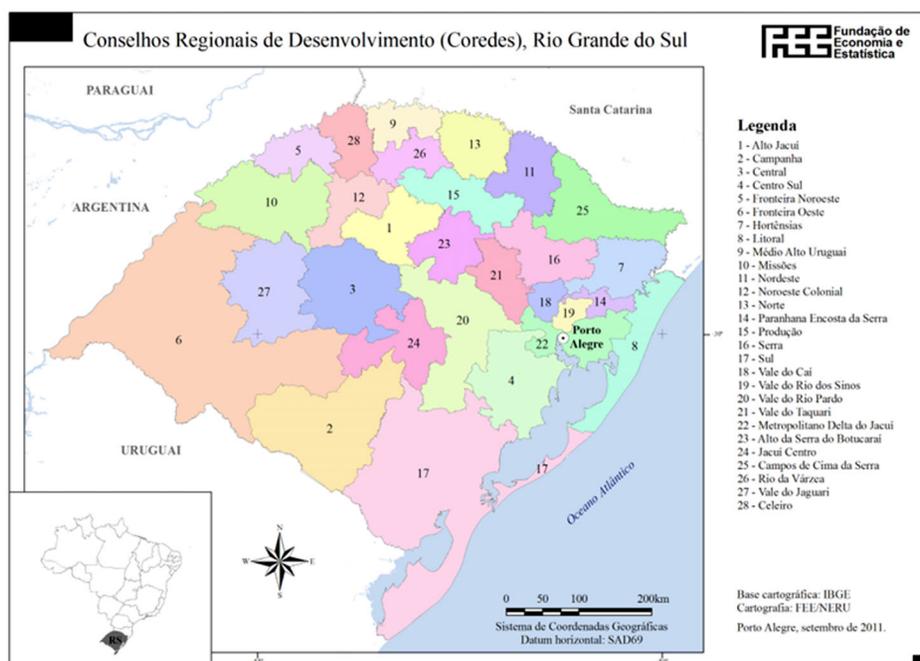
Sendo assim, de modo geral, observa-se que a gestão social, representa um conjunto de ações e processos sociais articulados, capazes de transformar uma realidade territorial, por meio do exercício da cidadania, da democracia e do fortalecimento da identidade territorial. Em se tratando de território, pode-se considerar como outra categoria importante para a compreensão da atuação dos conselhos regionais, na qual apresenta-se o entendimento de Maia (2014) que, com base nas aproximações conceituais extraídas de autores que trabalham com o tema, compreende que um território é formado a partir da mobilização de atores sociais locais que buscam a solução de problemas comuns a um dado espaço e objetivam a consolidação de uma identidade regional. Do mesmo modo, Bandeira (2011) defende que a abrangência territorial de uma região, bem como a articulação e mobilização dos atores locais, são fatores importantes para que as regiões tenham relevância de caráter social, político e econômico, trazendo condições para a sustentabilidade e para a aplicação de novos modelos de governança do território.

## **OS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO RS: ESTRUTURA, FUNCIONALIDADE E DESAFIOS**

Feita essas considerações a respeito do processo de descentralização, gestão social e processos participativos, é possível conceituar a experiência do estado do Rio Grande do Sul (RS), que há mais de 20 anos, traz na sua agenda a preocupação e o debate sobre as desigualdades regionais. Nesse contexto, o RS vem sendo destaque dentre os demais estados do Brasil, a partir da experiência com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Esses órgãos foram criados oficialmente pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, os quais são compreendidos como fóruns de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Atualmente, o estado do RS conta com 28 Coredes, conforme mostra a Figura 2, os quais têm por objetivo, conforme o exposto no Art. 2º de sua lei de criação, a promoção do

desenvolvimento regional harmônico e sustentável, a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida, além do estímulo à permanência dos cidadãos na sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente.

**Figura 2 - Organização Territorial do Estado do Rio Grande do Sul: os COREDES**



Fonte: FEE - Fundação de Economia e Estatística

Conforme Bandeira (2011), “a politização do tema das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul foi um dos principais fatores que abriram espaço para o surgimento e para a continuidade da atuação dos Coredes” (p. 216), e ainda ocupa lugar importante nas agendas de discussões governamentais do estado, tornando-se referência sobre governança territorial. A experiência do RS na implantação dos conselhos se assemelha, segundo Bandeira (2011) a outros países da América Latina e da Europa, como na França, no Chile, na Espanha, no Canadá,

na Austrália, nas Filipinas e na Hungria, esta na Europa Ocidental. Nesses países, segundo o autor, as instituições, similares aos conselhos do RGS, trazem o propósito de representação social no processo de discussão e planejamento, como órgãos consultivos dos poderes executivos ou legislativos locais, tendo a representação dos segmentos da sociedade como a principal finalidade de atuação.

Fundamentalmente, além de definir as atribuições e objetivos dos Coredes, a Lei Estadual nº 10.283/1994 determina a estrutura básica dos conselhos, a qual é composta por Assembleia Geral Regional, Conselho de Representantes, Diretoria Executiva e Comissões Setoriais, sendo a Assembleia Geral Regional o órgão máximo de deliberação. Ainda, o Decreto Estadual nº 35.764, de 28/12/1994 regulamenta a Lei de criação dos Coredes e estabelece algumas diretrizes de funcionamento de sua estrutura, bem como determina regras para a constituição ou desmembramento dos conselhos criados. Através do decreto há a garantia da representatividade de todos os segmentos organizados da sociedade civil, dos poderes públicos da região e das instituições de ensino superior, de forma equilibrada e proporcional à composição da Assembleia, assegurada também a paridade entre trabalhadores e empregadores.

Compete à Assembleia Geral, nos termos do Art. 5º, parágrafo único, eleger a Diretoria Executiva do Conselho Regional de Desenvolvimento, que é composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um secretário executivo, com mandato de dois anos, além de definir a composição do Conselho de Representantes e eleger seus membros efetivos e suplentes a cada dois anos; aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho Regional de Desenvolvimento; apreciar e deliberar sobre o relatório anual do Conselho de Representantes; apreciar e aprovar as propostas regionais a serem submetidas ao Poder Executivo Estadual.

Ao Conselho de Representantes, que corresponde ao órgão executivo e deliberativo de primeira instância do Conselho Regional de Desenvolvimento, compete: formular as diretrizes para o desenvolvimento regional, a serem submetidas à Assembleia Geral Regional; promover a articulação e integração regional entre a sociedade civil organizada e os

órgãos governamentais; promover a articulação do Conselho Regional de Desenvolvimento com os órgãos do Governo Estadual e Federal com vistas a integrar as respectivas ações desenvolvidas na região; e elaborar o Regimento Interno do Conselho Regional de Desenvolvimento. Às Comissões Setoriais compete assessorar o Conselho de Representantes e a Diretoria Executiva nas suas deliberações e decisões, estudar e dimensionar os problemas regionais, e elaborar programas e projetos regionais.

A coordenação geral do trabalho de todos os Conselhos Regionais de Desenvolvimento é realizada pelo Fórum dos Coredes, que foi criado em 1999 e é composto de todos os presidentes dos Coredes. Segundo Bandeira (2011), a atuação do Fórum tem sido importante para desenvolver a visão estratégica dos Conselhos, assim como para contribuir com as negociações entre a administração estadual, assembleia legislativa e órgãos do Governo Federal, atuando como articulador das ações desenvolvidas pelos Coredes.

Contudo, na visão de Bandeira (2011), a criação dos Coredes no RS, ao contrário dos outros países que também são destaque em experiências com esse tipo de organização, como no caso da França, não esteve associada a uma necessidade de descentralização territorial da administração, mas sim ligadas à necessidade de se ter organizações que promovam a cooperação dos atores sociais que defendam os interesses da região. Diante disso, são percebidas algumas dificuldades enfrentadas pelos Coredes, as quais são apontadas nas obras de Veiga (2006) e Bandeira (2011). A primeira delas, apontada por Bandeira (2011), refere-se à falta de visualização dos Coredes como referência territorial de planejamento e de descentralização da estrutura administrativa do Estado, por muitos órgãos da administração estadual. Com isso, a capacidade de atuação e autonomia dos Conselhos é prejudicada e os mesmos acabam limitando-se basicamente a atividades de caráter consultivo ao planejamento governamental.

Veiga (2006) considera a escala territorial inadequada como um dos problemas que dificultam a atuação dos Coredes, a medida em que alguns conselhos são demasiadamente maiores que os outros (em núme-

ros de municípios), o que dificulta a realização de discussões produtivas, devido ao excessivo número de representantes atuantes. O autor também defende como uma questão negativa à atuação dos Coredes o frágil entendimento da visão estratégica, ao avaliar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional como sendo uma “listagem de carências regionais, mais ou menos hierarquizadas, a depender da competência do grupo de trabalho específico que coletou (VEIGA, 2006, p. 11).

Outros aspectos apontados por Bandeira (2011) referem-se ao excessivo número de mudanças procedimentais na forma de participação da população nas decisões de alocação de recursos, o que gera a descontinuidade da articulação entre os Coredes e o Estado. Nesse aspecto, Veiga (2006) considera que os Conselhos destinam muito tempo às Consultas Populares e Orçamento Participativo, o que pode desvirtuar do objetivo principal dos Coredes, conforme aponta:

[...] em vez de mobilizar a capacidade de inovação dos principais empreendedores (privados, públicos sociais) na elaboração de uma estratégia de construção da competitividade sistêmica do território, os COREDE abandonam esse objetivo central. [...] Em poucas palavras: os COREDE abdicam de seu papel no atacado ao se consumirem em pequenas ações de varejo. (VEIGA, 2006, p. 12)

Entretanto, apesar do envolvimento destinado na condução do processo de consulta popular, esta é uma ferramenta importante de trabalho dos Coredes, ao passo que possibilita, na visão de Bandeira (2011), acompanhar e supervisionar as ações de alocação de recursos por parte da administração do estado, evitando o favorecimento político ou o clientelismo, muito visto na administração pública. Dessa forma, “o desafio dos Coredes é cumprir com o dever legal de participar da organização e implementação desses processos sem abandonar a formulação de diretrizes estratégicas de desenvolvimento para as regiões” (BANDEIRA 2011, p. 243), de modo que as demandas levadas à escolha da população estejam relacionadas com a visão estratégica de desenvolvimento daquela região e previstas em seu Plano Estratégico de Desenvolvimento, refletindo assim na atuação efetiva da comunidade.

Essa visão é compartilhada por González (2008), ao considerar que apesar do potencial de organização dos Coredes, comparado a outras iniciativas similares no país, o autor não identifica nos conselhos um potencial, ao menos no curto prazo, de promover uma mudança significativa na realidade regional, por meio da intervenção no processo de desenvolvimento e acesso da população aos recursos. Para o autor, esta realidade só poderá ser modificada a partir de uma reestruturação no modelo de representação, que dê destaque a instituições que atendam às necessidades dos cidadãos, além de permitir sua intervenção no processo decisório, sem a intermediação de grupos de interesses instituídos.

Por fim, a participação efetiva da comunidade e seu reflexo na representatividade dos Coredes frente ao desenvolvimento relacionam-se diretamente ao papel das Instituições de Ensino Superior no processo de construção dessa ideologia participativa. Primeiramente porque, conforme aponta Bandeira (2011), ao sintetizar uma importante palestra de Joseph Stiglitz, de 1999, a participação cidadã resulta em boas ações de governança ao possibilitar maior transparência das ações do governo, assim como o desenvolvimento de programas, projetos e ações mais eficientes e eficazes, aumentando a sustentabilidade política das ações.

No mesmo sentido, às instituições de ensino compete valorizar o capital intelectual daqueles que possuem a responsabilidade cidadã das pessoas que vivem e trabalham nas comunidades onde os COREDES possuem visibilidade, conforme Bandeira (2011) assinala. Ao fazer referência ao estudo de Goddard (1998), que analisou os efeitos econômicos e regionais das Universidades, Bandeira aponta como um dos fatores o que se pode denominar de capital intelectual, o qual é capaz de oferecer contribuições para o desenvolvimento social e comunitário das regiões, por meio da formação de lideranças e da conscientização destas sobre seu papel em detrimento à formulação da visão estratégica de uma região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão nos faz compreender a importância da participa-

ção da sociedade e da articulação de atores sociais para a promoção do desenvolvimento regional, a partir das afirmações de Bandeira (1999; 2011), que relaciona o envolvimento da sociedade a fatores como a garantia da eficiência e da sustentabilidade das ações de desenvolvimento, a governança e o desenvolvimento participativo, o fortalecimento da competitividade regional e a consolidação da identidade regional. Nesse sentido, a gestão social representa um conjunto de ações e processos sociais articulados, capazes de transformar uma realidade territorial, por meio do exercício da cidadania, da democracia e do fortalecimento da identidade territorial.

No contexto da gestão social, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul representam uma experiência única no Brasil, em termos de associatividade, conforme Boisier (2011, p. 58), que destaca como “um papel importante destes *Conselhos* será, precisamente, manter viva essa cultura, num sentido pós-moderno que aponta mais para a segmentação e o individualismo”. Contudo, embora o potencial de organização dos Coredes seja maior, se comparado a outras iniciativas similares no país, González (2008), nos aponta que uma reestruturação no modelo de representação desses fóruns de discussão se torna necessário para que por meio de instituições que respondam às necessidades dos cidadãos, seja concretizado um papel mais relevante em aspectos de intervenção no processo de desenvolvimento, democratizando o acesso da população a recursos e provocando uma mudança significativa na realidade regional.

A partir de tais constatações, fica evidenciado o papel das Instituições de Ensino no processo de construção dessa ideologia participativa, por meio da formação e valorização do capital intelectual daqueles que possuem a responsabilidade cidadã das pessoas que vivem e trabalham nas comunidades onde os COREDES possuem visibilidade, conforme Bandeira (2011). Destarte, com vistas a aprimorar a atuação desses conselhos, voltada aos aspectos de articulação e representação social, com vistas ao desenvolvimento regional, considera-se importante a aproximação dessas organizações junto às Instituições de Ensino presentes na região de abrangência, com vistas a desenvolver ações que promovam a

formação dos agentes de representação, bem como qualifique o processo de planejamento e acompanhamento das iniciativas postuladas por esses conselhos.

Cabe destacar que este ensaio não teve a pretensão de esgotar as discussões acerca do tema em questão, visto que o campo de estudo voltado ao papel da sociedade civil, do empoderamento e do capital social, vem crescendo nos últimos anos. Entretanto, como uma análise inicial sobre a representação dos Coredes como espaços de articulação, controle social e desenvolvimento, o estudo atende aos objetivos propostos e sugere-se que novas pesquisas possam investigar como esses elementos (sociedade civil, organizações não-governamentais, movimentos sociais, empoderamento e capital social) influenciam no desenvolvimento regional e na promoção da igualdade e equidade social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, P. S. **Participação, Articulação e Desenvolvimento Regional**. Texto de discussão nº 630. Ipea, 1999.

\_\_\_\_\_. Uma experiência de institucionalização de regiões no Brasil: os Coredes do Rio Grande do Sul. In: DALLABRIDA, V. R. (org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BAQUERO, M. CREMONESE, D. (org.) **Desenvolvimento regional, democracia local e capital social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

BOISIER, S. Sociedad civil, participación, conocimiento y gestión territorial. Mirando por el retrovisor: la década de los años noventa y el proceso de redemocratización en América Latina. In: DALLABRIDA, V. R. (org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial e desenvolvimento: introdução ao tema**. In: \_\_\_\_\_. **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas**

subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

GONZÁLEZ, R. S. Democracia Participativa e Conselhos de Desenvolvimento. In: BAQUERO, M. CREMONESE, D. (org.) **Desenvolvimento regional, democracia local e capital social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n. 10.283, de 17 de outubro de 1994**. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099ASPH?Id\\_Tipo=TEXTO&Id\\_TodaNorma=1266&Id\\_Texto=&Id\\_IDNorma=1266](http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099ASPH?Id_Tipo=TEXTO&Id_TodaNorma=1266&Id_Texto=&Id_IDNorma=1266) Acesso em 09/07/2017.

RIO GRANDE DO SUL. **DECRETO Nº 35.764, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1994**. Regulamenta a Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Disponível em: [http://www.coredesul.org.br/files/pub/136337232629524\\_Decreto-35764.pdf](http://www.coredesul.org.br/files/pub/136337232629524_Decreto-35764.pdf) Acesso em 10/03/2018.

TENÓRIO, F. G. Descentralização político-administrativa, gestão social e participação cidadã. In: DALLABRIDA, V. R. (org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

VEIGA, J. E. Vicissitudes da governança cidadã: os Conselhos Regionais Gaúchos (COREDE). In: **RdE - Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano III, n. 13, jan. 2006. p.19-27. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/72/75> Acesso em 11/03/2018.

ZIMMERMANN, V. J.; DALLABRIDA, V. R. Estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento: a possibilidade dos consórcios intermunicipais de desenvolvimento no Brasil. In: DALLABRIDA, V. R. (org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.